

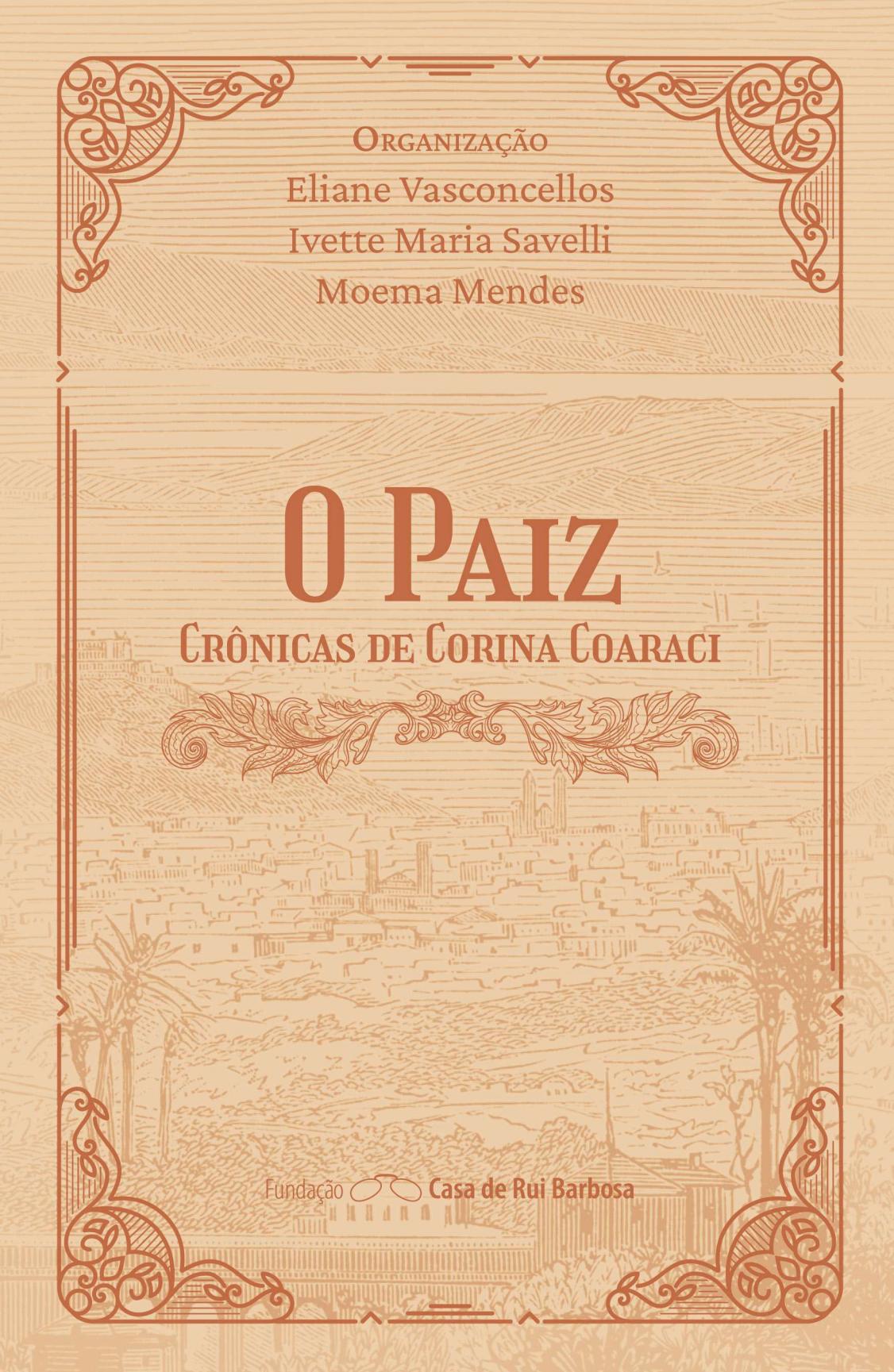
ORGANIZAÇÃO

Eliane Vasconcellos  
Ivette Maria Savelli  
Moema Mendes

# O PAIZ

CRÔNICAS DE CORINA COARACI

Fundação  Casa de Rui Barbosa



ORGANIZAÇÃO  
Eliane Vasconcellos  
Ivette Maria Savelli  
Moema Mendes

# O PAIZ

## CRÔNICAS DE CORINA COARACI



Fundação  Casa de Rui Barbosa

RIO DE JANEIRO  
2023

*Presidente da República*

Luiz Inácio Lula da Silva

*Ministra da Cultura*

Margareth Menezes

Fundação Casa de Rui Barbosa

*Presidente*

Alexandre Santini

*Diretor Executivo*

Alexandre Domingues

*Diretora do Centro de Memória e Informação*

Maria Luisa Soares

*Diretor do Centro de Pesquisa*

Antonio Herculano Lopes

*Chefe do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira*

Maria de Andrade

*Chefe do Setor de Filologia*

José Almino de Alencar

*Chefe do Setor de Editoração*

Benjamim Albagli Neto

*Projeto Gráfico do Miolo e da Capa:* Tikinet

*Preparação e Revisão:* Eliane Vasconcellos, Ivete Maria Savelli e Moema Mendes

*Pesquisa de ilustrações:* Breno Pagoto de Oliveira

*Produção Editorial:* Tikinet

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C652 Coaraci, Corina, 1858-1892.  
O Paiz: crônicas de Corina Coaraci [recurso eletrônico] / organização Eliane  
Vasconcellos, Ivete Maria Savelli, Moema Mendes. – Rio de Janeiro : Fundação Casa de  
Rui Barbosa, 2023.  
6,65 MB ; PDF (167 p.)

ISBN 978-65-88295-23-6

1. Crônica – Coletânea. I. Vasconcellos, Eliane, org. II. Savelli, Ivete Maria, org.  
III. Mendes, Moema, org. IV. Título.

CDD B869

Elaborada no Serviço de Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa  
pela bibliotecária Letícia Krauss Provenzano - CRB7/6334

Fundação Casa de Rui Barbosa

Rua São Clemente 134, Botafogo 22260-000, Rio de Janeiro, RJ

Telefone (21) 3289-4600

fcrb@rb.gov.br | www.casaruibarbosa.gov.br

## SUMÁRIO

Sobre esta edição	5
Corina Coaraci [Nota da redação]. 28 maio 1891	9
Textos anotados	
A Esmo – 6 jun. 1891	11
A Esmo – 13 jun. 1891	19
Emanuel e o Rei Lear – 15 jun. 1891	31
A Esmo – 20 jun. 1891	43
Impressões de Arte. Atelier Aurélio – 22 jun. 1891	55
A Esmo – 28 jun. 1891	63
Hamlet-Emmanuel – 1 jul. 1891	71
Shakespeare e o seu profeta – 5 jul. 1891	79
Silva Jardim – 6 jul. 1891	85
A Esmo – 12 jul. 1891	89
A Esmo – 19 jul. 1891	99
A Esmo – 26 jul. 1891	109
A Esmo – 9 ago. 1891	117
No País dos Dollars – 8 nov. 1891	125
No País dos Dollars – 17 dez. 1891	135
No País dos Dollars – 7 jan. 1892	141
No País dos Dollars – 14 jan. 1892	145
No País dos Dollars – 1 fev. 1892	153
No País dos Dollars. O sulismo – 26 fev. 1892	159





## SOBRE ESTA EDIÇÃO

As crônicas de Corina Coaraci aqui reunidas foram publicadas no jornal *O Paiz* no período de 6 de junho de 1891 a 26 de fevereiro de 1892 e todas trazem a assinatura “C. Cy.” ou “C.cy”.

Os textos da coluna A Esma aparecem na primeira página do periódico e os da coluna No País dos *Dollars* figuram na segunda página, à exceção da crônica de 26 de fevereiro de 1892, que começa na p.1 e termina na p.2. Algumas crônicas tiveram títulos atribuídos pela autora.

Como as crônicas só foram publicadas em *O Paiz*, não houve como comparar com outra versão que permitisse sanar problemas de leitura decorrentes da deterioração do periódico. Assim, os trechos ilegíveis, algumas vezes longos, estão indicados entre colchetes.

As notas de rodapé, de naturezas distintas – biográficas, contextuais, vocabulares –, foram elaboradas pelas organizadoras. Foram atribuídas notas para alguns vocábulos, ainda que dicionarizados, em razão do seu significado pouco conhecido. Os vocábulos estrangeiros foram traduzidos, exceto alguns de fácil compreensão, ou porque figuram em dicionários de língua portuguesa atuais.

As fontes das ilustrações constantes deste trabalho estão referenciadas junto às mesmas.

Para o preparo da edição, adotaram-se os seguintes procedimentos:

- i) atualização da grafia dos vocábulos segundo as normas vigentes, sempre tendo por base o *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa (Volp)*, disponível no site da Academia Brasileira de Letras, e recorrendo, quando necessário, aos dicionários de língua portuguesa *on-line*: o *Dicionário Houaiss corporativo* e o *Aulete digital*; e o *Dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2010), Mantiveram-se, no entanto, as grafias *áfrico-americano* e *franco-luisianês*, assim registradas por Corina, porém inexistentes nas obras citadas;
- ii) atualização da grafia dos verbos quando acompanhados por pronomes oblíquos átonos: *acompanhalo*, por *acompanhá-lo*; *considerem-as*, por *considerem-nas*;
- iii) correção do acento grave indicador de crase segundo as normas vigentes;
- iv) correção dos erros óbvios de imprensa;
- v) manutenção de formas variantes em que figuram letras consoantes que ainda hoje se proferem, desde que arroladas no Volp: *contacto*, *susceptíveis*, *susceptibilidades*;
- vi) manutenção de grafias que se encontram registradas no Volp, ainda que alguns dicionários acolham menos autorizadas: *quotidiano*, *arrieiro*, *borborinho*, *(in)verosímil*;
- vii) manutenção da grafia original no título dos periódicos *Jornal do Commercio*, *Diario do Commercio*, *O Paiz*, etc.;
- viii) manutenção da grafia da autora, por vezes oscilante, nos nomes de localidades estrangeiras: New York/Nova York, New Orleans/Nova Orleans;
- ix) manutenção do ditongo *ou* em *afoutamente*, *doudo*, e do ditongo *oi*, como em *embarcadoiro*;
- x) uniformização do recurso gráfico do itálico, nem sempre aplicado criteriosamente no original. Este procedimento foi usado para destacar: vocábulos, expressões e trechos em língua estrangeira; títulos de livros, periódicos, peças teatrais;
- xi) substituição do recurso gráfico do itálico por aspas duplas para destacar, por vontade autoral, palavras, expressões

**SOBRE ESTA EDIÇÃO: DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

- ou trechos, desde que não se incluam nas normas de uso do itálico;
- xii) adoção da grafia em redondo nos vocábulos ou expressões que, sem razão lógica, se encontravam em itálico;
  - xiii) uniformização do emprego de iniciais maiúsculas: nos títulos de publicações; nos nomes de estabelecimentos comerciais; nos nomes de pontos cardeais, quando se referem a regiões;
  - xiv) manutenção da inicial maiúscula quando se observou que a autora desejou dar destaque ao vocábulo: Arte, Instrução, Música, Liberdade, assim como em vocábulos grafados em caixa-alta: GÊNIO;
  - xv) adoção da inicial maiúscula em Senado, Congresso e Câmara sempre que se refere às respectivas instituições;
  - xvi) emprego da inicial minúscula na palavra *estado* sempre que a autora se refere a uma unidade da Federação;
  - xvii) respeito à pontuação do original, ainda que se afigurasse imprópria. Entretanto, raros acréscimos de pontuação estão indicados entre colchetes;
  - xviii) manutenção de palavras em língua estrangeira, mesmo que hoje aportuguesadas, tais como: *fétiches, bibelots, cancan, bric-à-brac*;
  - xix) manutenção da grafia dos personagens, mesmo que causasse estranheza, uma vez que a escritora tinha o inglês como língua materna. É o caso, por exemplo, de Gloster, em vez de Gloucester;
  - xx) algumas vezes, Corina, ou o próprio periódico, menciona personalidades com o nome grafado incorretamente. Sem qualquer anotação, corrigimos o original sempre que tivemos certeza do engano. É o caso de Myel, ao invés de Myers e Bouddhah, Boudduah, ao invés de Bouddha;
  - xxi) opção pela grafia Escola Nacional de Belas Artes, sem hífen, sempre se que trata da instituição.

O presente trabalho, que obedeceu às etapas de localização das crônicas, digitação, cotejo com o original, estabelecimento do texto, pesquisa para a elaboração de notas e organização da edição, faz parte

do projeto de pesquisa desenvolvido na Fundação Casa de Rui Barbosa com o apoio do CNPq e contou com a colaboração dos bolsistas Glauco Homero Vieira Barros, Gabriel Ferreira de Andrade, Giselha Magalhães Lessa, Gustavo Henrique da Costa e Breno Pagoto de Oliveira, aos quais agradecemos. Somos gratas também à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marlene Gomes Mendes pela leitura atenta.



28 DE MAIO DE 1891<sup>1</sup>

## CORINA COARACI

Uma boa notícia para os nossos leitores.

Corina Coaraci, a distinta escritora que tanto se recomenda pelo seu talento e pelo seu critério literário, a contar de 1º de junho próximo fará parte da redação d'*O Paiz*,<sup>2</sup> à qual dará o concurso valioso de sua pena amestrada.

C.ey escreverá em dia certo da semana, aos sábados, provavelmente, uma crônica leve, transparente de bons conceitos e ao mesmo tempo cativante pelo estilo e pela forma, que a nossa simpática colega burila e cultiva com o maior cuidado.

Além disso, a estimada escritora incumbir-se-á de outros trabalhos diários de nossa folha, fáceis naturalmente de serem reconhecidos, pelo cunho que ela empresta aos seus apreciáveis escritos.

---

1 Texto publicado na coluna Noticiário.

2 Periódico de edição matutina, do Rio de Janeiro, fundado em 1884 pelo português João José dos Reis Júnior. Rui Barbosa foi seu primeiro redator-chefe, cargo que ocupou por apenas três dias, sendo substituído por Quintino Bocaiúva, presidente do Partido Republicano. Alicerçava-se na ideologia republicana e foi um veículo de comunicação importante no que tocava à causa abolicionista. Funcionou na sede de *O Cruzeiro*, na rua do Ouvidor, até o início do século XX, transferindo-se, em 1908, para a esquina da avenida Central com a rua Sete de Setembro. Em 1930, a sede foi saqueada e incendiada, sinistro atribuído, segundo muitos, ao governo Vargas, contra o qual o periódico fazia oposição. Voltou a circular em 1933 até 18 de novembro de 1934.

Teremos, pois, C. cy ao nosso lado, como já tínhamos Délia,<sup>3</sup> outra escritora apreciável e de não menos talento.

Jornaleiro criança com exemplar de *O Paiz*, fotografia em gelatina e prata,  
Gomes Junior, 1899.



FONTE: Instituto Moreira Salles.  
(<http://brasiliayanafotografica.bn.br/brasiliiana/handle/20.500.12156.1/6230>)

<sup>3</sup> Pseudônimo de Maria Benedita Câmara Bormann (Porto Alegre, 25/11/1853–15/5/1893), romancista brasileira que colaborou em vários periódicos, entre eles a *Gazeta da Tarde* e *O Paiz*. Seu primeiro folhetim, *Angelina*, foi publicado em 18 de setembro de 1886. Em seu percurso intelectual, voltou-se contra a instituição do casamento e passou a defender a educação sexual para os jovens.



6 DE JUNHO DE 1891

## A ESMO

Ao continuar a interrompida série de tão despretensiosos escritos com o espírito amodorrado pela inatividade, mas com a imaginação fremente de ideias que surgem e esvaecem, que tornam e fogem risonhas e benfazejas umas, como alvoradas estivais, tristes ou negras, outras como a agonia de invernosa tarde, ideias e imagens que se seguem e se atropelam, baralhando-se em uma longa fantasmagoria panorâmica de sonho, a cronista, sentindo embotada a pena e enfraquecida a mão, hesita e recua quase ante a nova missão que lhe foi imposta.

É que pelos dias de hoje, tão árdua, tão difícil, tão eivada de esco-lhos e de urzes, se vai fazendo a estrada do jornalismo, tão ingrato se vai tornando este mister de comentador dos fatos quotidianos da vida social, que aos mais ríjos temperamentos, aos mais robustos engenhos masculinos, e com maior razão ainda às resumidas forças da intelectualidade feminina é permitida a hesitação.

Nos dias de hoje, em que a imprensa, algum tanto boquiaberta, tem tido ensejo de presenciar as mais estupendas repressões à sua autonomia e à sua independência; nestes formosos dias em que

os mais conspícuos jornalistas, como Sr. José Carlos Rodrigues<sup>4</sup> do *Jornal do Commercio*<sup>5</sup> à testa, têm assistido à súbita transformação de um suposto pombo sem fel, de divinal essência, em ave de rapina, que, com arrufadas penas e corvinas garras ameaça céus e terras e o jornalismo intermediário como o aniquilamento supremo: nestes inolvidáveis dias em que o revólver engatilhado e a espada nua, os cartuchos que disparam por si e as garantias policiais vieram substituir a mordaça e a *pomme d'amour*<sup>6</sup> dos tempos inquisitoriais, já não é cronista quem quer; é preciso, antes de tudo, possuir grande desapego à pele e imensa destreza física para suportar o embate, por demais demonstrativo, das opiniões adversas e dos protestos em contrário.

Bons tempos os que já tão longe vão, em que velho folhetinista, hoje condenado ao olvido dos ausentes, comparava o jornalismo a uma vasta arena de circo de cavalinhos, mais variada no aspecto, mais sedutora, mais vistosa do que a do então contemporâneo circo do Sr. Bartolomeu,<sup>7</sup> que, ainda todo entregue às peripécias do seu “ato principal”, não cogitava sequer na possível transformação do picadeiro em plateia aristocrática.

Nesses tempos, tão afastados já que se ocultam na nebulosidade dos horizontes esvaecentes, o jornalismo, assim descrito tinha o aspecto das casas em festa, e os espectadores, que leitores eram, apreciavam tranquilamente as evoluções e o manejo dos seus artistas favoritos, e aplaudiam-nos ou apupavam-nos, segundo o mérito do seu trabalho.

<sup>4</sup> Jornalista brasileiro (Cantagalo, 19/7/1814 – Paris, 26/6/1923), iniciou suas atividades quando era aluno do Colégio Pedro II, tendo lançado o jornal *O Gentio*. No período em que estudou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, escreveu para o *Correio Paulistano* e foi correspondente do *Correio Mercantil*. Mudou-se para os Estados Unidos, foi redator do *New York World* (1868) e colaborador do *The Nation*. De volta ao Brasil, em 1890, tornou-se proprietário do *Jornal do Commercio*.

<sup>5</sup> Originado do *Diario Mercantil* (1824), de Francisco Manuel Ferreira & Cia, é um jornal editado no Rio de Janeiro e voltado para o noticiário econômico. Adquirido por Pierre Placher, um mestre das artes gráficas na França, teve o nome mudado para *Jornal do Commercio* em agosto de 1827, e o primeiro número é datado de 1º de outubro deste ano. Entre 1890 e 1915, foi dirigido por José Carlos Rodrigues e contou com nomes como Rui Barbosa (que aí publicou as “Cartas de Inglaterra”), Alcindo Guanabara, Araripe Júnior, Afonso Celso e o visconde de Taunay.

<sup>6</sup> Nenhuma referência foi encontrada sobre o termo *pomme d'amour*. Provavelmente Corina quis se referir à *poire d'angoisse* (“pera da agonia”, ou “pera da angústia”, entre outras denominações), instrumento de tortura da época da Inquisição.

<sup>7</sup> O circo do sr. Bartolomeu Correia da Silva, conhecido como Circo Olímpico, foi inaugurado em 1854, na rua da Guarda Velha 10, atual Treze de Maio, esquina da Senador Dantas, no Rio de Janeiro. O circo de cavalinhos deu origem ao Teatro D. Pedro II e, finalmente, ao Teatro Lírico.

Aqui, na alta escola dos artigos pensados e refletidos, entregue todo à correção da forma, como na correção dos volteios eques-tres se apruma o cavaleiro emérito, era o escritor montado em uma ideia única e insistente, tal qual como o Sr. Vinhaes<sup>8</sup> no seu “dadá” do socialismo.

Mais além, ágil lentejoulado, destro e hábil em salvar o corpo, ainda assim protegido pela rede obrigatória da cortesia convencio-nal, era o trampolineiro aplaudido, que, suspenso ao trapézio da politicagem amena, fingia os mais arrojados voos e os mais deste-midos equilíbrios.

Daí a momentos era o homem-canção, rosado, louro, rechonchudo, que, com uns ademanes de Hercules Farnese<sup>9</sup> ou Apolo<sup>10</sup> antiquado, aparava nas mãos, perante a multidão extática, a bala lançada pelo obus das notícias de sensação, e apresentava-a, após o estampido de uma explosão acompanhada de muita fumaça, tal como o Sr. de Taunay<sup>11</sup> apresentou ao sebastianismo estatelado e aplaudente o célebre manifesto imperial com que S. Ex.<sup>a</sup>, formoso Alcibíades<sup>12</sup> de hodiernos dias, na semana transacta cortou a cauda ao cão desta nossa Atenas antitética.

Finalmente, quase sempre entre um ou outro artista de nomeada, sereno às vezes, seguro, firme, de outras assustadiço e nervoso, ora pisando aveludado tapete, ornamento de luxuosas salas, ora guindado sobre o pacatíssimo cavalo velho, que paciente se deixa ajaezar com a larga e cômoda sela preparada para os artistas novéis ou timoratos, lá vinha o encarregado dos jogos malabares, jogos leves e despretensiosos, em que apenas eram necessárias

<sup>8</sup> José Augusto Vinhaes (São Luís, 7/1/1858 – Rio de Janeiro, 29/12/1941). Militar e político brasileiro, deputado federal de 1891 a 1893. Em março de 1890, fundou, com outros correligionários, o Centro do Partido Operário e se autodefinia como deputado socialista e chefe do Partido Operário.

<sup>9</sup> Estátua de Hércules, talvez do século IV a.C., cuja cópia ampliada, assinada por Glycon, provavelmente do século III d.C., foi feita para ornamentar as Termas de Caracalla, em Roma.

<sup>10</sup> Deus da mitologia grega, vingativo e violento, mas, ao mesmo tempo, era o deus da cura, da beleza, da perfeição, da harmonia.

<sup>11</sup> Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, visconde de Taunay (Rio de Janeiro, 22/2/1843 – 25/1/1899). Escritor, militar e político brasileiro. Em 1869, o conde d'Eu encarregou-o do cargo de secretário do Estado Maior, na Guerra do Paraguai, na função de redator do *Diário do Exército*.

<sup>12</sup> General e político grego (Atenas, c. 450 a.C. – Melissa, 404 a.C.), foi considerado, à sua época, a causa dos problemas de Atenas. Em sua biografia escrita por Plutarco (Queroneia, c. 46 d.C. – Delfos, c. 120 d.C.), conta-se uma anedota em que Alcibíades corta o rabo de seu cachorro publicamente, gerando grande comoção da população, que passa a especular sua motivação para tal atitude. Por fim, ele esclarece que tudo não passou de uma estratégia para desviar os comentários sobre seus fracassos políticos e militares para uma questão menos importante. Corina utiliza metaforicamente esta referência.

a firmeza de vista e a agilidade de mãos para o bom desempenho do seu transitório papel. A esse, segundo o crítico ausente, corresponde o cronista de hoje.

Quais as frágeis quinquilharias e os desgraciosos instrumentos dos jogos índicos, passam por sob os dedos ágeis do cronista os acontecimentos da semana: é ele que, ora equilibrando em dourado leque a tênue borboleta de um escândalo de salão, ora atirando e revolteando nas mãos as aguçadas lâminas de um crime de alto bordo, ou de uma conspiração política, aqui jogando e aparando alígero os irisados globos das bolhas de sabão que surgem na lixívia financeira ou na espuma alvacenta das enxaguaduras artísticas, ali deixando cair desastradamente, em um acesso de nevrosismo, os pratos e os copos que lhe giram em torno, quebrando assim estrepitosamente a louça e a cristalina transparência de uns tantos segredos de rua e de alcova, é ele que se encarrega do repouso de espírito e de olhos dos espectadores, fatigados, quiçá, de tantos volteios de trapézio e evoluções equestres, quando os não há, às vezes, amedrontado o estampido do canhão ou mesmo o estourar de alguma bomba de pirotecnia espetaculosa.

\*

Assim, aproveitando ainda o símile, dirá a cronista agora que, no momento atual, os fatos da semana, resquícios ainda dos da anterior, têm, na maioria, o aspecto das aceradas lâminas, tão perigosas para quem delas se aproxima como para aquele que com elas joga. Haja vista o caso Espírito Santo<sup>13</sup> e o “auto de fé” da monarquia.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Vicente Antônio do Espírito Santo (1850 – 17/12/1907). Militar e político brasileiro, deputado por Pernambuco (1890-1891), teve sua trajetória marcada por episódios polêmicos. Em 1891, envolveu-se em um grande escândalo após ter sido acusado de engravidar a menor Maria Joaquina, que vivia sob sua tutela, obrigando-a a se casar com um ex-escravo, Sotero José Maria da Rocha. Sem citar o nome dos acusados, o caso foi descrito no *Jornal do Commercio*, no dia 16 de maio de 1891, sob o título “Desonra e abandono”, que passou a intitular os debates sobre o escândalo em toda a imprensa. No dia seguinte, o mesmo periódico publicou carta enfurecida de João Curvello Cavalcante defendendo a integridade de Espírito Santo, seu amigo e principal investigado. Diante desta exposição vexatória da imagem do político, o periódico foi ameaçado de censura. Entre outros, também noticiaram o incidente: *A Gazeta de Notícias*, em 17 de maio de 1891, e a *Gazeta da Tarde*, em 4 de junho 1891. Todos do Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> Referência à “Fé de ofício” do imperador do Brasil, carta escrita por d. Pedro II em 23 de abril de 1891, meses antes de sua morte, e trazida a público pelo *Jornal do Commercio* de 28 de maio de 1891, por intermédio do visconde de Taunay. Neste documento, o imperador deposto e exilado faz um balanço histórico de seu reinado, exaltando seus feitos, revelando seus projetos não concretizados e afirmando seu amor pelo Brasil. Corina se utiliza da expressão “auto de fé” como metáfora, aludindo ao protocolo instituído pelas inquisições espanhola, portuguesa e mexicana. Dada a

Verdade é que não seria por falta de louça para quebrar, como no escandalozito matrimonial do Rio Comprido,<sup>15</sup> nem por falta de garrafas vazias, mercáveis ou não, que falharia o jogo.

\*

O caso do Sr. deputado Espírito Santo é tão sério, porém, tão hediondo em toda a sua longa enumeração de fatos, que a uma, os cronistas todos o têm evitado, deixando apenas que após a leitura dos depoimentos policiais o público tire as suas conclusões.

O acusado, – pois que acusado existe perante o tribunal da opinião pública, que, por enquanto se há limitado a estudar a acusação tão precisamente formulada – o acusado, qual novo D. Bombastes Furioso,<sup>16</sup> arremessa-se iracundo e terrível contra o jornalismo em geral, e muito particularmente contra um homem cujo crime único foi o de compreender perfeitamente a missão que desempenha, e ameaça “simplesmente” fazer saltar os miolos do Sr. José Carlos Rodrigues.

Se não nos falha a memória, existe uma frase francesa que reza mais ou menos do seguinte modo: *Vous vous fâchez, donc vous avez tort.*<sup>17</sup>

É uma frase esta que deveria ter sido meditada pelo representante de Pernambuco antes da sua tão violenta surtida.

Acusa S. Ex.<sup>a</sup>, indiretamente, de *chantage* ao jornalismo que o criminou; e não será também uma forma de *chantage* essa ameaça, direta, à vida de um jornalista, no caso de ele se não retratar?

Bem sabemos que não cabe à crônica, e sobretudo à índole da presente, entrar em toda esta delicadíssima questão. Somente, e não é bom calar o fato, o Sr. Espírito Santo até agora, culpado ou não, está, parece-nos, perfeitamente em harmonia com o código penal: dotou a ofendida, e, o que mais é, casou-a.

Se criminoso há, é ele um só: esse vergonhoso estatuto que protege tão abertamente a luxúria e a bestialidade daqueles que podem dispor da miserável soma de algumas centenas de mil-réis. A lei é nesse

---

sentença final aos prisioneiros hereges, realizava-se uma procissão pública, de caráter religioso, com leitura das sentenças e execução das punições na presença de autoridades eclesiásticas e cívicas.

15 Bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

16 Personagem da peça homônima, de 1810, do escritor inglês William Barnes Rhodes (Leeds, 1772 – 1826). No enredo, o rei Artaxaminous, desejando se divorciar da esposa para se casar com Distafina, que, por sua vez está prometida general Bombastes, oferece à moça metade do seu reino caso ela abandone o general. Seduzida pela proposta, ela abandona Bombastes.

17 Dito francês: “Você se irrita, logo você está errado”.

ponto a *entremetteuse*<sup>18</sup> infame que acoberta a devassidão e a torpeza dos abastados. O crime limita-se apenas a uma questão de dinheiro: nada mais. A honra das filhas do povo, das donzelas desprotegidas tem cotação monetária, claramente estatuída, e o código torna-se pura e simplesmente empreiteiro da feira da virgindade franqueada aos ricos e aos poderosos.

Dado o caso de ser provada a criminalidade do acusado, o que fará a justiça, se é que justiça existe para o pobre?

Como provar a desonra e o abandono dessa mulher, reabilitada perante a lei, e, portanto, “honrada”, pelo casamento dessa mulher que não foi abandonada, pois que de *motu proprio*<sup>19</sup> esquivou-se à companhia do marido que lhe haviam comprado?

Existirá, em seu caso, culpabilidade legal, irremediável, que possa ser atribuída ao antecessor desse marido boçal e ignorante, adrede procurado? Não recebeu este o preço, um conto de réis – generoso preço perante o código – da desonra da esposa? Onde o culpado, pois? Será esse que cumpre com as disposições estatuídas, que dota a ofendida, e dá-lhe, além disso um marido que será “legalmente” pai desse filho que deve nascer depois do casamento?

Perante a opinião pública, – dirão, – ficará para sempre morto o autor de tão nojenta ação, e, as provas, acumuladas umas sobre outras, de sua deslealdade serão o bastante para bani-lo do seio da sociedade.

Ora! a opinião pública! Severa e intransigente hoje, benigna e cega amanhã! Nada mais versátil, nada mais esquecida do que essa opinião pública, sempiterno catavento a girar à mercê dos fatos e dos homens!

Amanhã outro escândalo virá que apagará o presente; o acusado mudará de residência, tudo cairá no olvido, e ele será o próprio a reconhecer que não valia a pena arvorar-se em assassino por tão transitório fato.

O Sr. Espírito Santo, se efetivamente é culpado, entra na categoria dos criminosos legais, e de crimes legais, não cogita o código, seu disfarçado progenitor.

\*

---

18 Palavra francesa: “mediador, intermediário”.

19 Expressão latina: “moto-próprio”, “espontaneamente”.

Tão torpe, porém, tão eivada de repugnantes mistérios domésticos acha-se esta tragédia, que a cronista prefere demorar os olhos na tragicomédia em que figura como herói mártir o belo Sr. de Taunay, arrastado tão desapiedadamente pelas ruas da amargura, e trazido ainda, pela loura coma, da semana anterior à presente em uma apoteose de crônicas facetas.

Dizem as más línguas – e muitas são elas – que o sempre jovem menestrel dos paços régios teve um fito único na publicação da carta do Sr. D. Pedro de Alcântara incensar a sua vaidade pessoal mostrando que se achava em correspondência íntima com o seu real senhor, que em tão má hora se fiou ao critério e ao senso prático do seu súdito.

Muitos duvidam ainda que seja possível que do cérebro, enfraquecido embora, do Sr. D. Pedro, emanasse semelhante documento, e o Sr. de Taunay já recebeu convite, dizem ainda as mesmas línguas desapiedadas, para apresentar a seus íntimos o imperial autógrafo. Segundo consta mais, o régio emissário hesita em aceder, pois que tarde reconheceu que aquela lista de boas intenções, suficientes por si para ladrilhar de novo o inferno não é fruto das lucubrações imperiais.

Do Sr. Gastão de Orléans<sup>20</sup> é que aquilo é.

C. Cy.

---

20 Luís Filipe Maria Fernando Gastão d'Orléans, conde d'Eu e príncipe de Orléans (Neuilly-sur-Seine, 28/4/1842 – a bordo do vapor Massilla, 28/8/1922). Nobre francês, casou-se com a princesa Isabel.

Retrato do visconde de Taunay, óleo sobre tela, Louis-Auguste Moreaux, 1867.



FONTE: Museu Imperial de Petrópolis.

([https://artsandculture.google.com/asset/portrait-of-viscount-of-taunay/  
dwEOz6ik5fDAAA](https://artsandculture.google.com/asset/portrait-of-viscount-of-taunay/dwEOz6ik5fDAAA))



13 DE JUNHO DE 1891

## A ESMO

Começa a *season*<sup>21</sup> de Sebastianópolis,<sup>22</sup> o período anual de vida e de exaltamento que faz da nossa capital um palidíssimo reflexo das grandes capitais de além-mar.

Entre a política e a arte é que vai decorrer durante algum tempo ainda a nossa existência social, e, desde o bairro São Germano<sup>23</sup> – pois que o temos, é certo – até os confins de Cachambi,<sup>24</sup> todas as atenções se voltam para o centro da atividade atual, para as casas de espetáculo que se acham funcionando, câmaras legislativas inclusive.

Esperam-se grandes coisas, enormes acontecimentos, deslumbrantes sucessos que serão o desenvolvimento e o corolário dos sucessos, acontecimentos e fatos que encheram a presente semana, durante a

21 Palavra inglesa: “estação”.

22 Referência ao nome da cidade do Rio de Janeiro: São Sebastião do Rio de Janeiro.

23 Não conseguimos qualquer referência a esse bairro.

24 Bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro.

qual a chegada de um exilado,<sup>25</sup> a estreia do favorito ator Emanuel,<sup>26</sup> a primeira representação preparatória da Câmara dos Deputados ocupou lugar saliente.

Há por toda parte um como que sopro vivificante carregado dos bálsamos do renovo e da seiva; despertam os espíritos letargiados pela carência de emoções, e existe em todos, jornalistas e políticos, financeiros e literatos, artistas e boêmios, um exaltamento intangível quase, sorrateiro, que enche de alegria e de embriaguez o ambiente que nos circunda. Influência talvez destes céus de anil, destas aragens primaveris, quando nos habituáramos já a esperar as névoas invernosas, as vergastadas da friagem e o longo choro da chuva a cair dos beira-lis das casas.

Só não exultam, *et pour cause*,<sup>27</sup> os nossos pobres e corajosos artistas dramáticos, obrigados a recuar ante essa aluvião de companhias teatrais que nos chegam do estrangeiro, invadindo todas as casas de espetáculo, e até, como agora acontece, aboletando-se nos salões de sociedades particulares, enxotando daqui os que trabalharam durante a estação morta, ou condenando-os a perecer de fome.

Esta invasão anual vai tomando assim aos olhos dos nossos artistas o aspecto de epidemia inevitável e invariável, como a febre amarela, para a qual se projetam infalíveis remédios,<sup>28</sup> mas que, enquanto não a dominam, vai destroçando vidas a mancheias, ou então assume a feição de uma das pragas egípcias – a dos gafanhotos, por exemplo. Pululam os fatos, acotovelam-se os assuntos, e para os que se não comprazem em notícias políticas e comentários artísticos, restam ainda os escândalos policiais, a revolta dos alunos do Ginásio

<sup>25</sup> Trata-se de Afonso Celso de Assis Figueiredo (Ouro Preto, 21/2/1837–Petrópolis, 21/12/1912), visconde de Ouro Preto. Foi ministro da Marinha e da Fazenda. Com a proclamação da República, foi preso e exilado na Europa. Voltou para o Brasil, no dia 7 de junho a bordo do *Ibéria*.

<sup>26</sup> Giovanni Emanuel (Morano sul Po, 11/2/1848 – Turim, 8/8/1902). Ator italiano, estreou em 1866. Encenou óperas como *Don Carlos* e *I masnadieri*, de Giuseppe Verdi. Apaixonado pelas obras de Shakespeare, interpretou *Otelo*, *Hamlet* e *Rei Lear*. Chegou ao Rio de Janeiro, vindo de Montevideu no dia 7 de junho a bordo do vapor *Humberto I*. A *Gazeta de Notícias*, em 9 de junho de 1891, anuncia que aquela noite seria de festa para a arte dramática, pois estrearia, no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro, o ator italiano Giovanni Emanuel, representando *Rei Lear*. Depois da sua primeira turnê pela América do Sul, retornou à Itália e retirou-se dos palcos em 1901 em consequência de doença pulmonar.

<sup>27</sup> Expressão francesa: “por uma razão evidente”.

<sup>28</sup> Os primeiros relatos sobre tratamentos contra a febre amarela datam do século XVI; apesar disso, a vacina só foi desenvolvida em 1937 por Henrique de Azevedo Pena.

Nacional,<sup>29</sup> e por fim o caso das notas falsas, em que anda envolvida uma mulher.<sup>30</sup>

São tão raros entre nós os delitos em que figuram mulheres como culpadas, tão pouco frequentes as ocasiões de estudar no Brasil essa modalidade estranha do mundo feminil: a da cúmplice ativa de crimes em que não atua como principal motor a paixão do ódio ou a do amor, tão anômalas as condições em que se deu o presente fato, que é esta azada ocasião para uma infinidade de rasgo de retórica e pesquisas psicológicas, tanto mais que deve ser formosíssima ou de extraordinária riqueza aparente, elegante e sedutora, essa mulher que passa assim tão facilmente notas de quinhentos mil-réis, e isto para mais de três mil.

Não faltará, certo, quem se consagre à observação deste caso de megalomania, resultante, evidentemente, do meio financeiro em que vivemos há certo tempo, provocado pela febre de enriquecer facilmente, que se apossou de todas as nossas camadas sociais, lavrando, como o mal coreico, mais pela sugestão inconsciente, pela imitação, do que pelo contágio direto.

Quem se quiser dar ao luxo de filosofar, de sofismar mesmo, poderá dizer que, na realidade, não são falsas as notas passadas; assemelham-se a alguns amores ilícitos nascidos de fontes muito puras, partidos da mais admissível das origens, mas as quais falta apenas uma assinatura legal para os tornar acatados e honestíssimos.

Seria também um excelente ensejo para voltarem a campo os propugnadores da emancipação da mulher, que poderiam tomar

<sup>29</sup> Foi fundado em 1837, no Rio de Janeiro, com o nome Imperial Colégio de Pedro II. Em 1889, em decorrência da proclamação da República, passou a chamar-se Instituto Nacional de Instrução Secundária e, em 1890, passou a denominar-se Ginásio Nacional. Em 1911, recebeu a denominação atual de Colégio Pedro II. O levante dos alunos do Ginásio Nacional ocorreu no dia 5 de junho de 1891, motivado pela posse do dr. Epifânio Reis como reitor, em função da exoneração do dr. Luís Cândido Paranhos de Macedo. O movimento culminou com uma caminhada até o Palácio do Itamaraty, onde os alunos, acompanhados por Paranhos, foram recebidos pelo então presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca. Houve expulsão de seis alunos, paralisação das aulas por semanas e o caso teve ampla repercussão em *O Paiz*.

<sup>30</sup> Em 9 de junho de 1891, *O Paiz* traz a seguinte notícia: “Notas falsas / Apesar de toda a ostentação de força e todo o luxo de vigilância, apreciados e reconhecidos por pessoas que cotidianamente passavam pela frente das oficinas Laemmert, teve a polícia que intervir num caso de circulação de notas falsas de 500 rs e de 1\$ ali gravados e impressas para o Banco União de S. Paulo. [...] Colhidos todos os dados necessários, o nome de Maria Joaquina da Silva predominou como o da mulher que teve papel mais saliente na passagem das notas. [...] / Maria Joaquina foi presa e remetida para a polícia. [...] Ao que parece, sobe a três mil e tanto o número das notas passadas do valor de 500 rs e 1\$. Pertenciam as emissões sobre apólice e sobre ouro [...]. Como principais delinquentes são apontados Antônio Alves de Oliveira, Fortunato Benedito Escoz e Henrique Joaquim da Silva, todos empregados da casa Laemmert”.

por tema de partida uma paráphrase de pensamento célebre: “Se as mulheres podem sentar-se no banco dos réus, por que não lhes será permitido também ocupar uma poltrona de juiz ou uma tribuna de advogado defensor?”.

Magnífico motivo, como se vê, e apropriado a um sem-número de variações.

\*

Entretanto não será por nenhum dos numerosos fatos da semana que a cronista encetará a palestra de hoje.

Abrigando-se sob o título escolhido, e que lhe oferece meios de afastar-se ao acaso de suas impressões, voltará para trás, buscando assunto já por outros tratados.

Cumprindo uma promessa feita a amigo estimado vai, bem de leve, é certo, folhear o volume de versos de Rosendo Muniz.<sup>31</sup> Demais, nunca é tarde para falar de um livro, sobretudo quando o acompanha o ruidoso sucesso por este obtido.

\*

O Rio de Janeiro é essencialmente dado ao culto de *fétiches* de carne e osso, *fétiches* literários, artísticos, políticos e financeiros, assim como se deixa levar por espontâneos movimentos de antipatia e prevenção difícil de definir e cuja origem, o mais das vezes, é absolutamente incompreensível.

Rosendo Muniz não figura no número de nossos *fétiches*, está provado, e tempos houve mesmo em que era um *lie* elegante, uma questão de moda, uma prova de bom gosto, dizer mal do autor dos *Tributos e crenças*,<sup>32</sup> prejulgar dos seus trabalhos sem os ler e fazê-lo vítima dos mais indelicados gracejos e injustas zombarias; o poeta, porém, conservou-se sempre sobranceiro a isso, em boa hora seja dito.

<sup>31</sup> Rosendo Muniz Barreto (Salvador, 1/3/1845 – Rio de Janeiro, 18/2/1897). Poeta e romancista brasileiro, iniciou sua vida literária em 1860, ocasião em que ingressa na *Revista Acadêmica Baiana*. Publicou, entre outras obras, *Cantos d'aurora* (1868), *Muniz Barreto, o repentista* (1886), biografia de seu pai, e o sucesso literário *Tributos e crenças* (1891).

<sup>32</sup> BARRETO, Rosendo Muniz. *Tributos e crenças*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

Pela leitura das recentes críticas, porém, vê-se que o *lie* desapareceu, e pelos elogios dispensados ao novo livro percebe-se que a justiça literária, que lhe era devida, sempre se fez.

Como todos aqueles que muito vivem pelo cérebro e pelos nervos, que têm a alma sempre vibrante ao toque das mais leves emoções, é Rosendo sujeito a umas tantas idiossincrasias – e não seria ele o homem de talento que é se não as tivesse – e daí a razão da antipatia que inspirara, antipatia que conseguiu dissipar com mais uma idiossincrasia, e surpreendente, por estes tempos que correm, mostrando-se grato e independente dedicando o seu livro ao velho imperador, que sempre se lhe mostrara amigo cortês em dias de dissabor.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Eis a dedicatória: “A / D. Pedro de Alcântara / EX-IMPERADOR DO BRASIL / O.D.C. / O Autor / Magnânimo Príncipe  
 Não é por lisonja, nem por ostentação, que vos dedico este livro – produto das vibrações de minha alma, tributário do verdadeiro e do belo, testemunho de um passado indelével.  
 Se ainda ocupásseis um trono, eu não me animaria consagrар-vos tão justa homenagem, não por vós, o que a saberíeis aquilatar condignamente, mas para eximir-me de malévolos comentadores, que só veem baixeza nos pequenos entusiasmados pelos grandes, ainda quando estes respeitam o brio daqueles.  
 Acima de quaisquer suspeitas, diz-me a consciência que não sou dos apelidados sebastianistas e que, assim como não contribuí para a revolução, hoje legalmente vitoriosa, não tinha que apresentar-me, perante seus genuíños promotores, aderindo inutilmente, com irrissórios trânsfugas.  
 Submeti-me, como vos submetestes, ao fato consumado, porque seria calamitosa ao sangue e à tranquilidade do povo, que tanto amais, qualquer tentativa de restauração; porque é forçoso reconhecer que, não obstante o vosso mérito pessoal, representais uma instituição incompatível com a natureza libérrima e as expansões democráticas do Novo Mundo; porque, em suma, prefiro às mais legítimas conveniências de ordem individual o sossego e o progresso da nossa pátria.  
 Sem cogitar do restabelecimento dessa monarquia americana, em a qual, durante meio século, vos coube a glória de reinar e governar, por direito de herança recebida em tão verdes anos e pela conquista da estima pública, hoje posso francamente oferecer-vos este meu tributo, exíguo em seu valor próprio, mas bastante significativo na intenção que o ditou: – saudosa prova de reconhecimento a quem, no fastigio do poder, sempre se mostrou delicado, benigno e complacente para a minha rude franqueza. Já não está em mim reintegrar-vos em todas as venturas, restituindo-vos à pátria, em cujo seio encontraríeis o melhor lenitivo à perda irreparável da virtuosíssima esposa, desvaneço-me ao menos de render sincero preito a um espírito superior a todos os infortúnios.  
 Ante as assombrosas quedas, que servem de ensinamento universal, a vossa atitude silenciosa, resignada, olímpica, se afigura exemplo incomparável nos fastos da humanidade culta.  
 Dos maiores vultos, que hão seduzido a fama, exercendo, por estupendos feitos, longuíssima influência na terra, se alguns foram depostos de mais alto, nenhum soube, como vós, manter-se com tanta serenidade e decência no revés.  
 Tão inesperável destituição veio enaltecer a vossa distintíssima pessoa, patenteando ao mundo as excelências de um caráter que não decaiu na adversidade.  
 Que fato edificante: glorificar-se o destronado, sobrelevar-se realmente o filósofo ao rei, verificando-se dest'arte que um trono era insuficiente para salientar a vossa individualidade excepcional!  
 Tudo fizestes a bem da causa pública, enquanto fostes o primeiro sobre tantos estadistas, que vos exaltavam por ambição, ou vos deprimiam por despeito.  
 Não admira que cedêssese à força inelutável dos acontecimentos, quando estáveis tão faltos de prestantes colaboradores, e o peso dos anos, agravado por insidiosa moléstia, só vos obrigava a ininterrupto descanso.  
 Se vos despiram a púrpura, não desmerecestes da alteza intrínseca. Se vos tiraram o cetro, não vos tolheram essa bondade irresistível, que tanto captou as atenções de homens da estatura intelectual

Pode declarar-se francamente – e nisso não vai de nossa parte ofensa ao poeta – que o sucesso do livro foi principalmente devido ao inesperado da carta-dedicatória, um verdadeiro primor de estilo e de elevação de ideias.

Essas poucas páginas, assim escritas, valeriam por si sós ao autor a mais firme reputação de escritor puríssimo, de conhecedor profundo da língua vernácula: são um verdadeiro modelo que poderia ser

e moral de Lamartine, Hugo, Agassiz, Manzoni, Darwin, Alexandre Herculano, F. Wolf, Schoelcher, Gladstone, Frank, Julio Simon, Dumas Filho, Pasteur, Charcot e Rénan.

Se vos afastaram do pátrio solo, não vos arrancaram do fundo d'alma os puros sentimentos de patriota inexcedível.

Descesses do trono para subir ainda mais no apreço das sumidades contemporâneas.

Tanto avultaíais na aceitação do sofrimento, que não careceis de encômios e condolências, por quanto, sob os designios do Altíssimo, vos acompanha e recomenda por toda a parte uma autoridade indefectível: a justiça da história.

Vejo-vos de longe tão grande e tão venerando, sem o mínimo acinte ao novo regime desta futura nação, assim como de perto estou vendo as peripécias da revolução que vos destronou e acaba de ser afirmada pelos imediatos representantes do povo.

Perdestes a coroa, mas creio que não perdestes o direito de exalar o último suspiro na terra que vos foi berço.

Confrontando os dous príncipes, acho ainda mais cabível em vós do que em Carlos Alberto o verso eloquentíssimo de Mendes Leal:

Mais rei no exílio do que os reis no trono.

Outro fôsseis vós, e poderíeis, indignado, repetir as imprecações do rei Lear, tão palpitan tes de verossimilhança nestas palavras, escritas pelo vigor assombroso de Shakespeare:

'Cataratas do céu, jorrai em torrentes, até que as grimpas das torres se tenham submergido nas vagas! Relâmpagos sulfurosos, rápidos como o pensamento, precursores do raio que esmigalha os robles, queimai-me as cãs! E tu, ó trovão, que tudo abalas, achata de todo a esfera terrestre, despedeça os moldes da natureza e, de súbito, dissipá os germes produtores da ingrata humanidade!' Se fosse tão fácil transformar-se um imperador em presidente da república, assim como tem sido possível a caudilhos e adventícios o assumirem a dignidade imperial, nenhum, tão bem como vós, se prestaria gloriosamente a essa pasmosa transformação.

Abstraindo, porém, do rei que se foi, para concentrar-me no patriota que ficou – moralmente ligado a todos os eventos de tão largo período da vida nacional – não tenho de que proibrobar-me, nem me assustam censuras de velhos e novos abissínios, por este meu acatamento à pessoa de um ancião, proscrito, enfermo e incapaz de rebelar-se contra os decretos da Providência.

Em que pese a tantos pobres de caráter, felizmente ainda há no Brasil muita gente incapaz de amesquinhá esta manifestação. Ainda agora me impressiona e exempla o nobilíssimo protesto da hombridade do Sr. Fernandes da Cunha, ex-senador pela Bahia.

No genuíno sistema republicano abre-se espaço a todas as expansões decorosas.

Dispondo de plena luz em plena liberdade, mostre-se cada cidadão tal qual é.

Assim procedo, neste momento.

Educado na crença em Deus, no amor à pátria, e na benevolência para os meus semelhantes, sinto-me feliz perante a minha consciência, por deparar-se-me este ensejo de pagar, com a moeda que me é própria, um pouco do que devo, não ao soberano a quem se dobraram todas as potestades deste admirável país, mas ao brasileiro protótipo de civismo, paciência, abnegação e probidade. Qualifiquem-me os intolerantes como lhes aprovou, contanto que me não atinja a pecha de ingrato. Faço votos para que este livro, oportuno emissário de saudades, chegue a encontrar-vos tão revigorado na saúde, quão sincero almeja o florescimento da novíssima República.

De acordo com o expressivo provérbio, que nunca desconhece a real valia de quem a teve, subscrevo-me. de Vossa Majestade reverente admirador e grato compatriício / Rozendo Moniz Barreto / Rio de Janeiro – Abril de 1891."

apresentado nas mais severas aulas de português para ensinamento e exemplo de elegância de forma e apurada linguagem.

Essa carta tomou, no primeiro momento, quase as proporções de um escândalo; mas no entretanto, despertando no espírito de quem a lia esse sentimento inato de justiça que existe em todo o brasileiro, conseguiu chamar para a individualidade do velho imperador exilado o refluxo de todos os sentimentos bons, de todos os afetos naturais, de todas as simpatias instintivas, que deviam necessariamente nascer à lembrança de quanto fora honesta aquela alma, provada agora pelas vicissitudes de uma sorte adversa.

Após a leitura da dedicatória desaparecia do espírito a imagem do imperador para nele perdurar somente a recordação do homem e do velho expatriado, puro movimento de sentimentalismo e de comoção, alheio absolutamente a qualquer emoção política, coisa esta bem longe do pensamento do autor. Entretanto esse refluxo de simpatia, que poderia ter perdurado ainda por muito tempo em torno da figura venerável do Sr. D. Pedro de Alcântara, foi desfeito era um só dia pelo imprevidente açodamento do Sr. de Escragnolle Taunay que, não compreendendo a natureza dos sentimentos que percebia, apressou-se em publicar o célebre documento que derrubou para todo o sempre o elevado conceito que até então se fazia da mentalidade do ex-imperante. O bom velho, que revivera à invocação, verdadeiramente inspirada, do poeta amigo, foi desapiedadamente trucidado pelo inoportuníssimo golpe do político-urso.

\*

Dos versos, quase todos escritos há anos, pouco poderá dizer a cronista, que, confessa-o, não é do número dos que morrem de amores pela arte poética. Não se julga, pois, no caso de se entregar a detidas análises em um assunto contra o qual sente extraordinária prevenção. Se o espaço, porém, lhe permitisse, talvez transcrevesse um soneto dedicado à cantora Gargano,<sup>34</sup> soneto de muita delicadeza de ideia e mimo de expressão.

---

<sup>34</sup> Giuseppina d'Amico (Catania, 1853 – Bolonha, 14/9/1939). Cantora lírica italiana, veio para o Brasil em 1882 trazida pelo empresário Angelo Ferrari. Passa a chamar-se Giuseppina Gargano após contrair núpcias com Valerio Gargano. O poema dedicado a cantora intitula-se “Tributo a quatro vozes” publicado em BARRETO, Rosendo Muniz. *Tributos e crenças*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p.110.

Sabe, porém, a cronista que os versos todos, escritos em época durante a qual mais de perto conheceu o autor, encerram em si uma parcela da alma do poeta, uma parte do seu coração, e por isso julga-os inspirados. Um mérito lhes reconheci – o de serem sentidos, e sobretudo sinceros.

Entretanto, e não se agaste com isso o autor, está convicta de que aquele feixe de belas poesias, cujo título geral está bem justificado pelas dedicatórias que as encimam e pelas crenças que traduzem, foi apenas um pretexto para a homenagem ao amigo ausente, para a expressão de uma saudade íntima, que, qual flor colhida por mão amante, o iria procurar oculto nas páginas puríssimas de um livro casto.

E, tanto assim é, que da leitura do livro perdura somente a vivíssima impressão causada pela dedicatória e que da obra toda, apesar dos pesares, é ainda a recordação do encanecido rei, que sobrepuja, recordação essa mais persistente no momento atual, sem dúvida por causa da chegada de um seu ex-ministro, e da representação do *Rei Lear*,<sup>35</sup> em cuja individualidade encontram muitos analogia com a do imperador banido.

\*

Estranha coincidência essa que fez com que chegassem ao nosso porto no mesmo dia dois grandes atores, um da cena política, outro do palco dramático, e para os quais se voltam agora todas as atenções.

A primeira do *Rei Lear* tomou proporções de um extraordinário acontecimento, dir-se-ia que era uma primeira audição de peça absolutamente desconhecida para o nosso público. Embora representado por outros artistas, passara despercebida, e o nome só de Emanuel parecia emprestar novo prestígio e merecimento novo ao personagem criado pelo grande dramaturgo inglês.

O público acorreu ao teatro, entretanto, e sobretudo para ver e aplaudir o ator de preferência ao autor.

De há muito afastada do nosso movimento teatral, conhecendo Emanuel apenas pela extraordinária reputação, a cronista dirigiu-

---

<sup>35</sup> Tragédia em cinco atos, de Shakespeare, escrita entre os anos de 1605-1606, cuja trama é a história de Lear, rei idoso da Bretanha, que decide dividir o reino entre as três filhas, e a partilha é feita segundo as declarações de amor a ele. As duas mais velhas, Goneril e Regan, elogiam extremamente o pai; a mais nova, Cordélia, que não o bajula, é excluída da partilha. As irmãs mais velhas, aliando-se, destituem o pai do trono e expulsam-no do castelo, o que o leva a enlouquecer.

se pressurosa ao teatro, impaciente por ver a interpretação dada ao drama, cujo original por muitas vezes folheara, pronta para todos os entusiasmos, para as mais vibrantes emoções.

Que dizer da interpretação? Admirável sim, como apresentação de um tipo imaginado pelo ator, estupendo de verdade fisiológica e psicológica em certos e determinados casos, mas releve-nos o artista – que tem aliás bastante talento para compreender que não o queremos magoar – dizer-lhe que discordamos em absoluto com a interpretação dada ao papel.

Aquele Lear<sup>36</sup> não é o Lear estudado por Shakespeare,<sup>37</sup> não é o louco, o desesperado, que o grande gênio da arte dramática quis apresentar.

Cumpre declarar desde já que, quanto à forma de “dizer”, ao comedimento na explosão das mais violentas paixões, somos dos que mais aplaudem o artista italiano: a maneira, o “processo” de Emanuel está, a nosso ver, de acordo com a natureza humana, tão bem analisada pelo dramaturgo inglês: mas, ainda assim, o seu Lear não é fiel ao texto.

Defeito talvez da péssima tradução, da qual salvam-se apenas alguns trechos do 1º e 2º atos, tradução eivada de anacronismos, permitindo-se *calembours*<sup>38</sup> idióticos e em muitos pontos completamente fora do original, sem contar o arranjo geral da sucessão de cenas, que constituem uma verdadeira “mixórdia”, como diria o nosso amigo Figueiredo Magalhães.<sup>39</sup>

Sujeitar, entretanto, a individualidade de Lear a todas as minudências psicológicas do realismo moderno, adaptar aquele personagem medievo de colossais proporções ao estreito meio das sensações da vida presente, é querer fazer o mesmo que Goethe diz a respeito de Hamlet: “plantar um carvalho em estreito vaso de barro.”<sup>40</sup>

E é esse, a nosso ver, no papel de rei Lear, o defeito de Giovanni Emanuel.

C. Cy.

<sup>36</sup> Personagem central da tragédia *Rei Lear*, de Shakespeare.

<sup>37</sup> William Shakespeare (Stratford-upon-Avon, 26/4/1564 – 23/4/1616). Dramaturgo, poeta e ator inglês. Sua obra teatral caracteriza-se pela diversidade: comédias, peças históricas e, as de maior importância, as tragédias.

<sup>38</sup> Palavra francesa: “trocadilhos”.

<sup>39</sup> Francisco Bento Alexandre de Figueiredo Magalhães (Viseu, 9/6/1838 – Rio de Janeiro, 23/4/1895). Médico-cirurgião, filantropo, professor, militar e jornalista português.

<sup>40</sup> Este trecho diz respeito ao personagem Wilhelm Meister, do romance *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, do escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe, onde é narrada a trajetória desse jovem personagem, filho de um casal da burguesia alemã, que decide ingressar no mundo do teatro juntando-se inicialmente a uma trupe de comediantes. No capítulo 3 do livro, Wilhelm conta ter lido *Hamlet*, de Shakespeare, e se propõe a representar a peça no papel do príncipe.

Retrato de Giovanni Emanuel, gravura, 1891.



FONTE: *Revista Illustrada*, ano 16, n. 623, jun. 1891. Biblioteca Nacional.  
(<http://memoria.bn.br/DocReader332747/4548>)

Retrato de William Shakespeare, óleo sobre tela, John Taylor, 1600-1610.



FONTE: National Portrait Gallery.

(<https://www.npg.org.uk/collections/search/portrait/mw11574/William-Shakespeare?sort=dateAsc&LinkID=mp04051&search=sas&sText=shakespeare&role=sit&rNo=0>)





15 DE JUNHO DE 1891

## EMANUEL E O *REI LEAR*

Quando há poucos dias, assistindo à 1<sup>a</sup> representação do *Rei Lear*, externei francamente a minha opinião sobre o desempenho dado ao papel de protagonista pelo ator Giovanni Emanuel, um amigo que se achava presente, artista de não pequeno merecimento, disse-me:

— “Se ousar escrever o que pensa, verá que tocou em uma casa de maribondos. A crítica será desapiedada para com a senhora, quando não se tornar de todo descortês.”

Ao que parece, na minha crônica de sábado,<sup>41</sup> toquei na tal “casa de maribondos” e uma carta, aliás delicadíssima, subscrita por atenciosa assinatura, faz-mo sentir, ao passo que exige de mim as razões que me levam a julgar menos entusiasticamente do trabalho do aplaudido artista italiano.

A nímia cortesia que presidiu à escolha dos termos em que foi escrita essa missiva impõe-me o dever de aceder ao pedido feito, de responder claramente às perguntas nela encerradas.

<sup>41</sup> Corina faz referência à sua crônica de 13 de junho de 1891, publicada dois dias antes desta, onde expõe críticas negativas à interpretação do ator italiano Giovanni Emanuel, no papel de Lear, quando da encenação da tragédia *Rei Lear* no Brasil.

—

Não conheço pessoalmente o talentoso ator de que se trata, nunca o vi fora do palco, nem de perto, nem de longe, e nunca achei-me portanto sob o portentoso atrativo, a extraordinária sedução, que, segundo afirmam, exerce ele sobre todos aqueles que dele se acercam. Quando aqui esteve há quatro anos, cruel enfermidade impediu-me de assistir às suas representações. Para mim, pois, a primeira do *Rei Lear* tinha todas as condições para impressionar-me fortemente, para me ferir a imaginação, alheia completamente a qualquer juízo prévio.

Conhecia de há muito o original do drama, estudara-o mesmo detidamente, e no dia da representação folheara-o tanto e tão cuidadosamente que pude, de memória, acompanhar, quase que frase por frase, a tradução italiana.

Seduziu-me sempre sobremodo o tipo do velho rei, e, tendo alguma pretensão de haver compreendido suficientemente todas as sutilezas do original, escrito em minha língua natal, dispus-me para um verdadeiro “regalo de deuses”.

Logo na sua entrada surpreendeu-me Emanuel. Apresenta um tipo admirável de velho decrépito, atacado de caquexia senil, e que entra em cena apoiado ao ombro de um valido. Depois, quando sentado no trono, quando ouve os protestos de amor das filhas, o seu semblante reveste-se do enlevo aparvalhado da imbecilidade infantil. À proporção que as palavras caem dos lábios de Goneril<sup>42</sup> e de Regan,<sup>43</sup> bate palmas em uma expansão de júbilo de criança ante uma teteia graciosa, esfre-ga as mãos, os joelhos, e na frase chula, nina-se de prazer.

É um estudo esplêndido, incontestavelmente, brilhante de verdade, mas para outro personagem que não Lear.

Vejamos.

Lear, no 1º ato, ainda não é um caquético senil, não é ainda um caduco. É um desequilibrado, um nevrótico, mas antes de tudo um cavalheiro, um fidalgo, um rei que ainda possui muito amor às prerrogativas reais; um homem em quem sobrepujam as qualidades afe-tivas, niniamente bondoso para as filhas, idolatrando-as, e, em um

---

42 Filha mais velha do rei Lear e esposa do duque de Albany, uma das escolhidas para receber a herança do rei. Na trama, a personagem e sua irmã Regan traem a confiança do pai, destituindo-o do poder e expulsando-o do reino da Bretanha.

43 Segunda filha de Lear. Cf. nota anterior.

verdadeiro rasgo de expansão paternal, aquinhoando-as em vida. Ao pedir-lhes que lhe digam como o amam, vê naquelas expressões de amor o reflexo de sua alma amante. Daí a satisfação imensa ao ouvi-las, daí a terrível desilusão que o fere ante a aparente frieza de Cordelia.<sup>44</sup>

Um desequilibrado, dissemos, um nevrótico igual aos dos modernos tempos, pois que as enfermidades são sempre as mesmas. O meio, porém, em que vive aquele enfermo, o ambiente que respira é o da Idade Média, a época dos preconceitos terríveis de raça, dos altos feitos de cavalaria, que obrigava o fidalgo a ter outras expressões, outros modos de sentir que não os vassalos e os vilões. As maneiras, os gestos, as próprias expansões de afeto eram regidas pelas inflexíveis leis que separavam o grão-senhor do plebeu e do servo da gleba. Só pelo acurado estudo da época em que se desenrola o drama é que poderia Emanuel dar-nos uma imagem fiel da personalidade do rei, cuja nevrose deve necessariamente sofrer a influência do meio social em que se acha.

O verdadeiro realismo neste caso consistiria em transportar-nos para aquele ambiente peculiar em que se passa a ação e apresentar-nos em Lear, antes de tudo, um homem em perfeito acordo com os hábitos e ideias de seu tempo. O tipo, porém, que apresenta, tem gestos e atos de vilão, mesmo antes de se tornar louco.

Entretanto Shakespeare pela boca de Albany,<sup>45</sup> falando após a loucura do rei, descreve o seu herói no momento da primeira ingratidão das filhas:

*A father, and a gracious aged man,  
Whose reverence even the head-lugg'd bear would lick<sup>46</sup>*

Pois bem, esse velho decrepito e caduco, a tropeçar a cada passo, segundo o apresenta Emanuel no 1º ato, aparece no 2º lépido, ativo, jovial, de chapéu à banda, botas altas e chibata em punho, voltando de uma cavalgata! No correr do ato todo mostra-se vigoroso ainda

<sup>44</sup> A filha mais nova de Lear, a que ama deveras o pai, mas não demonstra seu afeto por meio de palavras. Deceptionado, Lear destina-a ao casamento com o rei da França. Diante do destono do pai, Cordelia organiza uma tropa francesa para retomar o território da Bretanha.

<sup>45</sup> Duque de Albany, marido de Goneril, filha de Lear. É menosprezado pela esposa, que o trai com Edmundo, chefe do exército inglês que planeja a morte do duque.

<sup>46</sup> Esta fala é do ato 4, cena 2, no momento em que o duque de Albany se integra à cena e fala com sua esposa, Goneril. A tradutora Áida de Oliveira Gomes, em *Rei Lear* – edição bilíngue (2000), p. 237, propõe como tradução: “Um pai, um encantador ancião, cuja / Nobreza até um urso sentiria”.

e sensível em extremo, como, fidalgo que é, às descortesias de que é vítima, chegando a castigar um fâmulo grosseiro.

A ação com que Lear, ao deixar a casa de Goneril, volta da antessala para demorar-se um momento à soleira da porta dos aposentos da princesa e sacudir o pó dos sapatos, ação essa intercalada pelo artista, é de muito efeito talvez, mas não é uma ação de cavalheiro, por muito indignado que seja, e nunca teria sido praticada pelo nobre rei medievo.

Durante as cenas todas da tempestade até o momento da aparição do suposto louco Edgar,<sup>47</sup> Lear conserva-se completamente lúcido, con quanto agitado pela cólera e pela indignação que o levam a imprecar o céu, por ser insuficiente, com as suas tormentas, para abater o seu sofrimento.

Quando se retiram os companheiros para a cabana, Lear, mais calmo, e pensando mais neles do que em si, promete buscar repouso após haver orado.

*I'll pray, and then I'll sleep.<sup>48</sup>*

Depois, ainda ao rumor da tempestade, sozinho, ao relento e à chuva, Lear recorda-se dos pobres e dos desabrigados, lamenta não haver cuidado mais deles, reflete que a realeza e a prepotência deviam expor-se a sentir o que sentem os infelizes, a fim de socorrê-los melhor.

Toda esta fala, de calma meditação, segue-se à prece. Emanuel di-la como se fosse a própria oração, pedindo ao céu, ajoelhado e de mãos postas, guarida e calor para os desgraçados.

Defeito da tradução talvez.

Esse monólogo, em que a completa calma se faz no espírito do rei, que esquece as próprias dores relembrando os alheios padecimentos, foi imaginada por Shakespeare para contrastar com a violenta aparição do louco fingido que, envolto em seu alvo lençol, como um fantasma d' além-mundo, surge, aos gritos espavoridos do bobo, na presença do velho.

Compreende-se que a imaginação do rei, fortemente ferida pelos recentes acontecimentos, deveria sentir um violentíssimo abalo, a primeira manifestação do qual seria a surpresa. A essa comoção é que principia a loucura em Lear, e só depois de alguns momentos é que ela transparece.

<sup>47</sup> Filho do conde de Gloucester, bondoso e honesto, velho amigo de Lear, é obrigado a abandonar a casa paterna em virtude de intrigas de Edmundo, seu irmão mais velho, egoísta e sem escrúpulos, porém o preferido do pai.

<sup>48</sup> Fala do ato 3, cena 4, no diálogo entre as personagens Kent e Lear. Aída de Oliveira Gomes, em *Rei Lear* – edição bilíngue (2000), p. 185, propõe a tradução: “Eu vou rezar, depois vou dormir”.

Emanuel, entretanto, conduz as cenas todas de modo que a transição da lucidez para a alucinação não é percebida, e para a maioria dos espectadores os gestos, os atos, a modulação da voz na primeira fase, são absolutamente idênticos aos da segunda, isto é, Lear, logo ao entrar em cena acha-se doudo.

Não tirou o ator todo o partido que poderia da indescritível cena do julgamento das filhas, cena em que se manifesta francamente o delírio. Além de haver sido muito cortada, toda essa cena foi malconduzida. Verdade é que os artistas incumbidos de o auxiliarem não podiam mostrar-se mais ineptos, principalmente o encarregado do papel de Edgar, cuja loucura simulada deve servir de ponto de contacto, de termo de comparação, para a insânia real do velho.

Chegamos ao 4º ato, o da loucura perfeitamente definida de Lear. Emanuel apresenta-nos um doudo cuja demência é tranquila, sem grandes ímpetos, sem arrojos nem revoltas.

No entanto o louco de Shakespeare é um agitado, e as mais variadas emoções, os mais desencontrados sentimentos, as mais disparatadas ideias transparecem-lhe na frase e no gesto, entremeados de fugaces lampejos de lucidez, que, quais as zelações de nossas noites estivais mais densas tornam as trevas que o circundam.

As transições de uns para outros pensamentos, ora violentos, ora brandos, são bruscas, incisivas, *empoignantes*,<sup>49</sup> e os movimentos todos participam dessa desigualdade.

Assim, às vezes, à enunciação de uma palavra só surgem-lhe pensamentos lúcidos por ela invocados.

Quando supõe ter ante os olhos um réu convicto de adultério, o seu pensamento estaca ao proferirem os lábios a palavra, e então, com estranha filosofia, profere a célebre defesa dos amores ilícitos. Em um desses fugaces instantes, fita a vista em Gloster<sup>50</sup> e reconhece-o, perfeitamente, exorta-o à paciência, fala-lhe de seu infortúnio, e depois, louco de novo, ergue-se e prega um sermão. Daí passa a fazer considerações sobre o chapéu de feltro e finge em seguida o galopar dos cavalos. É tão evidente essa forma que toma o semidelírio do rei que Edgar exclama:

49 Palavra francesa: “impressionantes”.

50 Amigo de Lear, tem dois filhos: Edmundo e Edgar. Este é deserdado e expulso de casa pelo pai em consequência de uma trama urdida pelo irmão. Gloucester, cego por Cornwall, morre depois de ser expulso de sua casa por Edmundo.

*O, matter and impertinency mix'd! Reason in madness!*<sup>51</sup>

Segundo Emanuel, esse louco não altera nenhuma vez a sua doçura; atira o guante ao suposto inimigo e com a mesma entonação pede o santo e a senha a quem se aproxima. Assusta-o a presença de um rato, que imagina ver em Gloster, sem que recue, e depois, quando descreve os amores das borboletas e dos pássaros, quando relembra a imaginada dedicação do bastardo de Gloster e a ingratidão das filhas, filosofando tranquilamente, a feição geral é a mesma.

Esse rei, a quem, na sua loucura, as prerrogativas da realeza são tão caras, não resiste aos emissários de Cordelia, que parecem-lhe vir aprisioná-lo; julga-se ofendido, e entretanto vai de *motu proprio* sem que o procurem atrair, colocar-se entre eles.

Todo este ato admirável, e do qual o artista, sem gritos, sem largas e espantadiças gesticulações, poderia ter tirado um partido enorme, morreu absolutamente nas mãos de Emanuel, passou frio e despercebido pela maioria do público.

Ou o artista não compreendeu as cenas que devia fazer, ou então não se quis fatigar, reservando suas forças para o ato seguinte, e nesse caso perdeu um excelente ensejo de mostrar-se o genial ator que o fazem, mostrou-se um artista incompleto ou inconsciencioso.

Do 5º ato, que na sua extrema singeleza é fácil de compreender, só nos resta dizer bem. Aí desaparece o rei; acalmado pelo repouso, pelos cuidados da filha e do médico, pelo bem-estar que o circunda, Lear recupera a razão aos poucos, e, ao reconhecer a filha, é o pai, e somente o pai que poderia aparecer.

Emanuel revelou-se então realmente um notável artista. Não tinha que lutar com as difíceis circunstâncias em que Shakespeare coloca o rei nos atos anteriores, e compreendeu, pois, melhor a natureza do seu papel.

Menos agradável impressão me causou na cena final. Prolongou demasiado a agonia do velho, que, na frase de um grande admirador do artista, vem a morrer, não de dor, mas de bronquite asmática.

---

<sup>51</sup> Fala do ato 4, cena 6, em que dialogam Edgar e Lear. Aída de Oliveira Gomes, em *Rei Lear* – edição bilíngue (2000), p. 269, propõe como tradução: “Oh, juntos, sensatez e disparates! Razão na loucura!”.

Em suma, deu-nos Emanuel uma criação sua, um Lear seu somente, excelente não há dúvida como estudo, mas que não é o Lear do dramaturgo inglês, a criação genial de Shakespeare.

---

Já estava escrito este artigo quando chegou-me às mãos a *Cidade do Rio*<sup>52</sup> de sábado.

Cortês, e em demasia lisonjeiro, um dos cronistas da popular folha da tarde, faz-me a honra de contestar minha opinião acerca da interpretação dada por Emanuel ao personagem do *Rei Lear*.

Se não existir *parti pris*<sup>53</sup> de traduzir mal o meu pensamento, creio que as linhas acima explicam claramente o ponto de vista sob o qual encarei a individualidade do rei louco.

Entretanto, uma frase há no atencioso artigo, na qual se pretende pôr em evidência a minha ignorância em matéria de arte dramática: a essa frase, se me permitem, responderei, procurando defender-me da pecha de retrógrada ou de avessa ao realismo.

Diz o citado artigo:

“Mas justamente o grande mérito de Emanuel é este: ter descoberto que Shakespeare é mais realista que os mais realistas, e que a sua obra imortal pode, humana como é, caber dentro dos moldes modernos, como dentro dos moldes antigos. O desespero de Lear é tão verdadeiro como o desespero de qualquer pai dos tempos de hoje. Isto de realismo é uma balela, em que já ninguém acredita! Shakespeare foi tão realista como o é hoje Zola.<sup>54</sup> A menos que se não queira admitir que o realismo seja exclusivamente descrever cenas de fábricas e agitações da Bolsa...”

---

<sup>52</sup> Jornal carioca do final do século XIX, fundado por José do Patrocínio. Circulou de 1887 a 1893, quando foi proibido por causa da publicação de um manifesto do comandante da esquadra sublevada da Revolta da Armada. Seus redatores foram perseguidos pela polícia e Patrocínio foi preso. Após o estado de sítio, o jornal voltou a circular de 1895 a 1902. Não foi localizada a publicação do ano de 1891.

<sup>53</sup> Expressão francesa: “tomada de partido”, “iniciativa”.

<sup>54</sup> Émile Zola (Paris, 2/4/1840 – 29/9/1902). Escritor e jornalista francês, grande expoente da corrente naturalista. Sua literatura, influenciada pelo positivismo, pelo darwinismo, pelo determinismo científico e pelo evolucionismo, assinala-se por descrições de cenas de grande realismo e denunciam problemas e injustiças sociais da época.

Muito antes de Shakespeare, segundo me contam, existiram uns certos autores, gregos, e entre eles Sófocles,<sup>55</sup> Eurípedes,<sup>56</sup> Ésquilo,<sup>57</sup> que descreveram as paixões humanas e as humanas dores tais quais são, tão reais, tão intensas, tão incisivas, que ainda hoje os seus personagens vivem, imorredouros protótipos de individualidades características, tão humanas que cabem “dentro dos moldes antigos como dentro dos moldes modernos”.

Mais realista ainda do que Shakespeare, que, segundo afirma o cronista vespertino, “o mais realista que os mais realistas” foi um outro grego, um tal Aristófanes,<sup>58</sup> que, se me não me falha a memória, precedeu Shakespeare de alguns séculos apenas.

Este grego, que pelos modos devia ser também um crítico abalizado, exigia nas composições dramáticas unidade de ação, de tempo e de lugar, a coisa mais realista, mais naturalista, mais evidente e “moderna” que possa existir em teatro.

A humanidade é uma só, os seus assomos de cólera, como os seus arrulhos de amor, os seus ódios, como as suas mágoas emanam todos das mesmas fontes, eternas, imutáveis.

Somente a humanidade não é estacionária; evolue e progride, e com o correr dos séculos, com o andar da civilização ela muda na expansão das suas paixões, sente e pensa, fala e age conforme o desenvolvimento material e intelectual do seu tempo.

Existe uma ciência muito moderna, a mesologia, que deverá ser melhor conhecida, e sobretudo profundamente estudada por todos os intérpretes da arte dramática, autores e atores, que pretendam fazer realismo “de verdade” no teatro.

<sup>55</sup> Poeta trágico da antiguidade grega (Colona, 496 a.C. – Atenas, 406 a.C.), cuja obra teatral chegou a cerca de 100 peças, mas somente sete são hoje conhecidas, entre elas *Ajax*, *Electra*, *Antígona*, *Édipo rei*.

<sup>56</sup> Poeta trágico da antiguidade grega (Salamina, 480 a.C. – Macedônia, 406 a.C.), foi educado com leituras de filósofos e se relacionou com pensadores renomados. De suas cerca de 90 peças, somente 18 chegaram aos dias de hoje. Destacam-se: *Alcetes*, *Medeia*, *Andrônaca*, *Troianas*

<sup>57</sup> Poeta trágico e dramaturgo da antiguidade grega (Elêusis, 525 a.C. – Gela, 456 a.C.), considerado o fundador da tragédia grega. Foi autor de cerca de 90 peças, mas apenas sete chegaram até nós, entre elas, a trilogia *Orestes* (*Agamenon*, *As Coéforas*, *Eumênides*), *Persas* e *Sete contra Tebas*.

<sup>58</sup> Poeta da antiguidade grega (Atenas, 450 a.C. – 386 a.C.), fundador da comédia grega. Das 44 peças que lhe são atribuídas, chegaram até nós apenas 11: *Os cavaleiros*, *As nuvens*, *Lisístrata*, *As aves*, *Assembleia de mulheres*, *Pluto*, entre outras.

O realismo, a meu ver, pois, não consiste em arrastar para o nosso tempo um personagem de era remota e fazê-lo sentir e proceder com toda a vibratilidade dos nossos nervos apurados já pela civilização intensa dos modernos dias. O realismo consiste, antes de tudo, em transportar o espectador para “o meio” em que se desenrola a ação, fazê-lo viver daquela vida, iludi-lo a tal ponto que ele chegue, pela fina percepção da intelectualidade civilizada, a sentir como sentiam os homens da época do drama, a respirar, como se fosse seu, o ambiente que os circunda.

O artista que se quiser fazer realista deve ser um profundo conhecedor de todas as modalidades históricas da humanidade, estudando-lhes as minudências todas. Deve sacrificar o seu brilho individual como ator à harmonia mesológica do conjunto, e sobretudo deve evitar cercar-se da penumbra da inépcia de seus companheiros para que o seu personagem não faça o efeito de um foco eléctrico em meio de meia dúzia de pirilamos.

Quanto a Emanuel ter feito “a descoberta” de que Shakespeare é um extraordinário realista, e por isso tratou de o interpretar realisticamente, há um pequenino engano. Emanuel não podia fazer “uma descoberta” feita já; antes dele Macready,<sup>59</sup> o grande ator inglês, o fizera, e na interpretação dos personagens de Shakespeare procurava o mais possível libertá-los da convenção que até aí os regera.

Ainda antes de Emanuel, precedendo-o de alguns anos apenas, Henry Irving,<sup>60</sup> outro ator inglês, um dos homens mais eruditos do seu tempo e o mais notável intérprete de Shakespeare na atualidade, também “fez a descoberta” do realismo do grande dramaturgo. Somente Irving, pondo em campo todo o seu vasto saber, todo o seu talento de artista, cercando-se de companheiros distintos, auxiliado sobretudo

<sup>59</sup> William Charles Macready (Londres, 3/3/1793 – Cheltenham, Gloucestershire, 27/4/1873). Ator inglês, renovador das técnicas de interpretação e produção teatral do século XIX. Estreou nos palcos em 1810 na companhia de teatro do pai; em 1820, já se sobressaía na interpretação de personagens shakespearianas, como Hamlet, Lear e Macbeth. Resgatou os textos originais do dramaturgo inglês por não aceitar as modernizações. Deixou os palcos em 1851, interpretando Macbeth, seu personagem preferido.

<sup>60</sup> Um dos mais célebres atores ingleses (Keinton-Mandeville, 6/2/1838 – Bradford, 13/10/1905). Estreou no teatro em 1856, na peça *Richelieu*, do escritor inglês Edward Bulwer-Lytton. Atuou com grandes nomes do teatro inglês, como a atriz Ellen Terry. Reviveu *Hamlet* e produziu *O mercador de Veneza*, *Otelo*, *Romeu e Julieta*, *Muito barulho por nada*, *Noite de reis*, *Macbeth* e *Rei Lear*.

pela extraordinária intuição dramática de Ellen Terry,<sup>61</sup> procura dar aos personagens que interpreta, ao conjunto do drama, o mais absoluto rigor histórico, e o mais elevado brilho de encenação. Só quem o viu é que poderá fazer uma ideia exata do que seja o realismo em teatro, posto de acordo com os mais adiantados processos da ciência moderna.

Giovanni Emanuel não descobriu Shakespeare, e, se não viu os seus intérpretes no original, adivinhou, apenas em parte, o grande autor. Somente. Emanuel, creio, não é nem um erudito, nem um profundo estudante de história.



Pondo ponto-final, no que me diz respeito, a esta discussão, resta-me apenas agradecer àqueles que, lendo a minha despretensiosa crítica de sábado, ligaram-lhe bastante importância para dar-lhe a honra de uma contestação.

C. Cy.

---

61 Alice Ellen Terry (Conventry, 27/2/1847 – Hythe, 21/07/1928). Atriz inglesa, muito popular na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Aos 16 anos, deixa os palcos para se casar com o pintor G. F. Watts, relação que durou apenas dez meses. Volta à carreira teatral e, em 1867, interpreta Catarina, de *A megera domada*, de Shakespeare.

Retrato de William Charles Macready, óleo sobre tela, John Jackson, 1821.



FONTE: National Portrait Gallery.  
([https://www.npg.org.uk/collections/search/portrait/mw04153/  
William-Charles-Macready](https://www.npg.org.uk/collections/search/portrait/mw04153/William-Charles-Macready))

Retrato de Ellen Terry como Cordélia em *Rei Lear*, fotografia em platinótipo,  
Window & Grove, 1892.



1892. CORDELIA.

FONTE: National Portrait Gallery.

([42](https://www.npg.org.uk/collections/search/portrait/mw135914/Ellen-Terry-as-Cordelia-in-King-Lear?search=sp&sText=ellen+terry&wPage=5&r>No=117</a>)</p></div><div data-bbox=)



20 DE JUNHO DE 1891

## A ESMO

Ainda pela política, ainda pelas artes, decorreu a semana; os comentários e as apreciações dividiram-se igualmente entre a mensagem presidencial e o banquete ofertado pelos homens de letras ao corpo docente da Escola Nacional de Belas Artes.<sup>62</sup>

Se a primeira não causou assombro, o segundo também não deixou a ninguém estatelado de admiração, con quanto em ambos se encontrasse mais de um motivo de surpresa.

A crônica e a crítica diária não se comprouveram em esmiuçar todos os escaninhos, todas as minudências, as belezas todas dos dois fatos mais notáveis da existência hebdomadária; anda preocupada

---

<sup>62</sup> Sua origem é a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Com a proclamação da Independência do Brasil, passou a ser denominada Academia Imperial das Belas Artes e, depois da proclamação da República, recebeu a denominação de Escola Nacional de Belas Artes. A *Gazeta de Notícias* de 17 de junho de 1891 relata que, no salão nobre do Teatro São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro, realizou-se na véspera um banquete para festejar a inauguração dos trabalhos letivos da Escola de Belas Artes. O banquete foi presidido pelo ministro da Instrução Pública, João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Dos brindes foram encarregados Olavo Bilac, que saudou a Escola de Belas Artes; Pardal Malet, o ministro da Instrução Pública; Artur Azevedo, a Arte Dramática; Coelho Neto saudou o Instituto de Música; Paulo Ney, a imprensa; Sizenando Nabuco, a Intendência Municipal; Aluísio Azevedo, o governador do estado do Rio de Janeiro; e Luís Murat fez o brinde final à Arte.

ainda em turificar o grande GÊNIO que aqui veio expressamente para nos extasiar, a nós ignorantes, a nós espíritos incultos, a nós cérebros atrofiados destas selvagens plagas brasileiras, com as fulgurações do seu naturalismo declamatório, da sua compreensão excepcional da arte, que, na opinião, infelizmente ainda não publicada de Artur Azevedo,<sup>63</sup> “é a única que não pode ter gênios por ser uma arte toda de reprodução”.

\*

O Rio de Janeiro, ou antes um certo grupo por ele, costuma entregar-se a umas tantas idolatrias periódicas que nos assolam inesperadamente como qualquer outra febre perniciosa, e desaparecem também, logo que seja removida a causa primordial ou o foco de infecção; e aí! do incauto ou do independente que se não quer curvar ao suposto prestígio da individualidade cujo culto se pretende impor a todo o transe.

É ainda esse grupo que se incumbe de levantar reputações extraordinárias, de decretar coroas de gênio e galardões de glória ao favorito do momento, cuja reputação, cujo gênio e cuja glória imorredoura não conseguem, o mais das vezes, repercutir mesmo fora do centro da nossa metrópole, que, infelizmente, ainda não foi julgada no caso de dar leis no mundo.

Giovanni Emanuel, o GÊNIO por excelência, o *nolle me tangere*<sup>64</sup> dos seus amigos pessoais, quando aqui chegou pela primeira vez, há cerca de quatro anos, era quase que absolutamente desconhecido, e a reputação por ele granjeada exclusivamente nos palcos da Itália não era tal que deslumbrasse o mundo todo com o prestígio do seu extraordinário brilho; entretanto conquistou logo em princípio umas tantas simpatias e foi imediatamente sagrado gênio transcendental, inaudita revelação artística. Foi ele talvez o mais surpreendido com

<sup>63</sup> Artur Nabantino Gonçalves de Azevedo (São Luís, 7/7/1855 – Rio de Janeiro, 22/10/1908). Jornalista e professor brasileiro, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Fundou publicações literárias, como *A Gazetinha*, *Vida Moderna* e *O Álbum*. Com Machado de Assis, colaborou em *A Estação*. Defendeu a abolição da escravatura, tema explorado na comédia *O liberato* (encenada no Teatro Lucinda em 16 de setembro de 1881) e *A família Salazar*, drama proibido pelo Conservatório Dramático, mais tarde publicado com o título *O escravocrata*. Manteve coluna sobre teatro em vários periódicos da época e a ele se deve, em grande parte, a construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

<sup>64</sup> Esta expressão latina, presente no Evangelho de João 20:17, significa “não me toques” e é pronunciada no momento em que Cristo ressuscitado aparece diante de Maria Madalena e esta tenta beijar-lhe os pés.

essa estupenda revelação que se veio fazer aqui no Brasil, para especialíssimo gozo e eterno embasbacamento da crítica indígena, que, ajoelhada, ainda hoje entoa hosanas à sorte que tal ventura lhe concedeu.<sup>65</sup>

Emanuel constituiu-se o grã-Bouddha do dia, e os seus *fakirs*<sup>66</sup> de nada mais sabem, de nada mais cogitam senão da nova apocalipse e da nova religião.

Hipnotizados, empolgados pelo deus ignoto, não há arma de que não lancem mão alguns desses admiradores fanáticos do GÊNIO para combater os iconoclastas ou os incrédulos da nova seita, e, desde a graçola pesada de arrieiro, reminiscência da linguagem ouvida nos tempos em que um “artista equestre” se incumbiu de os amansar, até o assvio e a assuada de moleques malcriados, tudo tem servido.

Compreende-se que em terrenos tais a cronista não pode pisar, e que toda discussão, todo o parecer se torna absolutamente impossível do momento que ela se arrisque a encontrar-se com contendores que não são precisamente cavalheiros, ou que desconhecem as mais comezinhas regras da cortesia usual entre jornalistas que se prezam de o ser.

Fica, pois, o GÊNIO Bouddha consignado à guarda dos seus sacerdotes... gratuitos, os quais entretanto se esqueceram de preveni-lo de que o fanatismo com que o cercam agora, com que foram cercados em tempo Salvini,<sup>67</sup> Rossi<sup>68</sup> e Novelli,<sup>69</sup> é o mesmo fanatismo que há de aureolar a outro qualquer que depois dele venha.

A cronista, que aliás não mais o foi ver, fará por esquecer a existência do GÊNIO que ora nos felicita, para lembrá-lo talvez, no dia em que outro tão aplaudido, tão idolatrado como o presente seja imposto à admiração dos íncolas desta terra. Será então ocasião de consignar um fato pouco observado ainda: que os gênios pululam e surgem no

<sup>65</sup> Segundo a seção Diversões de *O Paiz*, Giovanni Emanuel, na sua passagem pelo Brasil em 1887, além de dirigir a companhia dramática italiana, atuou como protagonista em várias peças, todas encenadas no mês de julho no Teatro Imperial D. Pedro II, entre elas: *O casamento de Figaro*, de Beaumarchais, no dia 12; *Hamlet*, de Shakespeare, no dia 14; no dia 19, desempenhou o papel de Loris Ipanoff em *Fedora*, de Sardou; e, no dia 23, foi o personagem Corrador, de *A morte civil*, de Paolo Giacometti. No dia 29, despedida da companhia, ele ainda representa duas peças. No início de agosto, a companhia segue para São Paulo e retorna para a Europa em 24 de setembro.

<sup>66</sup> Palavra francesa: “faquir”.

<sup>67</sup> Alessandro Salvini (Pádua, 1827 – Florença, 1886). Ator italiano, casou-se com a atriz Guglielmina e entrou para a companhia do sogro, o comediante Tommaso Zocchi.

<sup>68</sup> Cesare Rossi (Fano, 19/11/1829 – Bari, 1/11/1898). Ator italiano, intérprete de Shakespeare, trabalhou durante uma temporada nos Estados Unidos com o ator italiano Giovanni Emanuel. Esteve no Brasil em 1879.

<sup>69</sup> Ermete Novelli (Luca, 5/5/1851 – Benevento, 29/1/1917). Ator italiano, muito popular no final do século XIX; visitou diversas vezes o Brasil, entre 1890 e 1912.

Rio de Janeiro com a mesma rapidez e espontaneidade de cogumelos tóxicos como os que há tempos iam dando cabo da Escola Nacional de Belas Artes<sup>70</sup> na pessoa do nosso provento artista Rodolfo Bernardelli.<sup>71</sup>

\*

Foi ele a principal figura da festa gastrônomo-artística com a qual se comemorou a abertura, algum tanto tardia, talvez, da nova academia. Festa em todos os pontos esplêndida, fim de século e em extremo nova, até na introdução dos brindes oficiais, anunciados de antemão, tal qual como nos banquetes políticos da Europa e da América do Norte, aos quais se assiste somente para ouvir falar um orador notável, um Gladstone,<sup>72</sup> um Crispi,<sup>73</sup> ou um Chauncey Depew.<sup>74</sup>

Sabedores de há muito e justamente receosos da mania discursadora e brindadora que geralmente grassa em meio dos palestradores de sobremesa, os organizadores da festa conjuntamente com o *menu* das iguarias gastronômicas apresentaram a carta dos acepipes oratórios, a fim de evitar as indigestões de retórica e amainar as tempestades prováveis; sábia previdência essa, mas que, no entanto, não impediu os exsertos e os *addenda*<sup>75</sup> de oradores não inscritos.

Curiosa essa lista e deveras digna de ser imitada. Com uma exceção apenas, os brindes foram, e muito bem entendidamente, dirigidos a entidades abstratas, evitavam-se assim ferir susceptibilidades pessoais e vaidadezitas sempre despertas.

70 A Academia de Belas Artes foi palco de um período de agitação entre positivistas e modernos após a proclamação da República, em especial no ano de 1890. O grupo que desejava uma renovação no ensino das belas-artes, acompanhando as novidades apresentadas por Rodolfo Amoedo e Rodolfo Bernardelli, criticava a Academia e seus métodos, mas não queriam o seu fechamento. O que propunham era uma modificação no regulamento, tal como foi apresentado a Benjamim Constant, ministro da Instrução, que era consoante com as ideias por eles sugeridas.

71 José Maria Oscar Rodolfo Bernardelli (Guadalajara, 18/12/1852 – Rio de Janeiro, 1931). Escultor mexicano, estudou na Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro, entre 1870 e 1876, onde teve Chaves Pinheiro como mestre. Estudou em Roma e, na volta ao Brasil, lecionou na escola em que estudara. Entre 1890 e 1915, torna-se diretor da Escola Nacional de Belas Artes.

72 Willian Ewart Gladstone (Liverpool, 29/12/1809 – Hawarden, 19/5/1898). Estadista britânico. Abandonou a vocação de pastor, mas suas ações políticas foram marcadas pelas certezas religiosas e morais.

73 Francesco Crispi (Ribera, 4/10/1818 – Nápoles, 12/8/1901). Estadista italiano. Entre 1848 e 1849, foi um dos líderes da Revolução Siciliana contra os Bourbons. Ocupou cargos importantes na política do seu país.

74 Chauncey Mitchell Depew (Peekskill, 23/4/1834 – Nova York, 5/4/1928). Político norte-americano, também advogado e lobista das empresas ferroviárias de Cornelius Vanderbilt.

75 Palavra latina, pl.: “adendos”.

Saudou-se, pois, oficialmente a Escola de Belas Artes, a Instrução, a Arte Dramática, a Música, a Imprensa, o Sr. Francisco Portela,<sup>76</sup> do estado do Rio, e por fim, como brinde de honra a Arte.

\*

Ora, não se dava à “cronista” saber o que foi o Sr. Francisco Portela, do estado do Rio, fazer *dans cette galère*.<sup>77</sup> Até agora ainda não lhe constou, nem a ela, nem a ninguém, que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. governador houvesse, por qualquer modo, quer direta, quer indiretamente, influído no desenvolvimento das Belas-Artes, e muito menos houvesse concorrido para o desenvolvimento e proteção da arte na capital de cuja escola se festejava a inauguração.

Verdade é, que indiretamente, S. Ex.<sup>a</sup> concorreu para o desenvolvimento da pintura na capital do seu estado, foi por influência sua, e exclusivamente por amor seu que a Companhia Cantareira<sup>78</sup> mandou brochar de novo três bondinhos velhos da linha de Icaraí,<sup>79</sup> Cubango<sup>80</sup> e mais paragens ínviias, bondinhos esses que são a admiração perene dos niteroienses, desabituados de tão insólito luxo por parte da supradita companhia.

Já é alguma coisa, não há dúvida, mas não é motivo suficiente para que o nome do Sr. Francisco Portela figurasse na lista oficial dos brindes do banquete artístico. Outros, e de muito mor valia para as belas-artes, foram esquecidos, e, se não fosse o Sr. Leopoldo Miguez<sup>81</sup> que, em boa hora seja dito, não é um ingrato, ninguém se teria lembrado de Aristides Lobo,<sup>82</sup> o homem que deu vida ao Instituto de Música.

<sup>76</sup> Médico e político brasileiro (Oeiras, 22/7/1833 – Rio de Janeiro, 22/12/1913). Durante o período imperial, prestou serviços médicos por ocasião do surto de cólera. Vereador por Campos dos Goitacases, deputado da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, governador do estado fluminense, de 1889 a 1891. Tornou-se ainda deputado federal e, mais tarde, senador.

<sup>77</sup> Expressão francesa: “nessa questão controversa”.

<sup>78</sup> Foi fundada em 1º de outubro de 1889, oriunda da fusão da Companhia das Barcas Ferry e da Empresa de Obras Públicas do Brasil, com o objetivo de explorar o abastecimento de água, o serviço de bonde por tração animal em Niterói e a navegação a vapor entre Rio de Janeiro e a capital fluminense.

<sup>79</sup> Bairro da Zona Sul de Niterói, Rio de Janeiro.

<sup>80</sup> Bairro da Zona Norte de Niterói.

<sup>81</sup> Leopoldo Américo Miguez (Rio de Janeiro, 1850 – 1902). Compositor erudito e regente, foi diretor do Instituto Nacional de Música (1890) e é autor da melodia do Hino à Proclamação da República do Brasil.

<sup>82</sup> Aristides da Silveira Lobo (Mamanguape, 12/2/1838 – Barbacena, 23/7/1895). Político e jornalista brasileiro, em 12 de janeiro de 1890 assinou, junto a Manuel Deodoro da Fonseca, o Decreto de

Brindou-se ao Sr. Francisco Portela, e não houve uma saudação à memória de Benjamim Constant,<sup>83</sup> aquele de cuja vontade nasceu a escola que tamanha festa merecia!

Dizem que o Sr. governador foi brindado como homem de letras e extremado cultor da musa poética; é um motivo plausível. Entretanto Luís Murat,<sup>84</sup> que, na opinião de todos quantos ali se achavam presentes, ocupa o posto culminante da nossa moderna literatura, não foi lembrado!

Todas as exceções são odiosas, mas esta nem isso é; é simplesmente inexplicável, e nenhuma razão se encontra para o brinde levantado ao Sr. Portela, a não ser uma única: a intenção que atribuem ao ilustre governador (sempre bem-intencionado, S. Ex.<sup>a</sup>!) de fundar uma escola de letras e artes no seu estado, uma de cujas cadeiras, a de literatura provavelmente, deverá ser regida pelo nosso primeiro e único romancista da atualidade. Mas essa intenção não passa, ao que consta, de mero boato; tanto mais que o Ex.<sup>mo</sup> governador nas frases com que agradeceu a fineza com que fora distinguido, declarou não admitir o ensino oficial de belas-artes, e compreender melhor o ensino livre, o que dá asas ao gênio.

Evidentemente neste trecho do seu discurso houve um ligeiro equívoco por parte de S. Ex.<sup>a</sup>. Querendo ser gentil para com a Escola Nacional de Belas Artes e dirigir-lhes uns tantos elogios, o Ilustre governador confundiu-a com o extinto Atelier Livre,<sup>85</sup> também fundado sob os auspícios do nosso genial Bernardelli, atual diretor da escola oficial.

\*

---

<sup>nº</sup> 143, segundo o qual seria extinto o Conservatório de Música e seria criado o Instituto Nacional de Música. Foi um dos chefes do levante republicano.

<sup>83</sup> Benjamim Constant Botelho de Magalhães (Niterói, 10/2/1837 – Rio de Janeiro, 22/1/1891). Militar, engenheiro, professor e político brasileiro. Republicano, ocupou as pastas de ministro da Guerra e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos; neste cargo aprovou os Estatutos da Escola Nacional das Belas Artes, em 8 de novembro de 1890.

<sup>84</sup> Luís Morton Barreto Murat (Itaguaí, 4/5/1861 – Rio de Janeiro, 3/7/1929). Jornalista, poeta, filósofo e político brasileiro. Sua estreia literária ocorreu em São Paulo, em 1879, no *Ensaio Literário*. Colaborador dos periódicos *Cidade do Rio* e *A Rua* e, com Artur Azevedo, fundou, em 1886, o jornal *Vida Moderna*. Foi deputado pelo Rio de Janeiro (1890) e empenhou-se nas campanhas pela abolição da escravatura e pela instauração da república. Vivendo na época do movimento parnasiano, a sua poesia, contudo, já prenunciava as névoas simbolistas.

<sup>85</sup> Fundado por Rodolfo Bernardelli, Henrique Bernardelli, Rodolfo Amoedo e Zeferino da Costa em 1888. A princípio funcionou no largo de São Francisco, e de lá passou para a rua do Ouvidor. Sua criação pôde ser vista como uma forma de protesto ao ensino tradicional da Academia de Belas Artes e buscava renovação da arte no país entre vertentes realistas e simbolistas.

O sucesso do banquete, porém, pertenceu todo a Artur Azevedo, que brindou a arte dramática, saudou a indigência em versos tão bonitos que quase chega a reconciliar-nos com a arte poética. À sombra da rima e do metro disse umas verdades crudelíssimas, mas bem sentidas, compreendidas inteiramente pelos artistas dramáticos presentes, verdades essas que surgem todas as vezes que se trata de teatros e artistas nacionais.<sup>86</sup>

Muito se há falado e muito ainda se há de escrever sobre essa miséria e essa decadência; mas por Deus! se o teatro nacional está reduzido a pedir esmolas, de quem a culpa?

De muitos e muitos, sobretudo dos nossos críticos e cronistas, e entre eles, talvez em primeiro lugar, o próprio Artur Azevedo.

Têm esses senhores a pretensão de guiar o gosto público, de o encaminhar na apreciação de todas as produções teatrais e do merecimento dos artistas que do teatro vivem; sabem, melhor do que nós, se a sua opinião influi ou não sobre o espírito de seus leitores, conhecem a força persuasiva de sua pena, e entretanto os seus elogios todos, todos os seus entusiasmos, o melhor esforço de sua crítica, empregam-nos eles de preferência na apologia das companhias estrangeiras, que, como um mal esporádico, aqui chegam para sugar o sangue, a vida, o pão dos nossos pobres artistas que lhes merece apenas as jeremidas que nada remedeiam.

<sup>86</sup> A *Gazeta de Notícias* do dia 16 de junho de 1891, na matéria “O banquete”, transcreveu a poesia recitada por Artur Azevedo no evento em homenagem à Escola de Belas Artes:

“Deixai que, erguendo a minha débil... taça,/ E, arrancando do fundo escuro de uma toca/A musa envergonhada,/ Em tosco verso faça/O brinde que me toca/Nesta assembleia honrada./ Se o meu engenho invoca/A música, do metro e a rima sonorosa./ É porque em verso digo/A mesma cousa que diria em prosa./ E mais efeito produzir consigo./ Eu tenho que brindar a Arte Dramática:/ agradeço a incumbência. /Pois é missão simpática, /Vir saudar a indigência. /Mão protetora estende o poderoso estado/ A música divina/ (a melhor medicina/ Da alma do bruto e do civilizado);/ A pintura, a escultura/A própria arquitetura,/ Têm todo o seu cuidado;/ Mas o teatro vegeta enfermo e abandonado!/ Vejo que noutras partes/ (Não falo – notai bem – dos povos mais vizinhos...)/ Dispensam-lhe as atenções, dispensam-lhe carinhos;/ Mas ele é, no Brasil, a Cendrillon das Artes.../ Por quê? Não será nobre o teatro porventura?/ A música é mais nobre? é mais nobre a pintura?/ Deve o teatro descer ao nível de um ofício?/ João Caetano é menor que o bom José Maurício?/ Vale menos que Pedro Américo ou Meireles? Fídias não é maior que Aristofanes; Plauto/ Não é menor que Apeles,/ Em que pese ao governo indiferente e incauto./ Falei de João Caetano,/ Que foi do nosso palco o gênio soberano.../ Hoje a memória sua/ O bronze perpetua.../ Morreu há tempo o velho ator – sou franco!/ Vivo, iria talvez à praça pública,/ Não como estátua: como saltimbanco!/ O ministro ali está da próvida República,/ Que tem na ilustre mão das Artes o destino/ Diante dele me inclino,/ E rogo-lhe proteja uma arte que idolatrio;/ Da pasta da Instrução pode sair um teatro!/ Senhores, concluindo/ Estes versos à tua,/ Que encontraram ouvidos indulgentes,/ Entusiasmado brindo/ À nobre arte do teatro na pessoa/ Dos artistas dramáticos presentes.”

Culpados de nossa decadência dramática são os Artur Azevedo e outros que, quando aqui aporta ou uma Judic<sup>87</sup> avelhantada ou um Emanuel inovador, só se ocupam na sua crônica com eles, dando-nos diariamente a expressão do seu entusiástico fervor, e que, quando esses artistas se vão embora, apenas de longe em longe se lembram da existência de um ou outro dos nossos teatros.

Se o teatro decaiu, é porque os cronistas-comediógrafos, e entre eles ainda Artur Azevedo, preferem traduzir operetas e farsas licenciosas a escreverem peças limpas e comédias delicadas.<sup>88</sup> O gosto público está estragado? Mas quem o estragou, Cristo Santo! senão aqueles que nada bom lhe querem dar e elogiam, em termos de calão de botequim, as fancarias que andam aí em cena?

Ah! culpados da decadência teatral são aqueles que ainda não souberam tomar o pulso ao público, esse grande anônimo, e sentir-lhe ferver o sangue, fremir os nervos e palpitar as artérias quando assiste a um espetáculo que o impressiona honestamente, desse público que enche o teatro para ver a representação de *Uma véspera de reis*,<sup>89</sup> peça genuinamente nacional, e pura, e limpa, desse público que aplaude produções delicadas como a *Carta anônima*<sup>90</sup> e o *Engraxate*,<sup>91</sup> desse público que acudiu pressuroso às comédias de França Júnior<sup>92</sup> e aclamou-as até o delírio, desse público muito mais culto e inteligente do que o supõem, e que julga e sabe melhor do que o pensam, das causas da nossa decadência teatral.

<sup>87</sup> Anna Judic (1850 – 1911). Atriz francesa, chegou ao Rio de Janeiro no segundo semestre de 1890, proveniente dos países do Prata, para uma temporada no Teatro Lírico no Rio de Janeiro. Era primeira atriz da companhia dirigida por Rosenthal.

<sup>88</sup> Segundo José Galante de Sousa, Artur Azevedo “foi responsabilizado pela desmoralização da arte dramática entre nós, por ter se dedicado ao lastimoso gênero ‘o tró-ló-ló de pernas nuas’”. Galante lista inúmeras peças cômicas escritas a propósito e traduções; especificamente no ano de 1891, temos *A guardadora de gansos*, tradução da opereta de E. Leterrier e A. Vanloo, música de P. Lacorne, representada no Fênix Dramática em 17 de fevereiro. (*O teatro no Brasil*, 1960, v. 2, p. 81).

<sup>89</sup> Comédia em um ato, de Artur Azevedo, encenada pela primeira vez em 15 de julho de 1875 no Teatro de São João, da Bahia, com música de Francisco Libânia Colás.

<sup>90</sup> Comédia em um ato, em verso, de Figueiredo Coimbra. Foi representada no Recreio Dramático em 2 de agosto de 1884.

<sup>91</sup> Drama em um ato, em verso, de Soares de Sousa Júnior.

<sup>92</sup> Joaquim José da França Júnior (Rio de Janeiro, 19/4/1838 – Poços de Caldas, 27/9/1890). Jornalista e teatrólogo brasileiro, cuja obra compreende, na maioria, comédias. Inicialmente, escreveu *A república modelo* e *Meia hora de cinismo*, “comédias de costumes acadêmicos”. Sua peça em três atos, *Tipos da atualidade*, foi representada no Ginásio Dramático em fevereiro de 1862. É tido como continuador de Martins Pena.

Temos autores, temos atores, empresários não faltam, e, se decaído está o teatro, repetimo-lo, a culpa é somente dessa mania de endeusar o que nos vem de fora em detrimento do que é nosso. Temos atrizes aqui que pouco têm a invejar, sobretudo em certos papéis, a outras de mor fama que foram guindadas até as nuvens, e entre suas criações algumas há que a própria Duse-Checchi<sup>93</sup> não desdenharia ter acrescentado ao seu florão de glórias, e com mais razão ainda uma Virginia Reiter,<sup>94</sup> a *suprema dea*<sup>95</sup> do momento.

Onde e quando nos revelou esta senhora uma intuição artística, um talento natural superior ao de Apolônia Pinto<sup>96</sup> ou de Ismênia dos Santos?<sup>97</sup>

Tem por si a plástica, o que é muito, mas que não é tudo. Entretanto Apolônia e Ismênia nunca saíram do Brasil, são bem nossas, bem nacionais e nunca se acharam, portanto, em um meio artístico que lhes desenvolvesse, insensivelmente, pela influência de um ambiente mais culto, as grandes aptidões de que dispõem; não tiveram gênios por mestres nem assombrosos atores por exemplo, e elas, no entanto, apresentam-nos, tranquilamente, sem prévios espalhafatos e reclamos forçados, criações como a superiora dos *Mistérios do convento*,<sup>98</sup> a Luísa das *Doutoras de França Júnior*<sup>99</sup> e a Helena de Moray da *Mártir*,<sup>100</sup> e citamos estas somente por serem as mais recentes.

93 Eleonora Duse-Checchi (Vigevano, 1858 – Pittsburgh, 1924). Atriz italiana de reconhecimento internacional, intérprete de Dumas Filho, Ibsen e Gabriel d'Annunzio.

94 Nome artístico de Virginia Reiterer (Modena, 1862–1937). Atriz italiana de origem alemã, entrou para a companhia de Giovanni Emanuel em 1882. Interpretou dramas shakespearianos e também o repertório contemporâneo italiano.

95 Expressão latina: “deusa suprema”.

96 Apolônia Pinto (São Luís, 21/6/1854 – Rio de Janeiro, 24/11/1937). Filha da artista portuguesa Rosa Adelaide Marchezy Pinto, que concebeu Apolônia entre o segundo e o terceiro ato da peça *O tributo das cem donzelas*, de J. da Silva Mendes Júnior, que estava sendo encenada no Teatro São Luís, no Maranhão. Nesse mesmo teatro foi a sua estreia, em 1886, no drama *As ciganas de Paris*; no Rio de Janeiro, estreou em 1 de janeiro de 1870 na companhia de Furtado Coelho.

97 Atriz e empresária teatral brasileira (Bahia, 21/11/1840 – Niterói, 14/6/1918), começou a representar, como amadora, em sua terra natal. Foi para o Rio de Janeiro em 1865, acompanhada do marido, o ator Augusto dos Santos. No dizer de Galante de Souza, “foi uma de nossas maiores atrizes dramáticas”.

98 Drama em seis atos, de Navarro de Andrade, sob a direção de Furtado Coelho, música de Chiquinha Gonzaga, tendo Apolônia como atriz principal. A peça estreou no Teatro Lucinda em 1 de julho de 1890, conforme anúncio da seção *Diversões de O Paiz*, de 25 junho de 1890.

99 Luísa, personagem central da peça *As doutoras*, apresentada no Rio de Janeiro em 1889, forma-se em medicina e casa-se com um médico colega de faculdade.

100 Peça em cinco atos, de Adolphe d'Ennery e Edmond Tarbé des Sablons. A encenação, no Rio de Janeiro, ocorreu no Teatro Lucinda e teve os papéis desempenhados por Lucinda Furtado Coelho, Amélia da Silveira, Eugênio de Magalhães e J. Maia.

Quando é que a Sr.<sup>a</sup> Reiter nos dará uma baronesa d'Ange<sup>101</sup> ou uma Teresa Raquin<sup>102</sup> como Lucinda Furtado Coelho?<sup>103</sup> Se não temos gênios e revelações estupendas entre nossos atores, temos um Joaquim Maia,<sup>104</sup> um Guilherme de Aguiar,<sup>105</sup> um Furtado Coelho,<sup>106</sup> um Vasques<sup>107</sup> e um Eugênio de Magalhães,<sup>108</sup> os quais, unidos, formariam um conjunto homogêneo, afinado como nunca o Sr. Emanuel, preocupado somente em fazer sobressair a sua personalidade, se lembraria de trazer aqui.

\*

Para que, pois, falar em indigência teatral, quando a culpa é daqueles que mais parecem lamentá-la, daqueles que, levados às vezes por simpatias e antipatias pessoais, ainda mais a fermentam, deixando-se influir por bisbilhotices de bastidores e intrigas de camarim! A justiça, antes da caridade, deve começar por casa; resolvam-se os Srs. críticos a acrisolar menos o pechisbeque estrangeiro em detrimento do ouro de lei que possuímos, e verão que, uma vez desinteressadamente

101 Personagem de Alexandre Dumas, filho, na peça *Demi-monde*, publicada em 1855.

102 Personagem, da peça teatral homônima, em quatro atos, de Émile Zola, escrita em 1873, a partir do romance de mesmo nome.

103 Atriz portuguesa (Lisboa, 17/12/1850 – 21/5/1928), nascida Lucinda Simões, filha do ator José Nunes Simões, estreou como atriz em 1867 na peça *Benvinda ou A noite de Natal*, de Manuel Domingues Santos. Veio ao Brasil em 1872 e casou-se com Furtado Coelho, então seu empresário. Separaram-se logo depois de excursionar pela Europa e a atriz retorna para a terra natal.

104 Joaquim da Costa Maia (Santo Estevão, concelho de Vila do Conde, 1844 – Rio de Janeiro, 24/5/1897). Ator português, veio para o Brasil em 1856. Casou-se com a atriz Balbina Maia.

105 Ator português (Porto, c.1841 – Rio de Janeiro, 8/10/1892), veio muito jovem para o Brasil para trabalhar no comércio. Foi para o interior com uma companhia dramática. Estreou em 1859 na localidade de Arrozal, estado do Rio de Janeiro.

106 Luís Cândido Furtado Coelho (28/12/1831 – 13/2/1900). Lisboeta, transferiu-se para o Brasil em maio de 1856. Estreou como ator em 20 de agosto de 1857, em Porto Alegre, no papel de Rafael Didier, da peça do francês Théodore Barrière, *Les filles de marbre*. Foi também dramaturgo, romancista, compositor, pianista, ensaiador, além de empresário de larga visão. Dois teatros do Rio de Janeiro, o São Luís e o Lucinda, foram construídos a partir de sua iniciativa. Foi casado com a atriz Lucinda Simões.

107 O brasileiro Francisco Correia Vasques (Rio de Janeiro, 29/4/1839 – 10/12/1892) participou, desde menino, do universo teatral, assistindo, da coxia, aos espetáculos teatrais da companhia João Caetano, no Teatro São Pedro de Alcântara. Entrou definitivamente para o teatro em 1856. Atuou na companhia de teatro de João Caetano e Joaquim Heliodoro e foi também empresário de teatro, inaugurando, em 1867, a companhia Fénix Dramática. Amigo de José do Patrocínio, dedicou sua arte também à causa abolicionista. Segundo Galante de Sousa, foi o ator mais popular de sua época.

108 Era português (Braga, 11/12/1853 – Rio de Janeiro, 15/6/1908), veio para o Brasil aos 12 anos. Trabalhou com Furtado Coelho, Dias Braga, Guilherme da Silveira, Ismênia dos Santos, entre outros.

encaminhado por eles, o público há de aparecer, e há de, pelos aplausos e pela concorrência [,] dar vida e alento à indigente arte dramática.<sup>109</sup>

C. Cy.

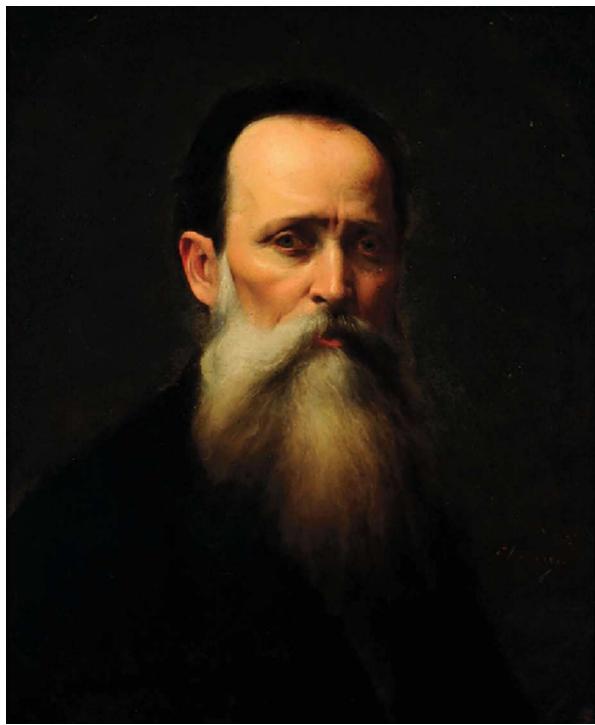
Retrato de Virginia Reiter, gravura, 1891.



FONTE: *Revista Illustrada*, ano 16, n. 624, 1891. Biblioteca Nacional.  
(<http://memoria.bn.br/DocReader/332747/4555>)

<sup>109</sup> O grande número de companhias dramáticas estrangeiras que aportavam no Brasil levou Furtado Coelho a propor um projeto de organização de um “teatro nacional”, tendo recebido o apoio de grande número de intelectuais. O projeto foi apresentado ao chefe do governo provisório. *O Paiz*, de 24 de março de 1890, noticia: “é provável que a pretensão do ilustre artista seja esta semana favoravelmente despachada”. Ideologicamente, o projeto implicava a valorização do teatro brasileiro e, fisicamente, a construção de um teatro bem equipado, e que deveria ser concluída no prazo de dois anos. “As peças de autores nacionais terão preferência, desde que sejam julgadas dignas de representação no teatro do estado; em cada estação lírica será encenada uma ópera, pelo menos, de autor nacional.” Uma medida efetiva a favor do teatro nacional foi a lei promulgada em 16 de junho de 1894 pelo prefeito Henrique Valadares, que sancionava a criação de impostos sobre as companhias estrangeiras em benefício do teatro nacional. Outro que também pleiteava a criação de um teatro nacional foi Emílio de Meneses.

Retrato de Francisco Portela, Décio Villares, s. d.



FONTE: Wikipédia.

([https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco\\_Portela#/media/Ficheiro:D%C3%A9cio\\_Villares\\_-\\_Retrato\\_de\\_Francisco\\_Portella.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Portela#/media/Ficheiro:D%C3%A9cio_Villares_-_Retrato_de_Francisco_Portella.jpg))



22 DE JUNHO DE 1891

## IMPRESSÕES DE ARTE

*ATELIER AURÉLIO<sup>110</sup>*

Se na capital se quisesse formar um centro verdadeiramente artístico, um ponto de reunião para onde pudessem convergir todas as forças esparsas do nosso mundo intelectual durante algumas horas, e fosse necessário para isso um local em harmonia absoluta com os fins buscados, bastaria designar o *atelier* de Aurélio de Figueiredo.

Com as suas altas paredes, ornadas de belos quadros e raros estofos, de preciosas sanefas e elegantes panejamentos, de armas de diversos países e de variadas épocas, mobiliado com valiosos exemplares de marcenaria antiga, nos quais o paciente lavor de ignorados mestres estampou o período a que pertencem, com as suas finas porcelanas do Japão, de Sèvres, de Saxe e de Viena, com a sua maravilhosa coleção de pentes de tartaruga e as suas tapeçarias originais, banhado de

---

<sup>110</sup> Francisco Aurélio de Figueiredo Cirne e Melo (Areia, 3/8/1854 – Rio de Janeiro, 9/4/1916). Pintor, caricaturista, desenhista, escultor e escritor brasileiro, estudou na Academia Imperial de Belas Artes. O ateliê ficava na rua Barão de Capanema, n. 1, no Rio de Janeiro. Era irmão do pintor Pedro Américo.

clara luz habilmente distribuída, o *atelier* Aurélio impressiona logo à primeira vista, e causa essa indefinível sensação de bem-estar e de alegria tão peculiar à atmosfera artística, infelizmente raríssima de encontrar em nosso meio.

Vê-se que presidiu àquela disposição todo o carinho e a previdência toda não só do pintor como do literato de fina têmpera, apaixonado de tudo quanto possa trazer uma sensação aprazível, uma impressão duradoura ao seu espírito sempre desperto, sempre vibrante e pronto a assinalar e compreender as mais passageiras, as mais tênues filigranas das emoções e dos sentimentos que hajam impulsionado as manifestações da intelectualidade alheia.

O que mais admira, porém, em toda aquela aglomeração de joias artísticas, é que na sua maior parte, senão na sua totalidade, foram colecionadas aqui no Brasil, nas fazendas de Minas ou nos sertões da Bahia e de Pernambuco, nos algibebeis da capital ou nas pequenas cidades do interior, pacientemente, tenazmente, não hesitando o esforçado artista em sair muitas vezes da sua estrada demarcada para conseguir a obtenção de um objeto raro, uma obra de arte, não vacilando também ante os mais difíceis sacrifícios pecuniários para o bom êxito do seu intento.

Conseguiu assim formar um verdadeiro museu de arte, que, infelizmente, em recente momento de desprevenção na ideia de uma prolongada ausência, ele em parte lesou desfazendo-se de valiosíssima mobília forrada de antigos couros de Córdova<sup>111</sup> de extraordinário valor. Ainda assim, o que ali existe seria o suficiente para deleitar e seduzir os mais severos e exigentes conhecedores de preciosidades obsoletas e *bibelots* raros.

Isso quanto ao meio, ao ambiente em que se compraz o artista cujas obras, em não pequeno número, figuram nas paredes onde existem lugares de honra para alguns exemplares belíssimos de arte nacional e estrangeira; entre estes últimos figuram dois Corot<sup>112</sup> e um belo quadro de Myers,<sup>113</sup> um dos mais aplaudidos mestres da moderna escola de paisagem norte-americana.

<sup>111</sup> Trata-se de um processo artístico, executado originariamente a partir do couro de carneiro, que é trabalhado com desenhos em relevo. Historicamente, a técnica foi iniciada na cidade de Gadamés, na Líbia, depois importada pelos mouros no tempo do Califado de Córdova (929-1031).

<sup>112</sup> Jean-Baptiste Camille Corot (Paris, 16/7/1796 – Ville-de-Avray, 22/2/1875). Pintor realista francês.

<sup>113</sup> Jerome Myers (Petersburg, 20/3/1867 – 19/6/1940). Artista plástico e escritor norte-americano, notabilizou-se, na pintura, pelas representações da paisagem urbana e seu povo. Por algum tempo trabalhou como ator e pintor de cenários.

Quanto ao pintor, o que mais nos deve preocupar neste momento – esse trabalha, trabalha sempre e com crescente progresso, em uma evolução persistente para o melhor.

\*

Entretanto, Aurélio de Figueiredo, como aliás muitos outros dos nossos melhores artistas, é um descrente. Não é um desanimado, pois que trabalha constantemente, pela arte em si, para satisfazer à sua índole, obedecendo ao impulso íntimo do seu eu; não é tampouco um amargurado, pois que a sua bela alma, em que sobrepujam as faculdades afetivas, desconhece o travo das amarguras. É simplesmente um descrente do nosso meio artístico, do nosso pretenso amor a tudo quanto é belo e que se traduz em uns por uma negação absoluta para a aquisição de objetos de arte e belos quadros pelo único meio lícito: a compra, e em outros por uma apreciação toda platônica da arte em geral. É por isso que Aurélio raras vezes aparece, preferindo concentrar-se no seu lar, ocultar-se no seu *atelier*, despreocupado inteiramente do que se possa dar cá fora neste mundo, que, se o não desconhece, pouco se lembra dele, e do qual, valha a verdade, ele por sua vez anda de todo esquecido.

Com uma das mais raras modéstias em nossos dias, Aurélio nunca pretendeu arvorar-se em chefe de escola, em mestre absoluto decretando aos seus discípulos regras suas, intransigíveis, e perante as quais todas as vontades e todas as índoles se devem curvar.

Entendendo que a arte moderna é toda subjetiva, que ela é acima de tudo um reflexo inteiramente pessoal da individualidade que a ela se consagra, uma manifestação íntima do modo de ver e de sentir do artista, não admite imposições estranhas, vontades alheias na expressão desses sentimentos e dessas maneiras de ver.

Aurélio é, pois, antes de tudo e acima de tudo um independente, – não um revoltado, entenda-se bem, – um independente que se isola no seu trabalho, julgando-se bastante forte para prosseguir sozinho no caminho que a si próprio traçou. E é tão forte nele essa tendência característica que, se tivesse querido aceitar discípulos, seria sempre o primeiro a animá-los na independência que julga necessária ao desenvolvimento de toda a intelectualidade, contentando-se apenas em guiá-los nos preliminares indispensáveis da

arte e em aconselhá-los, conforme a índole revelada em cada um, na orientação a tomar.

\*

Dissemos há pouco que não é ele um revoltado em arte nem nunca pretendeu a foros de revolucionário; entretanto cedo começou a tomar uma feição toda sua, já na factura dos seus quadros, já na sua composição e colorido.

Nos primeiros tempos, e isso naturalmente, inevitavelmente, por influência a que não se poderia em absoluto furtar, a sua maneira assemelhava-se à de seu irmão Pedro Américo,<sup>114</sup> principalmente no vigor de colorido, na *pose* dos personagens.

Atualmente essa semelhança desapareceu de todo, e os seus últimos trabalhos ostentam uma suavidade de tons, uma extraordinária harmonia de palheta, uma dulcíssima gradação de cores e mescla de meias-tintas que repousam a vista e produzem indizível impressão de serenidade.

Nos seus quadros não existe o reflexo de grandes ímpetos, de insubmersíveis rasgos de paixão. Os seus personagens, como as suas paisagens, são na maioria calmos, tranqüilos, e, se um ou outro, raríssimos, destoa do geral, só faz com que mais saliente se torne essa qualidade característica do pintor.

\*

Aurélio vê certo, mas vê sobretudo refletidamente, buscando e calculando os efeitos todos que se possam apresentar na interpretação do assunto que deseja tratar. Onde seu irmão se deixa levar pela *fougue*<sup>115</sup> indomável, pelo entusiasmo e o fervor de “fazer brilhante” – permitam-nos a expressão – Aurélio detém-se, e, antes de lançar na tela a impressão sentida, medita-a buscando antes de tudo ser fiel e comedido na interpretação da natureza, ao passo que Pedro Américo a enfeitaria com toda a garridice de sua vigorosa palheta. Se Aurélio de Figueiredo afastou-

<sup>114</sup> Pedro Américo de Figueiredo e Melo (Areia, 29/4/1843 – Florença, 7/10/1905). Um dos mais importantes pintores acadêmicos do Brasil. Foi um teórico de artes e professor na Academia Imperial de Belas Artes.

<sup>115</sup> Palavra francesa: “ímpeto, arrebatamento”.

se dessa maneira no seu grande quadro da *Libertação do Amazonas*,<sup>116</sup> se deixou-se levar, como aliás era natural, pelo entusiasmo do momento e pelas exigências do assunto todo alegórico, não constitui isso, a nosso ver, uma discrepância; a *Libertação do Amazonas*, entretanto, é justamente um dos trabalhos de Aurélio que menos nos agradam, pois que a nossos olhos as muitas qualidades do quadro não apagam em nosso espírito uns tantos defeitos que lhe encontramos.

Não é, porém, do quadro exposto há tempos que vimos tratar, e sim dos que existem atualmente no *atelier*, terminados uns e quase a concluir outros.

\*

São muitos, e do seu número destacaremos alguns, especialmente paisagens, que mais duradoura impressão nos causaram.

As belas qualidades de colorista comedido e fiel intérprete da nossa natureza sempre em festa, que fazem de Aurélio um artista niniamente brasileiro, nunca se ostentaram com tanta bizarria como na paisagem a que denominou *Igarapé da Cachoeirinha*,<sup>117</sup> no Amazonas.

Com a maravilhosa memória do olhar, que possui em tão alto grau, seguindo esboços e estudos feitos no local, o pintor traduziu com felicidade extrema uma tarde, em ocaso já, das nossas regiões equatoriais.

Céu vermelho, mas de um vermelho brando e róseo, salpicado dos farrapos pardacentos das nuvens dispersas pela trovoada que há pouco passou; árvores viçosas, úmidas ainda e refrescadas pelo aguaceiro recente, tomado em sua folhagem verde-negra, assim luzente, o reflexo avermelhado do dia moribundo; uma larga esteira de água parada, tranquila, e da qual, manso foge um córrego marginado por terreno alagadiço, eis o assunto. Nem um só personagem para animar aquela solidão, nem uma criatura ali para prender a retina do espectador e

<sup>116</sup> O quadro encontra-se na Biblioteca Pública do Amazonas. “Em termos históricos, a obra se refere à abolição da escravatura no estado do Amazonas em 1884; acredita-se, entretanto, que o quadro veio a ser encomendado e executado no decorrer do ano de 1888, pois na tela não consta uma data provável de execução. Apenas a moldura apresenta inscrições oficiais, que se referem ao episódio histórico homenageado.” (Artes plásticas em Manaus nos séculos XIX e XX: reflexões sobre o quadro *A Lei Áurea* de Aurélio de Figueiredo, por Mikelane Almeida do Carmo e Luciane Viana Barros Páscoa. *Revista Eletrônica Aboré*. Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo – Edição 03/2007. *On-line*).

<sup>117</sup> O quadro esteve exposto no largo de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro, tendo sido vendido, segundo informação de *O Paiz* de 19/10/1891.

desviá-lo da contemplação geral do quadro. Entretanto, não há tristeza, como também não existe alegria gritadora em toda a composição, onde o vermelho do céu se difunde, se espraia e se abranda na folhagem das árvores e no espelho das águas de uma deliciosa transparência.

Do quadro dimana um sentimento de serenidade extrema, serenidade de nossas tardes primaveris, em que a aragem, muito branda, sorrateira e esquiva, vem se esgueirando pela rama do arvoredo, como que medrosa de despertar os ninhos que adormecem; serenidade da Ave-Maria tropical, em que os pensamentos se tornam mais calmos e as almas mais puras.

Factura muita larga, muito livre, e pouco empastelamento de tintas, a não ser no primeiro plano, onde em certos pontos deixando a tela quase nua e em outros amontoando e mesclando os verdes sombrios, conseguiu o autor um belíssimo efeito.

Para contrastar com essa tarde amazônica, do lado oposto do *atelier*, outra paisagem: *A estrada do Silvestre*, no Corcovado. Hora meridiana de um dia estival, sol intenso coado por entre a ramalheira espessa da floresta cujas sombras traçam fantásticos arabescos no pó da estrada. De um lado o paredão limoso do aqueduto, de outro o meio oculto despenhadeiro. Através das árvores muito altas, uma nesga de céu azul, em nuvens. Também deserta a paisagem. O pintor, como no primeiro quadro, quis apanhar a natureza em flagrante de vida, e deixou-lhe a ela, e a ela somente o encargo de traduzir a impressão que ele experimentara. Sente-se que deve haver ali o borborinho dos insetos emprenhados na faina de viver, o canto das aves, o estalar dos galhos, a tagarelite das folhas, em suma os mil e um rumores que constituem “o divino silêncio verde dos campos”, na frase de Josué Carducci.<sup>118</sup>

Um quadro idêntico a este valeu a Aurélio de Figueiredo conjuntamente com outras paisagens suas, um verdadeiro sucesso quando expostos há poucos meses em New York, onde, aliás se cuida muito mais de arte do que se supõe.<sup>119</sup>

<sup>118</sup> Giosuè Carducci (Val de Castello, 27/7/1835 – Bolonha, 16/2/1907). Poeta italiano. O trecho citado por Corina é do soneto de Carducci dedicado ao boi (“Il bove”), seu poema mais traduzido para o português.

<sup>119</sup> Sobre a referida exposição, nenhuma informação foi encontrada. Sabemos apenas que foi realizada em Nova York, nos Estados Unidos, nos últimos meses do primeiro semestre de 1891, pois o artigo foi escrito em 22 de junho de 1891. Foram consultados os periódicos disponíveis nas hemerotecas digitais da Biblioteca Nacional e da Library of Congress. Considerando o extenso período e a inviabilidade de uma pesquisa página a página, nas inúmeras publicações existentes nos referidos portais, a busca automática por palavras-chaves torna-se por vezes ineficiente pelas falhas na identificação tipográfica. Também realizou-se uma busca no portal Dezenove Vinte (disponível em:<<http://www.dezenovevinte.net/>>), que reúne documentos históricos relativos à Academia

Ainda de entre as paisagens destacaremos um trecho do Jardim Botânico, um estudo de água morta ensombrada por alta moita, magnífica de sentimento, e uma alameda de jaqueiras na Tijuca, por concluir, mas que promete ser belíssima.

\*

Dos nossos artistas é Aurélio de Figueiredo o que mais belas flores pinta, e no seu *atelier* existem diversos quadros e estudos, verdadeiros modelos de elegância e leveza, desses agrada sobremodo um estudo de flor-do-baile, uma única flor, nívea a destacar-se no verde-escuro do carneiro, estudo feito para o quadro do Amazonas. Um primor.

Sobre o cavalete, um retrato: o da filhinha do autor.<sup>120</sup> A composição toda é de uma simplicidade extrema: largo e pesado reposteiro ligeiramente afastado sobre o qual se destaca a formosa cabecinha loura da criança, aureolada por discreta luz que a banha suavemente; a menina, em trajes caseiros, trepada sobre um banquinho, folheia, curiosa, um enorme ripanço pousado sobre uma estante. Muita vida na graciosa figura e muita verdade em todos os acessórios.

Agradou-nos pouco um pescador que Aurélio, talvez por essa estranha anomalia, que obriga os pais a preferirem sempre os filhos menos belos, julga um de seus bons trabalhos. Falta mais verdade, mais convicção naquele rapazito impassível, que parece estar ali pescando somente por complacência, para fazer a vontade ao artista que lhe vai estudar as pernas bastante morenas, mas algum tanto acetinadas demais, quase tão acetinadas como as pernas da *Primavera cor-de-rosa* do Sr. Amoedo.<sup>121</sup> Não vale, de modo algum, a nosso ver, o belo e tão expressivo tocadorzinho de gaita, cujo rosto risonho, ensombrado pelo largo chapéu de palha, parece estar a dar as mais festivas boas-vindas a todos quantos penetram no *atelier*.

Perto deste, um pouco abaixo, um pequenino quadro, um canto do antigo *atelier* de Aurélio, de uma suavidade de tons extraordinária, de uma perspectiva primorosa. O olhar foge, seduzido, muito longe,

Imperial de Belas Artes e à Escola Nacional de Belas Artes. Pela seção intitulada Requerimentos, publicada no dia 10 de maio de 1891, no *Jornal do Commercio*, tomamos conhecimento da importação de seis quadros a óleo por Aurélio de Figueiredo, o que parece indicar uma recente visita ao país.

<sup>120</sup> O pintor teve três filhas: Suzana e Helena, estas gêmeas, Sílvia.

<sup>121</sup> Rodolfo Amoedo (Salvador, 11/12/1857 – Rio de Janeiro, 31/5/1941). Pintor, desenhista, professor e decorador brasileiro.

por um extenso corredor, até demorar-se na larga janela aberta, de onde se avista ainda a vegetação do jardim. Menos felizes as figuras do primeiro plano, sobretudo as duas criancinhas sentadas no chão; lembram assim, vagamente, um par de joões-paulinos.

Em extremo oposto da sala, ocultos quase, dois esboços, estudos para dois quadros históricos: A retirada dos emigrantes pernambucanos para Sergipe, após a primeira invasão holandesa e *Tiradentes no patíbulo*.<sup>122</sup>

O primeiro, pintado há alguns anos, lembra a maneira de Pedro Américo. Muita vida no agrupamento dos numerosos personagens e animais, muita exuberância de cores na paisagem formosíssima de um dia de sol. Daria esse estudo um quadro que, para empregar uma frase da gíria teatral, seria um verdadeiro “tiro”, se fosse levado a efeito.

O segundo, de muita simplicidade, quase pobre na extrema singeleza da composição, impressiona logo por essa mesma simplicidade que realça o drama representado. Apenas o patíbulo a recortar-se sinistro no ambiente, e nele, de pé, Tiradentes trajando a alva e com o baraço ao pescoço, junto, um frade empunhando a cruz exorta-o, e a seus pés, ajoelhado, com o rosto oculto nas mãos, chorando, o galé escravo que o deve enforcar. Muita expressão no rosto do protomártir e no do frade, muito sentimento na atitude do carrasco preto; e, para contrastar com esse drama, toda a límpida serenidade do azul intenso de um céu dos trópicos.

\*

Aurélio de Figueiredo é, incontestavelmente [,] um dos nossos mais valentes artistas, e um dos que mais trabalham pela arte. Oxalá que a descrença que o mina não se transforme em absoluto desânimo, levando-o a expatriar-se do país natal, que tanto carece ainda dos artistas que a podem engrandecer.

C. Cy.

---

<sup>122</sup> O quadro se encontra no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.



28 DE JUNHO DE 1891

## A ESMO

Depois do Sr. Emanuel o Sr. Portela!

Como o portentoso GÊNIO do teatro, o Sr. governador; que não é precisamente um genial portento, também tem os seus fanáticos, que nele enxergam o protetor espontâneo da moderna geração de escritores, o Messias salvador da nossa literatura exangue, o amigalhão dedicado de todos os poetas e romancistas presentes e vindouros.

Pelo menos é o que a cronista pode coligir dos reparos com que um colega contemplou a sua última crônica, reparos esses publicados e que, entretanto, foram precedidos, em dia antecedente, por uma amistosa palestra de camaradas de imprensa, e no correr da qual teria sido fácil encontrar o motivo real das poucas linhas que tamanhos aplausos mereceram por parte de um jornal contemplado na generosa afeição do Sr. Portela.

O caso é que o *Correio do Povo*,<sup>123</sup> no seu afã oficial de defender o Sr. Dr. Portela, depara acusações a S. Ex.ª, até onde nem de leve as houve.

<sup>123</sup> Periódico de caráter republicano fundado no Rio de Janeiro no dia 18 de junho de 1891, sob a direção política de João Batista de Sampaio Ferraz, deputado federal por São Paulo, e João das Chagas Lobato, deputado federal por Minas Gerais.

Assim, transcrevendo o trecho a que aludimos,<sup>124</sup> acrescenta:

“No estado do Rio de Janeiro a mulher vegetava na sombra, lutando com acerbas dificuldades: o Dr. Portela deu-lhe uma carreira honesta e decente.

“As escolas foram franqueadas às senhoras; uma delas, muito moça ainda (e que tem a idade com isso?) rege brilhantemente uma cadeira no Liceu de Niterói.”<sup>125</sup>

Ora, é essa uma asserção contra a qual protestamos.

Não foi o Sr. Portela quem franqueou as escolas às senhoras; muito antes dele assumir a governação do estado do Rio já ali as senhoras (algumas delas moças também, e mesmo bonitas) exerciam o magistério; já as escolas lhes eram franqueadas.<sup>126</sup>

Somente havia uma diferença, e essa não é nada em abono do Sr. Portela: eram nomeadas professoras “unicamente” aquelas que exibiam previamente provas de que sabiam o que deviam ensinar e não quase analfabetas, como muitas que o defendido governador nomeou, fato este de público e notório conhecimento.

Não foi, pois, o Sr. Portela quem lhes deu carreira honesta e decente.

E a essas a quem ele deu tal carreira antes as tivesse deixado “vegetar na sombra”, pois que assim não teria ensejo o *Correio do Povo* de vir dizer cá para o público que S. Ex.<sup>a</sup> lhes deu carreira “honesto e decente”, como se indecente e desonesta fosse a vida que levavam, ou como se S. Ex.<sup>a</sup> fosse capaz de lhes franquear uma carreira que nem honesta nem decente pudesse ser!

E digam depois que é a cronista quem acusa o Sr. Portela! Ele que agradeça aos seus defensores.

Quanto aos amigos do Sr. governador, escolheram desacertado pretexto de serem amáveis para com a S. Ex.<sup>a</sup>.

A causa de toda a celeuma é ainda o muito falado banquete de Belas Artes, no qual tão saliente papel distribuíram ao Sr. Portela, fazendo-o desempenhar o personagem de Mecenas, que ainda não

<sup>124</sup> Fragmento de comentário, sem autoria, publicado no *Correio do Povo* em 22 de junho de 1891, na coluna Pela Imprensa.

<sup>125</sup> O Liceu Provincial de Niterói, atual Liceu Nilo Peçanha, é uma instituição pública de ensino secundário, fundada em 1847.

<sup>126</sup> Com a lei de 15 de outubro de 1827, foram instituídas as primeiras escolas primárias para o sexo feminino. Segundo o art. 11 da lei, “Haverão [sic] escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.” Sendo as turmas separadas por sexo, foi necessária a admissão de mulheres para lecionar para as meninas, daí terem surgido as primeiras vagas para o magistério feminino.

encontrou intérprete nesta terra, embora seja ela atualmente felicitada com a presença de alguns Emanuel, políticos e outros.

A cronista, entretanto, não censurou que o Sr. governador fosse convidado para o já celebrizado banquete: o que lhe despertou estranheza foi ver o nome de S. Ex.<sup>a</sup> único, exclusivo, excepcionalmente incluído na lista dos brindes “oficiais”, feitos todos eles a entidades abstratas, como a Arte, a Instrução, a Música; foi ver ali o nome de S. Ex.<sup>a</sup>, que ainda não deu a menor prova de sua proteção à arte, quando eram esquecidos os de Aristides Lobo e Benjamim Constant, os reformadores da academia e sustentadores dos festejados.

Se acusação ou censura houve, não foi portanto ao Sr. Portela.

O *Correio do Povo* e os seus prepostos escolheram, pois, erradamente a ocasião para mais uma barretada ao Sr. governador.

\*

Entretanto, como andam emaranhados os fatos e os homens neste nosso pequeno mundo! No mesmo momento em que a cronista forçadamente recorda-se do Sr. Portela como amante das artes e amigo da mulher que “vegeta na sombra” como aplaudido protetor dos poetas e dos moços, a cronista lembra-se espontaneamente de S. Ex.<sup>a</sup> e louva-o, de mãos ambas, pela criação de um asilo de vagabundos e estabelecimento de uma colônia agrícola para rapazes vadios e desordeiros!<sup>127</sup>

Curiosa coincidência esta, que se pode prestar a uma maliciosa aproximação de ideias, bem longe do nosso pensamento, coincidência nascida tão somente do acaso dos acontecimentos.

É que em meio do arruído de uma festa singelíssima, por entre o borboletinho de vozes prazenteiras e argentinas cascatas de riso, a cronista ouviu contar, por uma alma sinceramente convicta, quanto o Sr. governador do estado do Rio, nos momentos em que o não preocupam fastos literários nem a sua famosa coleção artística de camafeus... pedagógicos, pensa e prevê em favor dos desgraçados, dos vencidos da existência, dos escravos domados das paixões humanas e dos humanos desvarios.

Oxalá que todos os atos administrativos do sempre tão bem-intencionado Sr. governador fossem tão acertados como a fundação do

---

<sup>127</sup> Trata-se do Asilo Agrícola, criado pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura para acolher os filhos dos escravos libertos pela Lei do Vento Livre (1871) e oferecer-lhes educação agrícola.

Asilo Agrícola, e a animação dispensada a todas as medidas humanitárias postas em prática pelo bom Melo Morais,<sup>128</sup> que de lírico poeta se transformou em austero diretor de casa de sentenciados.

\*

Quantas e quão variadas impressões nascidas em uma noite de festa ao ar livre, em meio da nossa bela exuberante natureza, iluminada pelo pálido clarão da lua meio oculta em transparente mantilha de alvas nuvens, e em que o avermelhado das fogueiras e os dourados chuviscos das fagulhas mais distinto tornavam o tênuo lençol de neblina em que se envolviam ao longe as montanhas!

Por teatro um vasto terreiro areento, branco, aqui e ali maculado pelo gramado dos canteiros floridos, iluminado mais além pelos raios de lanternas venezianas, pelas faixas de luz que das largas janelas da vivenda brotava a jorros.

De um lado, todo em festa, os vestígios da humana alegria, risos e cantos, notas sonoras desferidas por altaneira banda marcial, cantos e risos partidos de rubros lábios femininos; o murmúrio de vozes que dizem a ouvidos atentos a apaixonada frase da velha lenda, eternamente contada pela mocidade à mocidade, eternamente lembrada pela velhice saudosa; o sussurro de histórias de outrora recordadas jovialmente ao estalido das lenhas ardentes, ao estourar dos foguetes; por toda parte rumorejos e palpitações, rastilhos da vida, indícios de júbilo.

De outro lado, sombrio, branco ainda ao luar, o casarão enorme que, com suas cento e vinte janelas escuras, lembra um monstro de cento e vinte órbitas sem olhos, o tétrico casarão onde se lê em brônzeas letras o dístico terrível – “Penitenciária”. E por tudo, à medida que a noite se adianta, a névoa, a névoa branca, diáfana, silenciosa e rápida a surgir por toda parte, vinda não se sabe de onde, brotando da terra, caindo do céu, e que tudo envolve, tudo embaça, atando tudo em um alvinidente véu que opõe e confrange o coração daquele que, desprevenido a contempla e entristecido se deixa levar pelos sonhos e pelos devaneios que desse momento nascem! Ai! como se apresentam

---

<sup>128</sup> Alexandre José de Melo Morais Filho (Salvador, 23/2/1844 – Rio de Janeiro, 1/4/1919). Escritor brasileiro. Foi diretor e médico da Penitenciária de Niterói, tendo sido nomeado em 2 de setembro de 1889, segundo o *Jornal do Commercio* de 16 de novembro de 1889. *O Paiz*, em 4 de outubro de 1890, noticia que ele pediu exoneração do cargo.

medonhos, nesse instante, aquele lívido clarão, aquele ambiente pálido e frio como a face de um cadáver, aquela névoa cruel que vêm assim prender em uma só mortalha o riso e a blasfêmia, o crime e a inocência, a ventura e a desgraça!

Vista de longe, aquela festa assemelhava-se ao fantástico sonho de nebulosa imaginação de além-Reno,<sup>129</sup> as vilis<sup>130</sup> e os duendes,<sup>131</sup> a aérea graça das valquírias<sup>132</sup> e o pesado andar dos *nibelungen*<sup>133</sup> unidos na mesma ronda, no mesmo bailado, à hora propícia da meia-noite, na mesma propícia data das sobrenaturais aparições!

De dez em dez minutos, interrompendo o ritmo das valsas soadas em sonoros instrumentos, um trilar de apitos, estríduo, penetrante, prolongado, parte da prisão e parece percorrer em vertiginosa carreira os longos corredores mal iluminados da triste casa, onde os guardas passeiam na constante vigilância da justiça sobre o criminoso, e ao agudo sibilo segue-se o grito da sentinela fora, o “alerta!” repetido de guarita em guarita até que se vai perder ao longe, na encosta da montanha onde outra luz indica a casa dos vagabundos e dos miseráveis.

E por trás de cada janela da Penitenciária, na cela escura, o vulto de um criminoso, que envolto apenas nas cobertas do leito, ainda revoltado, homem sempre, presta ouvidos ao rumor que de cá fora o vai ferir, contemplando o chuveiro de faíscas pirotécnicas, balançando a cabeça ao ritmo da música, e, quiçá, gemendo ao som das vozes de mulher que lhe relembram dias de outrora em que talvez amasse, em que amado talvez fosse!

E por toda esta cena, na Penitenciária como na vivenda em festa, pairando aqui e ali, como irmã e como amiga, em toda parte deixando sinais de seu previdente amor, a alma boa e sã e generosa de Melo Moraes, o casto cantor dos “Poemas da escravidão”,<sup>134</sup> o intérprete

129 Rio da Europa. Nasce na Suíça, atravessa a Alemanha e deságua no mar do Norte, nos Países Baixos.

130 Na mitologia nórdica, Vili, irmão de Odin e Ve, deu humanidade aos dons da emoção, do sentimento e do pensamento.

131 Entidades lendárias de pequena estatura, aspecto humano, orelhas pontiagudas.

132 Personificação de jovens e belas mulheres, montadas em cavalos, envoltas por uma armadura. Segundo a lenda nórdica são as mensageiras de Odin e simbolizam a aurora boreal.

133 Palavra alemã: “nibelungos”. Seres da mitologia germânica, eram os detentores do Anel do Nibelungo. Várias obras medievais abordam o assunto e atribuem diferentes versões à lenda. Há uma epopeia popular da Idade Média intitulada *Das Nibelungenlied* e Richard Wagner, compositor alemão, escreveu *O anel do nibelungo*.

134 Trata-se de uma das subdivisões do livro *Cantos do Equador*, de Melo Moraes Filho.

dos *Cantos do Equador*,<sup>135</sup> o poeta que só teve três ideais na vida: Deus, a Pátria, e a Liberdade, e que, como todos que vivem pelo ideal, os vai vendo morrer aos poucos, esfacelados a seus pés, Deus já vai fugindo à terra, a Pátria que ele tanto amou, a Pátria, que ele sonhara sempre com as suas velhas tradições, os seus hábitos patriarcais transmitidos de pais a filhos no conservatismo [sic] das convicções profundas, essa vai desaparecendo ao influxo progressivo e persistente das civilizações novas, e a Liberdade, essa tem-na ele ali nos seus sonhos, nas suas aspirações, tristemente rodeado pela negra turma dos sentenciados, dos presos da Penitenciária!

Tudo quanto o seu espírito culto puder idear em bem dos desgraçados confiados à sua guarda tem-no ele feito; e, se a sua alma de homem, o seu coração de pai e de amigo vibram ao impulso de todos os triunfos que ele há conseguido na alma e no espírito das pobres criaturas que à força de tanta brandura aprenderam a estimá-lo e a respeitá-lo, o seu coração, a sua alma de poeta aniquilaram-se naquele báratiro de dores e de crimes. Do cantor talvez não ficasse mais lembrança, resta hoje apenas o apóstolo, apóstolo da caridade suprema, daquela que em todo o criminoso enxerga uma vítima inconsciente talvez, como inconsciente vítima de seus amigos tem sido tantas vezes o Sr. governador Portela, que para tão longe dos fatos da semana nos veio trazendo.

\*

Os fatos da semana! Todos eles empalidecem e diluem-se ao calor das fogueiras de S. João, o santo abençoado, o oráculo das moças casadoras, dos namorados mal-aventurados, das solteironas tristonhas, dos glutões amigos de petisqueiras apimentadas, de bolinhos doces e belas ceias, como as que tanto aprazem ainda ao Sr. governador.

Que importa que tenha havido crimes e desastres, assassinatos e suicídios, roubos e rixas, incêndios e naufrágios, se a alma popular, toda entregue ao festivo júbilo de sua folgança anual, esquece-se dos negrumes da existência na alegria das danças e no comentário das sortes e cantigas com que se celebra o Batista!

---

<sup>135</sup> Forma sintética de se referir à primeira obra poética de Melo Moraes Filho, *Cantos do Equador: sertões e florestas, noturnos e fantasias, poemas da escravidão*. Foi publicada pela editora G. Leuzinger & Filhos em 1881.

Trouxe-nos o frio e a chuva o bom santo, o frio e a chuva que convidam ao aconchego das salas iluminadas e quentes, impregnadas do perfumado hálito das flores e das purpurinas bocas femininas; trouxe-nos mais a formosa e correta Lucinda, que, com seus companheiros de arte, promete-nos algumas noites deliciosas, em que o embasbacamento provocado pelos gênios não é de rigor, mas onde o critério, o bom senso, a alijação [?] artística estarão em inquebrantável harmonia; trouxe-nos por fim um ror de promessas de alegrias e satisfações imensas, nascidas algumas da contradança dos vinte e dois milhões esterlinos que nos empresta a bolsa inglesa; não é dele porém, do bom e prazenteiro santo, que a cronista se preocupa agora.

Pensa ainda e sempre no Sr. governador Portela, cujo nome aliás honra como o de um cavalheiro digno de todo acatamento, mas que se deixa levar algum tanto pelos entusiasmos de seus amigos mais íntimos, um dos quais, valente cabo abolicionista, o denomina “homem da pá virada” e outro o qualifica de “maribondo mandaçaia” (oh! oh! Sr. governador) pensa ainda e sempre no Sr. Portela, cujo amor pelas letras e pelas artes se traduz de um modo originalíssimo:

S. Ex.<sup>a</sup> faz de um poeta diretor da Penitenciária, e de um artista como Xisto Bahia<sup>136</sup> vedor de asilo de vagabundos!

Ora, confessemos, Sr. governador, que o fato não é lá muito animador para as letras e para as artes!

C. Cy

---

<sup>136</sup> Xisto Bahia (Salvador, 6/8 ou 5/9/1841 – Caxambu, 29/10/1894). Cantor, compositor, violonista e dramaturgo brasileiro de grande destaque no nosso teatro. Como profissional do teatro, encarnou personagens como: Bermudes, de *Uma véspera de reis*, de Artur Azevedo; o barão de Caipó, de *O mandarim*, de Artur Azevedo e Moreira Sampaio; o John Rad, de *O tipo brasileiro*, de França Júnior. Galante de Sousa informa que ele era considerado por Artur Azevedo “o ator mais nacional”. Informa também que, por volta de 1891, foi nomeado escrevente da Penitenciária de Niterói, deixando o cargo em 1892. Segundo *O Paiz*, de 10 de janeiro de 1892, ele foi diretor da colônia agrícola do Fonseca.

Vista da Cidade de Niterói, cópia fotográfica de gelatina e prata, Jorge Kfuri, s. d.



FONTE: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.  
(<http://brasiliayanafotografica.bn.br/brasiliiana/handle/20.500.12156.1/4564>)



1 DE JULHO DE 1891

## HAMLET-EMANUEL

Já foi decretado pelos admiradores do Sr. Emanuel que é uma “pulhice” discutir Shakespeare, como se Shakespeare fosse o Sr. Emanuel e a interpretação por ele dada aos personagens do grande inglês.

Em todo caso, pulhice ou não, Shakespeare tem fornecido ensejo para alguns dos belos escritos de Caliban,<sup>137</sup> que nos veio contando, no seu estilo fantasioso e rico de mil imagens encantadoras, na sua bela prosa cantante, o que sejam Lear, Otelo<sup>138</sup> e Romeu<sup>139</sup>; também proporcionou a outros ocasião de nos dizerem, com toda a unção pedagógica, qual a maneira mais acertada (de joelhos e mãos postas) de admirar Emanuel somente, e ainda há poucos dias a *Gazeta de Notícias* nos obsequiou com uma dissertação tudesca sobre o *príncipe dano* (*sic*) na qual

137 Pseudônimo de Henrique Maximiano Coelho Neto, usado pela primeira vez no jornal *Cidade do Rio* em 1888, criado a partir de um personagem da peça *A tempestade*, de Shakespeare. Conforme texto do próprio autor, na *Gazeta de Notícias* de 12 de junho de 1912, sob o título “Por que usa um pseudônimo?” Coelho Neto responde que “[...] não foi buscado senão lá, naquele mundo do criador de *Hamlet*, de *Macbeth*”.

138 Personagem principal do drama de Shakespeare *Otelo, o mouro de Veneza*.

139 Personagem principal da tragédia *Romeu e Julieta*, de Shakespeare.

se nos afirma que “Ruemelin<sup>140</sup> fez a Shakespeare o reproche [?] relativamente indulgente para poder, sem embaraços, empregar observações profundas de toda sorte, ter formado não só o caráter de Hamlet como a peça, caprichosos e cheios de contradições”.<sup>141</sup>

Ora, voltando a tratar de Shakespeare a propósito da interpretação de Hamlet<sup>142</sup> pelo Sr. Emanuel, confessem os seus fetichistas, que, se caímos em pulhice, caímos em muito boa companhia.

\*

Hamlet é “a dúvida”, Hamlet é a “incoerência”, Hamlet é “a filosofia suprema”, “o supremo segredo”, Hamlet é “o mistério!” exclamam a maioria dos seus comentadores, e já houve até quem se limitasse a dizer: “Hamlet é Hamlet, e o Sr. Emanuel não é o seu profeta!”

Seja como for, porém, Hamlet tem se prestado a um sem-número de definições e interpretações, que muito devem ter admirado o seu genial progenitor literário, se como o progenitor do drama, ele já se deu ao luxo de voltar a este mundo a fim de saber o que dele pensam e como o vingam os pósteros da crueldade e da indiferença dos contemporâneos.

Para Goethe, todos o sabem, Hamlet era o “carvalho plantado em estreito vaso de barro”. O carvalho não poderia medrar, e só cresceria até que o vaso se esfacelasse com a sua própria força e então fatalmente morreria; a alma ulcerada do príncipe debate-se nas angústias do férreo círculo em que as circunstâncias o colocam e evola-se finalmente quando não mais o envólucro terreno pode suportar os terrenos males.

Pelas frases do drama original, lido pacientemente, verso a verso, palavra por palavra, em Hamlet encontra-se a imagem da mais bela figura humana que idear-se possa. Uma individualidade em que os estímulos príncipescos, o brio de cavalheiro, levados a seu auge, acham-se patrocinados pelo intelecto de um Aristóteles<sup>143</sup> e a coragem de um herói; um efebo possuidor de todas as graças do cortesão e do menestrel,

<sup>140</sup> Gustav Rümelin (Ravensburg, 26/3/1815 – Tübingen, 28/10/1889). Estatístico, pedagogo e autor alemão, dedicou-se à área educacional, sobretudo ao ensino. Além das publicações no ramo da estatística, produziu a obra *Shakespeare-studien*, sobre a literatura shakespeareana.

<sup>141</sup> Trecho da publicação sob o título “Hamlet e a crítica alemã”, da *Gazeta de Notícias* de 27 de junho de 1891. O sinal de interrogação é da cronista, assim como a pontuação, que foi levemente alterada.

<sup>142</sup> Protagonista da tragédia shakespeareana *Hamlet*.

<sup>143</sup> Filósofo grego (Estágira, 384 a.C. – 322 a.C.), considerado o criador do pensamento lógico; suas obras influenciaram a teologia medieval da cristandade.

soldado e letrado, estudante da academia Wittenberg,<sup>144</sup> e namorado da cândida Ofélia,<sup>145</sup> a quem dirigira versos e ofertara singelas lembranças de amor, moço, ardente, sentindo nas veias pulsar-lhe o sangue generoso e nobre de avoengos conquistadores e guerreiros, tal é ele no momento em que o colhe de supetão a notícia da morte inesperada do pai a quem idolatra; e em seguida, um mês apenas depois dessa morte, quando ainda traja luto, e o punge a saudade inconsolada, surpreende-o o [casa]mento de sua mãe, a quem sempre amara e respeitara. A essa dor imensa, à imensa surpresa segue-se logo após a entrevista com a sombra do velho rei, a revelação do terrível segredo de sua morte hedionda e os primeiros passos para a vingança, a sombria vingança, que se torna o fito único de sua existência.

Entretanto, nos primeiros momentos ainda duvida que seja efetivamente o espetro de seu pai quem lhe revela tão medonho segredo; quer averiguar a verdade, quer certificar-se por mais amplas provas, mais humanas, de que não é tudo fruto de uma ilusão satânica imaginada para perder-lhe a alma; por fim convence-se, e ele vai caminho da vingança, ele moço, ele amante, ele amado, da vingança que não é somente a sua própria morte, como a condenação de Ofélia a quem adora, de Laertes<sup>146</sup> seu companheiro de infância, de Polônio<sup>147</sup> pai da criatura amada, velho amigo e conselheiro, e finalmente de seus dois colegas de bancadas acadêmicas que se prestam a servir o rei com o intento de o salvarem.

Todos os dons que acompanham o alto nascimento, a juventude, o talento, todas as prendas que o tornavam

*The observed of all observers*<sup>148</sup>

o espelho da coragem e da mocidade de seu tempo, têm que ceder o passo à desilusão cruel que se fez seu destino. A tragédia humana não encontra paralelo para esse sofrimento senão em Job,<sup>149</sup> o primeiro

144 A Wittenberg University, na Alemanha, foi frequentada por personagens de *Hamlet*, entre eles o próprio Hamlet e Horácio.

145 Personagem da tragédia *Hamlet*, de Shakespeare. Filha de Polônio, apaixonada por Hamlet, enlouquece após o assassinato do pai e morre afogada.

146 Filho de Polônio, conselheiro-chefe do rei Cláudio, busca vingar-se de Hamlet, que assassinara seu pai, provocando a loucura de sua irmã, Ofélia, já desequilibrada pelo afastamento do príncipe dinamarquês, por quem era apaixonada.

147 Conselheiro-chefe do rei Cláudio, pai de Laertes e Ofélia. Morre assassinado por Hamlet, que o confunde com o tio.

148 Ver, adiante, nota 155.

149 O livro de Jó é um dos mais poéticos do Antigo Testamento.

de todos os poemas trágicos, ou em Prometeu,<sup>150</sup> a imagem eterna da humanidade sofredora e revoltada.

E o drama todo desenrola-se na personalidade desse princípio, na alma desse filho que, adorando a mãe, vem a saber, pela sombra do próprio pai idolatrado que clama e exige desforra, que ela é assassina, que ela é adúltera, que ela é incestuosa; o drama todo concentra-se no espírito desse leal cavalheiro, que, fazendo-se comediante e com comediantes aprendendo a fingir, estuda a mãe, concedendo-lhe ainda “o benefício da dúvida”, estuda o padrasto, e finalmente tudo, tudo sacrifica à sombra exigente que o persegue e que oprime a sua nebulosa imaginação, nascida em meio dos gelos do Norte, e embalada, em dias de infância, pelas [ilegível] fantásticas da Dinamarca medie[val?] [ilegível].

[Ilegível] de todo ator leva-o a querer interpretar Hamlet, e isso comprehende-se pela profunda influência que o drama de Shakespeare exerceu sobre a moderna filosofia e a literatura moderna [ilegível] peça a que a tradição [associa diretamente] à personalidade do autor que escreveu para si o papel de espectro e o do herói para seu amigo o [ilegível] Johnson.

[Ilegível] porém, que representar Hamlet [tem] sido a ambição de todo o ator, [ilegível] [con] quanto se conservem tradições de [ilegível] Hamlet [ilegível] história dramá[tica] [ilegível] não mostra uma única personi[ilegível] que se imortalizasse nos fastos [ilegível] do mundo como algumas das [ilegível] Talma,<sup>151</sup> e sobretudo como o [ilegível], o Otelo de Kean,<sup>152</sup> ou o [Mercador] de Veneza de Irving.<sup>153</sup>

[Ilegível] aqui temos tido Hamlets de muitos [ilegível] feitios, desde o Hamlet-Colan[toni]<sup>154</sup> até o Hamlet-Emanuel. Re[ilegível]-nos a este último.

150 Herói da mitologia grega, tinha como uma das marcas de sua personalidade a de tramar planos ardilosos, cuja intenção era enganar os deuses do Olimpo.

151 François-Joseph Talma (Paris, 15/1/1763 – 19/10/1826). Ator francês, influenciado pelo teatro elisabetano. Estreia na Comédie Française em 1787, com a peça *Le fanatisme ou Mahomet, le prophet*, de Voltaire. Depois de uma cisão na Comédie, funda um teatro dissidente, onde interpretou peças de Shakespeare. Em 1799, retorna à Comédie Française.

152 Edmund Kean (Londres, 1787 – Richmond, 1833). Ator inglês, destacou-se pela atuação em peças shakespearianas, sobretudo no papel de personagens trágicos em *Otelo*, *Ricardo III*, *Hamlet*, *Macbeth* e *Lear*. Segundo Gabriel Harrison, a interpretação de Otelo foi uma das mais marcantes do ator.

153 Sua interpretação de Shylock, agiota judeu da peça *O mercador de Veneza*, de Shakespeare, foi considerada, pela crítica da época, o auge de sua carreira.

154 Colantoni Rossi. A coluna Artes e Artistas, de *O Paiz*, de 2 de agosto de 1890, noticia: “Um grupo de distintos amadores, sob a direção do artista Colantoni Rossi, representa hoje no S. Pedro, a tragédia *Hamlet*, tradução do finado rei D. Luís de Portugal.”

\*

[Ilegível] que Shakespeare, pelos lábios [ilegível] prudentemente cor[ilegível] Sr. Emanuel), apresenta-nos [ilegível] moço cavalheiro

[The courtier's, soldier's, scholar's, eye, tongue, sword;  
The expectancy and rose of the fair state,  
The glass of fashion and the mould of form,  
The observed of all observers,]<sup>155</sup>

[Ilegível] modelo [de] todas as elegâncias [ilegível] escas pelo fato de ter a alma [ilegível] a morte do pai, a quem ve[ilegível] pelo fato de se sentir amarg[ur]ado surpreendi[do] e enojado com o ca[samento] [tão] pre[coce] de sua mãe, não pode nem deve, por sua educação, pela [ilegível] [dedicação] pela sua própria [ilegível] sua posição de [ilegível]

[Vários parágrafos ilegíveis] declara sentir nas veias o sangue do célebre Leão de Nemeia,<sup>156</sup> e acompanha o fantasma que o chama!

A entrevista com o espectro, em que todo o terrível drama de assassinato e de adultério é contado por ele e ouvido pelo filho, preso de íntima dor, de horror pelo crime, e finalmente quase pela dúvida, cena em que toda a sua lealdade de cavalheiro, todo o seu instinto de homem, toda a sua piedade filial são postas à prova e entram em luta terrível, em que o jogo de fisionomia do príncipe deve ser a única a traduzir as variadas sensações que o torturam, teve em Emanuel um intérprete original a mais não ser. Ainda de bruços, ou antes de gatinhas, de vez em quando focinhando o chão, com o rosto oculto inteiramente e as costas voltadas para o público, o ator uiva e geme soturnamente, com todas as mostras do mais abjeto pavor. Será naturalismo isso, mas com certeza é muito mal aplicado, sobretudo quando esse mesmo apavorado rapaz adquire, logo que se acha só, bastante presença de espírito

155 Fala de Ofélia no ato 3, cena 1, de *Hamlet*. Péricles Eugênio da Silva Ramos oferece a seguinte tradução: “Do cortesão, a língua do letrado, o gladio / Do guerreiro; a esperança e flor do belo Estado; / O espelho da elegância e o molde da etiqueta; / O alvo das deferências,” (In: SHAKESPEARE, William. *A tragédia de Hamlet príncipe da Dinamarca*. Tradução, em forma paralela ao original, por... Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. p. 142). Tristão da Cunha assim traduz: “Olhar, discurso, espada – do cortesão, do guerreiro, do estudioso; promessa e flor de gracioso estado; espelho de elegância e modelo de maneiras, contemplação de todos os olhares,” (In: SHAKESPEARE. William. *A tragedia de Hamleto príncipe de Dinamarca*. Traduzida do Inglez segundo o texto de Cambridge por... Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933. p. 95). O trecho entre colchetes é quase ilegível no original.

156 Monstro da mitologia grega.

para compreender a necessidade de dissimular a verdade a seus companheiros, e depois exigir-lhes segredo.

\*

A teoria da loucura simulada de Hamlet tem sido, nestes últimos tempos, e sobretudo pelos atores do teatro inglês, quase que abandonada; o que à corte dinamarquesa, ao espírito simples de Polônio e seus amigos passa por um desequilíbrio mental (no qual o rei não acredita realmente) há sido modificada com todos os mais requintados visos de naturalismo moderno, em uma excentricidade proposital, em fugaces lampejos de ironia e de escárnio, que alternam com a mágoa real e profunda e que devem proporcionar ao ator naturalista o ensejo de um estudo de rápidos cambiantes de luz e de sombra – permita-se-nos a expressão – cujas mais ínfimas minúcias são a pedra de toque de um talento verdadeiro.

O Sr. Emanuel dá-nos ainda o mesmo labrego bretão, mais sujo, mais encolhido, sofrendo já de um mal coreico incipiente, e cujos braços e cujas pernas têm uma tendência manifesta para se destorcerem e virarem de dentro para fora.

Aceita as cenas da loucura simulada, mas tampouco as destaca da amargura verdadeira, que nos dá antes a impressão da imbecilidade senil, pois que aos poucos o seu Hamlet vai envelhecendo espontaneamente.

O seu monólogo é único, inenarrável. Já temos visto esta cena representada de tantas maneiras diversas, já a têm feito tantos artistas, que julgávamos ter-se esgotado a escala das surpresas. Enganamo-nos, e o monólogo do Sr. Emanuel é dos tais de que a gente diz: pior e melhor é possível, mas assim... Santo Deus!

A cena com Ofélia que é um primor teatral, como só imaginou o gênio shakespeariano, e em que as apaixonadas invectivas do amante que prefere ver a adorada em um convento a sonhar a possibilidade de a saber casada se alternam com amargo sarcasmo, foi absolutamente incomprendida pelo Sr. Emanuel, que a deturpou a tal modo, que quase a tornou grotesca. Verdade é que a Ofélia da Sr.<sup>a</sup> Reiter pouco se abalou, e a vista do embuçado, pois que o Sr. Emanuel se enrola da cabeça aos pés na sua capa, tal como o homem da máscara negra, nem um gesto de surpresa fez.

Toda a cena da “representação”, em que o Sr. Emanuel rasteja pelo tapete, deita-se e encolhe-se, também foi mal compreendida.

Shakespeare apresenta Hamlet em uma de suas fases de zombaria e amargura; o príncipe, fingindo aceitar gostosamente o divertimento que lhe oferecem, apresenta-se aos olhos da corte como cavalheiro cortês que é, galanteador e algum tanto libertino, para melhor enganar o rei e observá-lo mais à vontade. Diz a Ofélia que deseja prostrar-se a seus pés, e audacioso propõe apoiar-lhe a cabeça ao colo. O Sr. Emanuel traduz a frase do galanteio ao pé da letra, estende a capa e deita-se no chão com a cabeça no regaço da donzela fidalga, como o faria com qualquer rapariga de vida fácil, e isto na presença do velho pai, Polônio, que proibira à filha pensar mais em Hamlet!

Se fôssemos a analisar cena por cena, fala por fala, o trabalho do Sr. Emanuel, encontrá-lo-íamos igualmente pouco observador, mentindo à natureza, mentindo ao texto do drama.

Observaremos ainda que na cena do cemitério, a ênfase que Hamlet diz saber empregar, isto é, a ênfase de um letrado, de um espírito culto, que se aprovou em estudos e leituras, se traduz por uma gritaria positivamente inadmissível, mesmo no mais novel dos artistas amadores.

As honras da noite couberam todas à Sr.<sup>a</sup> Virgínia Reiter, que, conquanto nas primeiras cenas nos desse uma Ofélia algum tanto *boudeuse*,<sup>157</sup> fez a da loucura com um ânimo, uma verdade, uma intuição artística rara. Não somos dos que morrem de amores pela formosíssima atriz, nem dos que se deixam levar por entusiasmos fáceis; entretanto, se aquela cena de loucura bastasse para consagrar como extraordinária uma artista, reconheceríamos na Sr.<sup>a</sup> Reiter uma das mais notáveis atrizes que temos visto.

Também foi a gentil senhora recompensada com os primeiros e únicos aplausos unâimes e espontâneos que irromperam na vasta e repleta sala no correr da representação.<sup>158</sup> Quanto aos outros artistas, no gênero cerra-fila não podiam ser melhores. Que rei! e que rainha! o pobre Polônio,<sup>159</sup> enfrontado em uma túnica de cardeal, foi um perfeito imbecil, quando o personagem é um cortesão algum tanto ingênuo e vaidoso, mas um cavalheiro sempre.

O Sr. Emanuel, representando Hamlet, esqueceu a sentença que o próprio Shakespeare colocou na boca de seu personagem:

<sup>157</sup> Palavra francesa: “amuada, retraída”.

<sup>158</sup> A peça foi representada no Teatro Lírico no dia 29 junho de 1891.

<sup>159</sup> O papel do rei foi representado por Cristoforo de Mori, o da rainha por Elide Rossetti e o de Polônio por Francesco Valenti.

“É preferível ter um mau epítápio a um mau ator que te represente.”<sup>160</sup>

Do epítápio de Shakespeare ainda ninguém decifrou o curioso criptograma; dos atores que o traísssem não o livrou o Sr. Emanuel interpretando Hamlet da maneira pela qual o fez.

C. Cy.

---

160 Parte da fala de *Hamlet* no ato II, cena 2.



5 DE JULHO DE 1891

## SHAKESPEARE E O SEU PROFETA. INFELIZ O SR. EMANUEL I

Comparam o seu desempenho do Hamlet ao de Macready, de cuja interpretação, segundo reza a história do teatro inglês, restam mais vivas lembranças hoje apenas pela formidável pateada que o artista levou na cena da representação, por haver ele, na frase de Forrest<sup>161</sup> “dançado o passo do lenço” – *for having danced the handkerchief dance in the play scene*, e ter originado a famosa controvérsia, tão bem narrada nas *Memórias* de Joseph Jefferson,<sup>162</sup> o mais notável empresário do teatro americano, contemporâneo de Macready e de tantos outros artistas famosos da França, da Alemanha e da Inglaterra, com quem lidou, não só como empresário, mas também como amigo particular e homem ilustrado de rara perspicácia.

161 Edwin Forrest (Filadélfia, 9/3/1806 – 12/12/1872). Ator norte-americano, estreou em 1820 e, em 1826, foi protagonista da peça *Otelo*, em Nova York.

162 Ator norte-americano (Filadélfia, 20/2/1829 – Palm Beach, 23/4/1905). Sua autobiografia (*The autobiography of Joseph Jefferson*) foi publicada em 1891, pela editora Century Company, de Nova York.

Macready, pateado na cena da representação, – justamente a que lembrou o seu nome em relação ao ator italiano, – Macready, de cujo Hamlet não se conservam tradições imorredouras nos anais do teatro anglo-americano, é o espelho em que se mira o Sr. Emanuel, segundo parecem querer afirmar os seus defensores!<sup>163</sup>

Mas, Deus do céu! se o Sr. Emanuel é na realidade o artista notável, o GÊNIO inigualável que o dizem, por que há de ele restringir-se... somente ao repertório batido, safado, gasto e por demais conhecido do teatro de Shakespeare na Itália? Então a sua maravilhosa intuição artística ainda lhe não revelou que a inesgotável mina shakespeariana contém gemas de tamanho valor que muitos dos maiores artistas, – não GÊNIOS como ele têm hesitado em chamá-las a si?

O Sr. Emanuel, que “descobriu” Shakespeare, não encontrou nesta descoberta outros personagens dignos de seus tão altos feitos senão os conhecidos já, Lear, em que é falso, Otelo de cujo desempenho não falamos por não havê-lo visto, Romeu, em que seu físico anda a jogar às peras<sup>164</sup> com Shakespeare, e Hamlet, em que, desde a primeira até à última cena, mente à natureza do personagem, mente à verdade histórica, mente sobretudo ao texto, traduzido do original... “francês” (!) ao qual se reporta, quando desafiamo-lo, a ele e a qualquer um de seus atuais defensores que traduzam uma só cena do original “original”, apanhado ao acaso das edições feitas sobre as edições primitivas do autor, e que nos apresentem, de boa-fé, uma única rubrica durante o monólogo, a cena subsequente com Ofélia e tantas outras ainda que justifiquem o desempenho dado.

163 Referência ao artigo de Valentim Magalhães intitulado “Tragédia naturalista: Hamet- Emanuel”, publicado em *O Paiz* de 3 de julho de 1891.

164 Trata-se de uma referência à “popp’rin pear” que aparece na réplica de Mercutio a Benvolio no *Romeu e Julieta*, de Shakespeare, ato II, cena 1, v. 38. Fazendo alusão à paixão que habita Romeu, Mercutio recorre aqui ao discurso de duplo entendimento. “Poperinghe pear” designa uma variedade de peras alongadas, da vila de Poperinghe, na região de Flandres. O sentido privilegiado, aquele que se esconde por trás deste primeiro sentido – o de evidência –, é nitidamente erótico, jogando com a analogia de som – [pop’rin] – entre “Poperinghe” (a vila flamenga) e “pop her in” (mete-lha). Esta pera especial está associada, na mesma réplica, à “nespereira” e à “nêspora” – “medlar” (v. 34 e 36) que designa o sexo da mulher por alteração, daf o aparecer igualmente no discurso lídico de Mercutio, sob a sua forma dialectal “open-arre” (cu aberto). Transcrevemos a fala: (Mercutio a Romeo II-1- v. 33-38: “If love be blind, love cannot hit the mark, / Now will he sit under a medlar tree, / And wish his mistress was that kind of fruit / As maids call medlars, when they laugh alone. / O, Romeo, that she were, O, that she were / An open et coetera, thou a poperin pearl!”).

Agradecemos a Olinda Kleiman, especialista nestas questões de elucidação do discurso erótico em literatura, pela explicação e respectiva redação da nota.

Pois o Sr. Emanuel desconhece tanto os fastos do teatro de Shakespeare, o seu autor predileto e no qual tanta coisa nova descobriu – que não saiba qual o manancial de glórias que lhe está reservado no *Ricardo III*?<sup>165</sup>

Entretanto durante o ano findo, essa peça tornou-se uma verdadeira revelação dramática para o público da Inglaterra e da América do Norte, quando desempenhada pelo ator Mansfield,<sup>166</sup> uma estrela de primeira grandeza que desponta no teatro shakespeariano.

Se lhe aprazem mais os papéis graciosos e leves, por que nos não apresenta o Petrúcio<sup>167</sup> ideal que deveria ser, a julgar pelo que dele dizem, por que não proporciona ensejo a Sr.<sup>a</sup> Reiter de nos interpretar Catarina,<sup>168</sup> a deliciosa virago de vinte anos, tal como Shakespeare os descreve no *Taming of the shrew*?<sup>169</sup>

Ainda mais, se a sua admiração é tamanha pelo talento da Sr.<sup>a</sup> Reiter, por que não inclui no seu repertório a graciosíssima comédia – *Como lhe aprouver*,<sup>170</sup> em que o cintilante papel de Rosalinda<sup>171</sup> seria, para a formosa atriz, uma joia digna de figurar no seu escrínio artístico? Por que nos não dá o *Antônio e Cleópatra*<sup>172</sup> que tamanho triunfo proporcionou, há tão pouco tempo ainda, à Sr.<sup>a</sup> Duse-Checchi e a Andô?<sup>173</sup>

São todas peças de Shakespeare, representáveis e representadas com [ilegível] sucesso que confirma o seu merecimento, e que deviam tentar o engenho do ator italiano, se é que não começa a desanimá-lo um pouco o julgamento feito há dias por um de [seus] amigos.

\*

“Shakespeare é uma besta e Emanuel é... seu profeta”.

<sup>165</sup> Drama histórico de Shakespeare, produzido em 1592 e 1593. A peça gira em torno da imoralidade e da ambição desmedida na figura do duque de Gloucester, Ricardo III, que não mede esforços para alcançar o poder.

<sup>166</sup> Richard Mansfield (Berlim, 24/5/1857 – New London, 30/8/1907). Ator de origem alemã, muito conhecido pela encenação de personagens shakespearianas.

<sup>167</sup> Personagem da comédia *A megera domada*, de Shakespeare, que encarna a figura de um nobre de Verona.

<sup>168</sup> Personagem protagonista da comédia *A megera domada*.

<sup>169</sup> Título original de *A megera domada*, comédia em cinco atos, de Shakespeare. Narra a história do nobre falido Petrúcio, que corteja Catarina, jovem de temperamento difícil.

<sup>170</sup> Comédia em cinco atos, de Shakespeare. Baseia-se no romance *Rosalynde* (1590), do escritor inglês Thomas Lodge.

<sup>171</sup> Personagem da comédia *Como lhe aprouver*, de Shakespeare.

<sup>172</sup> Tragédia em cinco atos, de Shakespeare, que se concentra na paixão de Marco Antônio, líder militar romano, pela rainha Cleópatra, do Egito.

<sup>173</sup> Flavio Andô (Palermo, 17/1/1851 – 12/3/1927). Ator italiano, veio pela primeira vez ao Rio de Janeiro em 1871, como ator da companhia de Ernesto Rossi.

Foram estas as palavras com [trecho ilegível] Dr. Mallet<sup>174</sup> [ilegível] Teatro Lírico,<sup>175</sup> comentou [ilegível] apresentação do *Hamlet* que tas[ilegível] entusiasmos despertou nos que [ilegível] espectadores que, únicos sensato[s] [ilegível] destacavam do “público grosseiro” que enchia o vasto recinto; essas mesmas palavras repetiu-as o Sr. Dr. Mallet na quinta-feira à tarde, à porta da livraria Garnier,<sup>176</sup> na presença de diversos escritores e de alguns amigos, sinceros e admiradores seus, entre os quais no[s] ufanamos de figurar.

A frase, que no primeiro momento poderia ter sido tomada por uma *boutade*,<sup>177</sup> adquiriu assim foros de convicção profunda, tanto mais que seu autor insistiu por diversas vezes nos qualificativos com que aniquila dramaturgo e ator.

Ora, após uma opinião tão tersamente expressa pelo mais brilhante crítico e comentador da nossa imprensa, parece-nos de bom aviso respeitar a terrível sentença do Sr. Dr. Mallet, que embora não a publicasse, não hesitou em proferi-la em público, e, no que toca à pessoa do Sr. Emanuel, deixá-lo entregue inteiramente à mercê dos seus profetas.

C. Cy.

<sup>174</sup> João Carlos de Medeiros Pardal Mallet (Bagé, 9/12/1864 – Caxambu, 24/11/1894). Jornalista brasileiro, colaborou em quase todos os jornais cariocas. Fundou o jornal *A Rua*, com auxílio de Olavo Bilac, e obteve sucesso com o panfleto *O Meio*.

<sup>175</sup> O Teatro Lírico originou-se no Circo Olímpico, de propriedade de Bartolomeu Correia da Silva, montado em 1857 na rua da Guarda Velha, atual 13 de Maio. Recebeu depois o nome de Imperial Teatro D. Pedro II e, com a proclamação da República, passou a denominar-se Teatro Lírico. O local do teatro integra atualmente o largo da Carioca.

<sup>176</sup> Fundada no século XIX, no Rio de Janeiro, pelo livreiro francês Baptiste Louis Garnier, e instalada na rua do Ouvidor, esta editora notabilizou-se inicialmente por oferecer um catálogo com famosas coleções de clássicos para crianças e jovens. Também se destacou pela comercialização de livros que apresentavam as maravilhas da indústria moderna. A área editorial encerrou suas atividades em 1934.

<sup>177</sup> Palavra francesa: “arrebatamento, ímpeto, dito espirituoso ou humorístico, capricho”.

Retrato de Pardal Mallet, gravura, 1894.



FONTE: *Revista Illustrada*, ano 19, n. 669, 1894. Biblioteca Nacional.  
(<http://memoria.bn.br/docreader/332747/4874>)

Teatro Lírico, fotografia em gelatina e prata, Augusto Malta, c. 1928.



FONTE: Instituto Moreira Salles.  
(<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4254>)





6 DE JULHO DE 1891

## SILVA JARDIM<sup>178</sup>

Fatos há que pela sua natureza, pela inesperada brutalidade com que se dão, pela catástrofe que representam, como que paralisam por um instante o andamento de todos os impulsos humanos, de todos os pensamentos, de todos os atos em uma parada súbita, em uma suspensão rápida de vida, como se o susto e a mágoa imperassem pelo mundo inteiro.

Tal é o que acontece com a tristíssima notícia que nos veio narrando o fim daquele que representava um dos mais poderosos demolidores da monarquia; tal é a catástrofe que acarretou a morte de Silva Jardim.

Há como que uma impressão de luto por toda a parte, e até o céu pareceu compartilhar da mágoa geral no momento em que de além-mar à pátria chegava a dolorosa nova.

Se no momento supremo é dado ao homem rever, segundo já alguém o disse, em um só ápice toda a vida terrena, se ao desprender-se a alma do corpo, unidos ainda em um derradeiro amplexo, ambos

---

<sup>178</sup> Antônio da Silva Jardim (Capivari de Cima, atual Silva Jardim, 18/8/1860 – Nápoles, 1/7/1891). Professor, jornalista e político brasileiro, iniciou suas atividades jornalísticas durante o período escolar, ao fundar, com amigos, o jornal *Labarum Litterario*. Foi propagandista da abolição, aderiu aos ideais republicanos e auxiliou na fundação do primeiro centro positivista de São Paulo.

revivem na curta duração de um raio “a vida até então vivida”, quais não seriam as sensações desse grande coração, dessa alma heroica ao aprofundar-se no lodo incandescente das lavas vulcânicas?

Quem sabe? talvez lhe ocorresse então que para a sua existência tão agitada, para aquela existência que encontrara o apogeu de vida em conglomerar os elementos todos que deviam constituir esse Vesúvio destruidor: a revolução, só o Vesúvio eterno, só o eterno facho de fogo ateado pelo misterioso senhor de todos os humanos destinos poderia servir-lhe de túmulo e de imutável monumento.

Ai! talvez em seus mais ambiciosos sonhos de glória, em seus melhores dias de entusiásticas aspirações, nunca lhe socorresse o sonho desse fim estranho, desse súbito desaparecer do meio dos vivos envolto nas nuvens, mais perto do espaço infinito do que da habitação humana, cercado pelas labaredas rubras das lavas incendidas, sufocado pelo incenso que o seio da terra envia ao céu, como um deus antigo desaparecia do meio dos mortais, envolto na apoteose imorredoura das catástrofes tremendas!

Em toda sua existência terrena andou Silva Jardim galgando um a um os obstáculos que se lhe antepunham à carreira, como um a um transpôs os passos finais que levam à cratera do Vesúvio; e, aí chegado, talvez lhe voltassem à memória os dias idos, as lutas feridas, os escolhos superados para alcançar o braseiro incandescente das ideias que triunfam das verdades, que iluminam, e que, tal como o braseiro que se lhe achava aos pés, também é cercado pela fumarada espessa, pelo incenso envenenador das invejas e das ambições contrariadas.

Sufocou-o o súlfur do Vesúvio e matou-o brutalmente, sem um aviso prévio, como já o havia sufocado a tóxica emanação da ingratidão humana, matando brutalmente, sem prévio aviso, o seu coração de sonhador, a sua esperança de patriota.

Embora chorem hoje os amigos, embora na orfandade e na viudez gemam os filhos e a esposa agora, mais tarde reconhecerão que foi melhor morrer assim, no ápice da montanha, iluminado pelo fogo da terra, pelo azul do céu, do que finar-se tristemente, pobramente, na obscuridade dos desiludidos, na noite escuríssima dos enojados das humanas paixões.

De Silva Jardim resta hoje apenas uma lembrança, mas uma lembrança tão gloriosa, rememorada agora de tão estranho modo, que certo lhe valeu a pena viver para morrer assim!

Ante essa sombra que passa à posteridade, ante essa alma que se evola, o espírito da cronista estaca, e a sua imaginação evola-se também, e vai tateando, adivinhando em busca “do país de onde ninguém jamais tornou”, procurando ver entre as sombras que lá se acham a do outro morto da República – a de Benjamim Constant!

O que não será o encontro dessas duas almas, o que não dirão elas uma à outra, nessa linguagem muda dos espíritos, nesse “mudo” enlace de ideais desfeitos? Quando aquela que lá se acha perguntar a esta que agora chega, o que é feito de todos os sonhos terrenos, de todas as esperanças que não frutificaram, de todas as glórias que ambas sonharam para esta pátria que não as soube compreender, que as amar não soube, qual será a resposta? Lágrimas, misérias, lutos e desilusões, mais nada.

E ambas, unidas agora, juntas voarão para mais longe da terrena pátria, afundar-se-ão mais nos etéreos mundos onde tudo se gera e tudo acaba, e ambas, almas imaculadas agora na pureza de seus intentos, dirão uma à outra se valeu a pena ter esperado e ter sofrido!

Entristecida, desanimada, tendo no espírito a amargura dos dias maus, a cronista deixa que a pena lhe caia da mão, e, viajando nas asas da mais respeitosa das homenagens, galga, um a um, os passos todos do Vesúvio longínquo, que mais amigo do que os homens acolheu ao seu seio ardente e palpitante o palpitante e ardente seio daquele que soubera ser tão homem!

C. Cy.

Retrato do dr. Silva Jardim, gravura, 1891.



FONTE: *Revista Illustrada*, ano 16, n. 625, 1891. Biblioteca Nacional.  
(<http://memoria.bn.br/DocReader/332747/4562>)



12 DE JULHO DE 1891

## A ESMO

Curiosa entidade esta do câmbio, que tanto vai preocupando o “Encilhamento”; tem uns predicados de trampolíneiro e homem-borracha de fazerem inveja a um político de velhas eras. Ora cresce, estica, sobe, sobe de um modo tão rápido e tão descomunal que vai atingindo, no espírito de muitos jogadores da bolsa, as alturas do sublime; e de repente, à mais leve aragem contrária, entra a encolher-se, a encarquilhar-se, a amesquinhar-se, baixando, baixando por modo tal, que, se, como no momento atual, lhe não deitarem a mão, é capaz de se sumir pelo chão adentro e desaparecer de todo.

Na realidade, no andar em que vamos, segundo dizem os Srs. bolsistas, o câmbio assim rebaixado ameaça pôr a todos de gatinhas à sua procura, e, do momento em que de gatinhas andarmos, já não será sobre quatro rodas que o comércio correrá.<sup>179</sup>

É deitarem-lhe a unha enquanto é tempo e chamarem-no às boas, darem-lhe eficaz remédio.

<sup>179</sup> O *Diario de Notícias* de 11 de julho de 1891 publica “[...] que o Sr. Lucena prometeu ao Sr. presidente da República que faria o câmbio subir a 20 dentro de 30 dias [...] que entretanto o câmbio desce consideravelmente ao invés de subir, como prometera o chefe do ministério.”

Olhem, façam-lhe um brinde, como entidade abstrata que é, e incumbam a um eloquente discursador qualquer, interessado e entendido em coisas monetárias, de o saudar, fazendo-lhe as zum-baias devidas, e o resultado não se fará esperar; pelo menos a eficácia dos brindes a entidades abstratas e outras tem sido evidente nestes últimos dias.

Haja vista o nunca assaz lembrado banquete das Belas Artes.<sup>180</sup>

O *toastmaster* (é assim, segundo nos informam, que se chama o arranjador de brindes, uma espécie de mestre de cerimônias gastronômicas dos banquetes modernos), o *toastmaster*, dizíamos, do supradito festim, organizou o seu cardápio “oficial” com raríssima perspicácia, e o resultado do estudo sério a que se dedicou nesta organização, transpareceu claro, evidente, preciso, na semana que decorreu.

A habilidade do *toastmaster* consiste em colocar na ordem dos oradores homem acertado em apropriado lugar: *the right man in the right place*,<sup>181</sup> diriam os ingleses e os amigos de Shakespeare, se Shakespeare não tivesse baixado no mundo crítico do Mallet na mesma proporção em que o câmbio vai baixando no mundo da finança, e na festa artística essa habilidade revelou-se de um modo superior.

\*

Entre as entidades abstratas figurava a municipalidade, representada pelo presidente da intendência, e o orador incumbido de a saudar, a ela, pelo bem que nos quer a nós, munícipes, pelo inexcedido [sic] zelo e previdênciia insuperável com que cuida da nossa ventura e da nossa saúde, emaranhou tão bem as duas individualidades, que em breve já se não sabia se a intendência era o Sr. Dr. José Félix,<sup>182</sup> ou se José Félix era ela, nem qual das duas era a saudada.

Nunca foi tão bem aplicada a regra, e o ilustre orador – homem acertado em apropriado lugar – tão eloquentemente falou sobre os deveres da Intendência e os seus privilégios humanitários, que no dia seguinte a

<sup>180</sup> Ver crônica de 20 de junho de 1891.

<sup>181</sup> Inglês: “o homem certo no lugar certo”.

<sup>182</sup> José Felix da Cunha Meneses (Salvador, 4/11/1844 – Rio de Janeiro, 4/10/1911). Médico, bacharel e político brasileiro, foi conselheiro da Intendência Municipal de 1889 a 1891, tendo ocupado também o cargo de presidente.

dita intendência, na pessoa do Sr. José Félix [,] assinou o célebre contrato de saneamento, que tamanhos benefícios nos deve trazer.<sup>183</sup>

Tivemos assim o remédio contra uns tantos males que nos afligiam, em um brinde singelíssimo, que, acendendo o entusiasmo por uma causa bem defendida, provocou a aceitação imediata de um projeto estupendo.

Em regozijo a tamanho triunfo, contam-nos que foi concedido ao hábil *toastmaster* o privilégio exclusivo para a organização de uma vasta e luxuosa empresa de “pompas fúnebres”, que entrará a funcionar logo que seja levado a efeito e concluído o novo saneamento da venturosa Sebastianópolis, menos feliz, porém, do que a Praia Grande,<sup>184</sup> que aos poucos se vai transformando em Olimpo, em céu aberto, graças aos milagres de S. Jacó,<sup>185</sup> segundo rezam as crenças populares.

\*

Lembra-nos este fato que a cronista deve uma *amende honorable*<sup>186</sup> ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Portela, muito digno governador da “Pátria Fluminense” por obra e graça do Bom Deus Onipotente.

Quando se tratou do já celebrizado banquete de Artes, a cronista estranhou que S. Ex.<sup>a</sup> figurasse como única entidade não abstrata, e fosse brindado com o epíteto de protetor das letras e artes, quando nada constava que houvesse feito em seu favor. Enganou-se, e por tão negra injustiça implora a cronista indulgência, pois que, se o Sr. Portela não era ainda o protetor das letras, estava em véspera de o ser, como o revelam as recentes nomeações para altos cargos no seu estado.

Somente, mostrando-se tão extremado amigo dos escritores e poetas, cercando-se de talentos de eleição como Luís Murat e Coelho Neto,<sup>187</sup> Olavo Bilac<sup>188</sup> e Pardal Mllet, S. Ex.<sup>a</sup> foi cruel para com os lite-

183 O contrato, celebrado entre a Intendência Municipal e os srs. Gouveia & Lima, foi aprovado no segundo semestre de 1891.

184 Vila Real da Praia Grande é a antiga denominação da atual cidade de Niterói.

185 Patriarca da *Bíblia*.

186 Expressão francesa: “retratação pública por determinadas declarações”.

187 Henrique Maximiano Coelho Neto (Caxias, 21/2/1864 – Rio de Janeiro, 28/11/1934). Romancista, crítico e teatrólogo brasileiro, membro fundador da Academia Brasileira de Letras. O periódico *O Malho* elegeu-o Príncipe dos Prosadores. Durante o governo de Francisco Portela foi nomeado para diretor dos Negócios do Estado, da Justiça e Legislação.

188 Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (Rio de Janeiro, 16/12/1865 – Rio de Janeiro, 28/12/1918). Escritor brasileiro, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, foi eleito pela revista *Fon-Fon* Príncipe dos Poetas.

ratos, mostrando-lhes que a meta final, a terra de promissão da literatura brasileira, acha-se imprensada entre a política e o funcionalismo.

Ainda assim, muito há que agradecer ao Sr. governador, pois que, dispondo de todas as altas prerrogativas que lhe concedeu a constituição do estado, S. Ex.<sup>a</sup> poderá insensivelmente, e em mansa revolução, transformar a sua bela pátria fluminense em verdadeira República das Letras, e as suas secretarias de estado em sucursais do Olimpo.

Daqui a poucos dias, talvez, “uma viagem ao Parnaso” já será possível sem o auxílio de Gavroche<sup>189</sup> e sem música offenbachiana:<sup>190</sup> bastará tomar apenas as barcas e os bondinhos da Praia Grande, bem indignos, verdade seja, de tal honra.

Pedindo, pois, ao novo Mecenas mil perdões pela injustiça passada, a cronista ao mesmo tempo anima-se a felicitá-lo pela aquisição de tão valentes auxiliares. Se muito perde a literatura da pátria brasileira, muito ganham as finanças e a justiça da pátria fluminense, e uma coisa fica por outra.

\*

Esquecia à cronista registrar o fato de que o orador incumbido de saudar o Sr. Dr. Portela no tal banquete pertence também ao número daqueles que mais brilho vão dar ao Parnaso Niteroiense.

E digam lá que o *toastmaster* não foi um habilíssimo arranjador de brindes!

\*

Tão hábil arranjador de brindes como hábil arranjador de notícias de sensação foi o *reporter* que pôs em circulação a nova do ministério confiado a Lopes Trovão.<sup>191</sup>

Estamos a ver a surpresa com que o adorável tribuno deve ter lido a notícia, o alvoroço com que limpou o seu lendário monóculo e

<sup>189</sup> Personagem do romance *Os miseráveis*, de Victor Hugo. Garoto debochado, de Paris, morre nas barricadas da insurreição de 1832 cantando: “culpa de Voltaire, culpa de Rousseau”.

<sup>190</sup> A palavra “offenbachiana” está relacionada a Jacques Offenbach (Colônia, 1819 – Paris, 1880), compositor alemão naturalizado francês, que compôs operetas que refletem com humor a alegria de viver do Segundo Império francês.

<sup>191</sup> José Lopes da Silva Trovão (Angra dos Reis, 23/5/1848 – Rio de Janeiro, 23/3/1925). Diplomata e jornalista brasileiro. Com a República, assume, em 1891, a função de deputado federal e, mais tarde, a de senador.

o pasmo com que fitou o seu aquilino olhar no “consta” da reorganização ministerial!

Na verdade, Lopes Trovão [,] sobrando uma pasta de ministro, e da Instrução, é uma dessas contingências da vida política, tão difícil de conceber, como difícil é de conceber o funcionalismo político-literário do Sr. Mecenas Portela.<sup>192</sup>

Não que o simpático e sempre querido demagogo não esteja no caso de, em toda e qualquer circunstância, ser um grande, um honestíssimo ministro, em quem sobrariam as mais exigíveis qualidades para o seu alto cargo, sobretudo o patriotismo; e, quem tal não pensasse, cometaria um crime de lesa-verdade. Mas Lopes Trovão sempre foi e é ainda um revoltado; revoltado inato, revoltado por instinto e por índole, como o são todos os corações ardentes, todos os cérebros moços.

Ora, por esta época de revoltas e de protestos acadêmicos, o Sr. Lopes Trovão, ministro da Instrução Pública, achar-se-ia muito embaraçado ante o Lopes Trovão tribuno e revoltado, em cujo coração e em cujo cérebro verdeja a primavera eterna das ideias independentes, e assim entalado entre a sua pasta e o seu instinto revolucionário, o ministro cederia o passo ao demagogo defensor inato da mocidade revoltada. Compreende-se que um ministro não pode estar a ceder assim à sua índole e ao seu instinto, e daí a razão por que, ainda mais surpreendido do que a cronista deveria ter ficado o bom Lopes Trovão vendo que o julgaram por momentos capaz de meter a mão em cum-buca, assim tão imprevidentemente como o Sr. Luís de Castro<sup>193</sup> o está fazendo apresentando-se como autor dramático.

\*

Luís de Castro folhetinista é bastante conhecido de nosso público, a quem já deu provas do seu merecimento, e em recente livro publicado em Paris sobre o Brasil também surpreendeu com o seu atilado espírito de observação.<sup>194</sup>

<sup>192</sup> O *Jornal do Commercio* de 5 de julho de 1891 informa que Lopes Trovão foi convidado para a pasta da Instrução, mas, na verdade, não chegou a assumir.

<sup>193</sup> Teatrólogo e jornalista brasileiro (Rio de Janeiro, 1/11/1863 – 19/5/1920), fez parte da redação da *Gazeta de Notícias* e representou, no Brasil, na Sociedade dos Autores Dramáticos, de Paris. Usou o pseudônimo Lulu Júnior.

<sup>194</sup> Trata-se de *Le Brésil vivante*. 3. ed. Paris: Librairie Fischbacher, 1891. Ver nota 218.

Luís de Castro dramaturgo e comediógrafo não nos é tão conhecido, e, a julgar pela felicidade com que conseguiu impor suas peças aos empresários, em geral muito avessos à apresentação de peças de autores nacionais, o seu trabalho deve ser notabilíssimo.<sup>195</sup>

Esta felicidade do Sr. Luís de Castro é uma grande consolação e imenso incentivo para comediógrafos menos felizes. Ao menos ele não teve que esperar [ilegível] anos para ver representadas as suas “almanjarras”;<sup>196</sup> questão de merecimento das peças, já se vê.

Em todo caso, o nome do Sr. Luís de Castro como autor dramático *affiche*<sup>197</sup> nos programas dos nossos teatros, talvez seja o precursor da nova era que terá o seu início no teatro nacional, a cuja organização se consagra o Sr. Emílio de Meneses.<sup>198</sup>

\*

São inúmeros os planos de teatro nacional que têm surgido, uns após outros, razoáveis alguns, medíocres e quase impraticáveis outros, e nenhum nas condições de ser posto em execução sem grandes modificações.

O Sr. Emílio de Meneses estudou melhor o assunto. Compreendeu-o, e agora, quase que de improviso, nos surpreende com um plano que é uma revolução e uma revelação.

Não cabe nos limites de uma crônica semanal análise detalhada desse projeto; mas à cronista será grato, com mais vagar, fazer de tal assunto matéria de mais desenvolvido estudo, assim como ser-lhe-ia gratíssimo provar que, logo que tenhamos um teatro nacional, o público distinto e culto, o público de eleição, que comprehende o que seja a verdadeira arte, o público em suma que não pactua com o “tro-ló-ló” (deixem passar a frase consagrada), nem aplaude, até o centenário, todo o “rif rof” da fancaria teatral, há de aparecer finalmente e encher a

195 Provavelmente alusão à peça *Edité Valdora*, representada em 15 de julho de 1891.

196 Alusão à comédia *A almanjarra*, de Artur Azevedo, que esperou 14 anos para ser representada.

197 Palavra francesa: “anunciado”.

198 Emílio Nunes Correia de Meneses (Curitiba, 4/7/1866 – Rio de Janeiro, 6/6/1918). Poeta e jornalista brasileiro. Colaborou em seções humorísticas de jornais e escreveu seus poemas satíricos assinando com pseudônimos: Gaston d'Argy, Gabriel d'Antúncio e Emílio Pronto da Silva. Segundo a edição de *O Paiz* de 12 de julho de 1891, “o conselho da intendência municipal, em última sessão, aprovou a proposta do cidadão Emílio de Meneses, para o levantamento do teatro nacional, que será edificado na rua do Passeio, desapropriando por utilidade pública, os prédios necessários a esta obra. / Além deste favor a intendência municipal concede-lhe uso e gozo por setenta anos passando no fim deste tempo em plena propriedade para a intendência. / O concessionário compromete-se a abrir aulas de declamação, música, canto, etc.”.

sala de espetáculo escolhido, como aparece agora invocado pelo nome prestigioso, pelo talento mágico de Lucinda Furtado Coelho.

\*

A cronista não é dos menos exigentes em matéria de arte dramática, não é dos que abusam de adjetivos encomiásticos, e muito menos dos que se deixam levar por considerações pessoais. Podem-na culpar talvez de uma pontinha de “chauvinismo”, se chauvismo [sic] pode ser chamada uma certa predileção pelos artistas nossos e o desejo intenso de conseguir que se lhes faça a justiça que lhes é devida. Confessando-se sincera admiradora da atriz Lucinda, desconhecida, pessoalmente, da graciosa senhora, a cronista é sobretudo convicta, não obedece a sugestão alguma, e tem principalmente a consciência de ser justiceira.

Lucinda é um pouco filha deste público brasileiro, muito menos “grosso público” do que o querem fazer, filha pelo coração e pelo cérebro, e foi com imensa alegria que ele agora deu a boa vinda à correta *diseuse*<sup>199</sup> e elegante artista, que há tanto tempo fugira do teatro em que tão adorada fora.

Lucinda, quando nos deixou, era uma artista notável, uma inexcedível dama de comédia; voltou-nos agora tudo isso ainda e mais alguma coisa: voltou-nos uma grande atriz dramática e a sua interpretação da *Tosca*<sup>200</sup> bastaria para impô-la como tal à mais exigente das plateias europeias.

Nada temos visto em arte dramática mais natural, mais impressionador pela simplicidade do processo artístico do que a sua interpretação da protagonista do drama de Sardou.<sup>201</sup>

O modo por que Lucinda desempenha o 2º e 3º atos da peça, as cenas da tortura em que o desnorteamento, o *affolement*<sup>202</sup> da mulher amante e aterrada levam-lhe o sentimento e as ideias ao extremo limite em que a razão acaba e o delírio começa, são feitas com tal verdade, que o

<sup>199</sup> Palavra francesa: “aquela que diz, que declama com arte e aprovação”.

<sup>200</sup> Drama em cinco atos, de Victorien Sardou. *La Tosca* foi encenada pela primeira vez em 24 de novembro de 1887, no Théâtre de la Porte Saint-Martin, em Paris, tendo Sarah Bernhardt no papel principal. Recebeu muitas críticas na noite de estreia, mas a peça acabou se tornando um grande sucesso. Foi representada no Brasil no Teatro Lucinda, no Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1891, sob a direção de Furtado Coelho, tendo no elenco, entre outros, Lucinda Furtado Coelho, no papel de Flória Tosca, e Eugênio de Magalhães, no de Mário Cavaradossi.

<sup>201</sup> Victorien Sardou (Paris, 5/9/1831 – 8/11/1908). Dramaturgo francês, autor também de comédias. Muitas de suas peças foram encenadas no Brasil ao longo dos anos 1890.

<sup>202</sup> Palavra francesa: “loucura”.

espectador perde a noção do meio em que se acha e transporta-se, vivo e palpitante, para o meio em que se debate aquela alma aniquilada. Não nos parece que possa haver em teatro outro naturalismo que não esse.

Lucinda é admiravelmente secundada por Furtado Coelho, sempre o mesmo artista correto e distintíssimo dos bons tempos do Ginásio,<sup>203</sup> do S. Luís<sup>204</sup> e do Lucinda<sup>205</sup> de há dez anos.

\*

Temos a promessa de um teatro nacional, verdadeiramente na altura do real talento de artistas como Lucinda, Clélia,<sup>206</sup> Apolônia, Balbina,<sup>207</sup> Ismênia, Clementina,<sup>208</sup> Furtado Coelho, Joaquim Maia, Eugênio de Magalhães, Guilherme de Aguiar e Vasques; ao Sr. Emílio de Meneses deve caber a gloriosa tarefa de os reunir a tempo, de dissipar o desânimo de que porventura se achem possuídos alguns, e de desmentir os caluniadores que afirmam não termos público para o teatro decente; e o seu papel não será o de menor valia nesse conjunto de talentos de primeira ordem.

Será o missionário da nova renascença do teatro luso-brasileiro, em que com tamanho fulgor avulta o talento extraordinário de Lucinda Furtado Coelho, da Lucinda adorável, que encheu com o seu nome a arte nesta semana que findou.

C. Cy.

203 O Teatro Ginásio Dramático, no Rio de Janeiro, antes Teatro São Francisco de Paula (1832), era particular, de propriedade de Victor Chabry, e teve, posteriormente, outros proprietários. De 1867 a 1868, passa à administração de Furtado Coelho. Tornou-se conhecido como o berço do teatro nacional, sendo aí apresentados os primeiros dramas da escola realista. Desaparece pouco antes da proclamação da República.

204 O Teatro São Luís, fundado no centro do Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1870 pelo advogado Francisco Carlos A. Brício, um dos signatários da proclamação da República, teve como espetáculo de inauguração a peça *A morgadinha de Val-Flor*, de Pinheiro Chagas, montada pela companhia de Furtado Coelho. Foi demolido em 1886.

205 O Teatro Lucinda, inaugurado em 3 de julho 1880, no centro do Rio de Janeiro, foi construído por iniciativa do empresário Luís Cândido Furtado Coelho como homenagem à sua esposa, a atriz Lucinda Simões. Em abril de 1882, a Cia. de Variedades assumiu sua direção e mudou o nome para Teatro Novidades. Desapareceu em 1909.

206 Clélia Pereira de Araújo (Freguesia do Bonfim, 16/5/1835 – Rio de Janeiro, 25/10/1905). Atriz brasileira, estreou aos 15 anos no Teatro São João, da Bahia. Veio para o Rio de Janeiro em 1862, onde se apresentou pela primeira vez no Teatro Ginásio. Foi casada com Xisto Bahia.

207 Balbina Maia (São Paulo, século XIX – Rio de Janeiro, 22/5/1911). Atriz brasileira, foi casada com o também ator Joaquim da Costa Maia.

208 Clementina dos Santos (Lisboa, 1/9/1865 –?). Atriz portuguesa, organizou sua companhia no Teatro Lucinda, associada ao ator português Peixoto, em 1893. No ano seguinte, estava no Politeama, ano em que este teatro foi destruído pelo fogo, tendo a Empresa Clementina dos Santos sofrido grande prejuízo, pois lá estavam guardados seus cenários.

Retrato do dr. Lopes Trovão, gravura, 1888.



FONTE: Revista Illustrada, ano 13, n. 522, 1888. Biblioteca Nacional.  
(<http://memoria.bn.br/DocReader/332747/3750>)





19 DE JULHO DE 1891

## A ESMO

*Panem et circenses*,<sup>209</sup> reclamavam os romanos da decadência; *panem et circenses*, reclama sempre o povo de todos os tempos, de todas as raças, o povo, eterno infante sequioso de alegrias que o façam sentir menos a sua dor ignota, faminto eternamente dos confortos da existência; e é do governo que o povo, na sua pueril ignorância, os espera, do governo que para ele é o todo-poderoso, o misterioso guarda de todos os bens e de todos os poderes.

*Panem et circenses* clama o nosso populacho, queixoso de que lhe vai faltando o primeiro, embora suponha, em vaga desconfiança, que lhe venham a cobrar os segundos.

Efetivamente, enquanto o miserável, o pobre, o proletário prevê que a fome lhe vem chegando lentamente, trazida pela impossibilidade absoluta em que se acha de superar as crescentes dificuldades de vida, que dia a dia, hora a hora, lhe absorvem forças e pecúlio, magro salário e coragem lutadora; enquanto o povo espera que do governo e dos seus legítimos representantes venha a facilidade de obter o

---

209 Expressão latina: “alimento e jogos circenses”. A expressão foi usada pelo poeta satírico romano Juvenal.

quotidiano *panem*, vai se distraindo com os novos *circenses* que se lhe deparam nas nossas câmaras legislativas.

Assim como o velho povo latino voltava-se todo para o circo em cuja arena batiam-se na luta corpórea os atléticos gladiadores, favoritos do momento, representantes vivos daqueles que os aclamavam, assim também o nosso povo, que está longe de ser um povo-rei – volta-se para a arena em que gladiadores da palavra, favoritos de momento, representantes de quem os acatou e aplaudiu um dia, entregam-se à rude peleja das mútuas acusações, dos repto pessoais, das inventivas injuriosas; e, entre a admiração que lhe causam essas fugas de imaginação e as “rasteiras” de retórica com que os seus representantes amenizam as raras sessões legislativas, e o assombro que lhe provoca o bate-boca que vai do Senado à Câmara e desta àquele, o povo, sempre ingênuo, pergunta se é para velar por ele ou se é para diverti-lo que se inventou uma instituição que tem o pomposo título de Congresso Nacional.

Felizmente, o nosso povo dá o cavaquinho por um escândalo político, e, enquanto lhe saboreia os pormenores todos, enquanto comenta os rasgos da eloquência parlamentar, e aplaude ou condena a energia dos epítetos que porventura surjam em meio da discussão, não reflete de pronto sobre a tristíssima significação do fato que se lhe antepõe aos olhos, não se lembra de que está prestes a ser presa da nudez e da miséria, não lhe acode ao espírito a lembrança de que é ele a vítima única, eternamente sofredora e inconsciente. Enquanto senadores e deputados tratam de pensar as suas chagas pessoais, adquiridas nas escaramuças do parlamento, as chagas de que padece o triste e enfermiço povo continuam a aprestar-se para a gangrena que tudo vai invadindo e apodrecendo.

Ai de nós se o povo desaprendesse o riso que nele provocam os escândalos políticos! ai de nós se ele tratasse de averiguar o porquê da desídia em que jazem públicos interesses confiados à vigilância dos legisladores por ele eleitos!

Bem sabe que é incorreto, que é quase criminoso o que fazem às vezes os seus representantes; bem sabe que, ante a incúria, o silêncio, o olvido deles, o comércio continua a arfar sob o peso de dificuldades criadas de um para outro momento e que de um momento para outro poderiam ser remediadas; tudo isto sabe e muitas outras coisas, mas tudo esquece ante o gostinho de uma cena de “pugilato verbal” realizada no moderno Coliseu, que é o Congresso.

A barreira pública de roupas servidas foi sempre, desgraçadamente, uma das feições características de nossa vida parlamentar; a mudança de instituições políticas ainda não conseguiu mudar os homens e as suas paixões, e em má hora vê-se a cronista, levada pelo dever de seu cargo a registrar, como fato magno da semana, as acusações e os reptoos pessoais lançados em pleno Congresso, e que por alguns dias tanto obscureceram dois altíssimos nomes dos que figuram na tão resumida lista daqueles que mais fizeram pela pátria.

As individualidades envolvidas nesta questão, que do recinto das câmaras passou para a sala franca da imprensa, são de tão alta valia, representam tamanha soma de honra, coragem e glórias que não são somente suas, pois à pátria também pertencem, que o espírito público vacila em acreditar na possibilidade dos fatos passados no seu domínio.

Parece incrível que houvesse tamanha alucinação por parte de um e de outro personagem, alucinação provocada pelo exaltamento das faculdades afetivas e de exagerado sentimento de dignidade pessoal, a ponto de se macular em um só instante, em mútuas recriminações, nomes até agora ilesos de toda mancha e de toda suspeita ignominiosa.

Só uma alucinação explica tão triste incidente, que tamanho júbilo veio trazer àqueles que na sombra, inimigos ocultos, acompanham a existência da República, e é somente como um caso de loucura transitória que à crônica é permitido registrá-lo.

\*

Na mesma hora em que assim lamenta a quase queda moral desses dois notáveis vultos da história militar brasileira, a cronista detém-se respeitosamente ante o féretro de um dos mais puros, dos mais desinteressados e do mais modesto e retraído dos servidores da República em todos os tempos, a todas as horas de sua tão curta existência, em todos os perigos que se lhe antepusessem aos passos.

Quem foi o Dr. Júlio Dinis<sup>210</sup> sabem-no todos aqueles que conhecem a história da propaganda republicana nos tempos difíceis, da primeira hora.

---

<sup>210</sup> Jornalista brasileiro (1856 – 14/7/1891), formou-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Fundou alguns periódicos, entre eles o *Correio do Povo*. Proclamada a República, o governo provisório nomeou-o, em 16 de novembro de 1889, diretor do *Diário Oficial*.

Persistente, tenaz, possuidor dessas duas forças ingentes – que são mais poderosas [trecho ilegível] outras reunidas [trecho ilegível] e a da paciência, que alguém já denominou gênio, sempre calmo [trecho ilegível] resolução tomada, de toda a ação [trecho ilegível] desferir um golpe, dominando-se sempre e contendo quanto podia as precipitações alheias, Júlio Dinis foi um dos mais seguros e dos mais resolutos fatores da república.

Declarando-se republicano em uma época em que esse qualificativo era sinônimo de desordeiro ou louco, arrostando nesses tempos, em que o republicanismo não era tomado a sério, o mais difícil dos inimigos a vencer – o ridículo, mantendo-se firme e inabalável em dias subsequentes, quando na opinião geral o republicanismo já não era uma leviandade ou uma loucura e sim e[ra] uma especulação, uma espécie de escada de corda com a qual se galgavam posições vantajosas no mundo político e diplomático de então, onde a qualidade de apóstata republicano era virtude de alta e rendosa valia, sustentou ele a mais tenaz das lutas, a braços de um lado com as dificuldades de vida, de outro com a desconfiança e prevenção em que eram tidos todos os republicanos convictos.

Raríssimas vezes a sua propaganda explodiu na tribuna popular, e, se uma ou outra vez realizou alguma conferência, nelas, como sempre, se mostrou o mesmo homem resoluto, retraído e desinteressado; a sua propaganda era a que se insinua mansa e firmemente, buscando todos os escaninhos dos espíritos que se acham em contacto direto ou indireto com ela, e aí procurando demorar-se em funda impressão.

No jornalismo, em que se revelou polemista vigoroso, também manteve ilesa essa sua feição característica; nunca a paixão do momento, a cólera ou indignação do instante fizeram-no perder uma só linha da sua habitual e calculada calma, da sua frieza incisiva e certeira, no ataque, como na réplica.

Foi um lutador como poucos, pois foi um lutador que nunca deixou transparecer a alheios olhos a fadiga ou o exaurimento; e, se nos últimos dias de sua existência venceu-o porventura um momentâneo desânimo, uma descrença fugaz, nunca os externou. Tanto no remanso do lar como na sua vida pública de clínico e político, foi sempre o mesmo homem, vivendo pelo ideal dos primeiros dias, pronto a tudo sacrificar, até a vida, por ele ainda.

\*

Da mais íntima convivência que com ele teve na redação do *Correio do Povo*, a cronista conserva a lembrança de haver conhecido de perto um homem puríssimo e intransigente nas crenças políticas, um cavalheiro honestíssimo em todas as fases de sua existência, e que às suas convicções sacrificou, quiçá o bem-estar da família, preferindo eximir-se da posição que então ocupava, a ceder um passo que fosse na linha que a si próprio havia traçado.

Se algum orgulho pudesse restar à cronista por haver cumprido um dever e ter obedecido à própria consciência, senti-lo-ia agora ao lembrar-se que foi do número daqueles que acompanharam Júlio Dinis e Xavier da Silveira,<sup>211</sup> redatores-chefes do *Correio do Povo*, na sua retirada causada por mudanças e variações políticas adrede impostas, o que prova que nem sempre *femme varie*<sup>212</sup> em que pese aos atuais espirituosíssimos redatores do mesmo *Correio*.

\*

Entretanto, segundo afirma um antigo prólogo, a variedade é aprazível, e também é obrigatória para os cronistas que se encarregam de enfeixar fatos vários em uma resenha hebdomadária.

Assim é que, depois de render a mais saudosa das homenagens ao grande e honestíssimo morto que foi Júlio Borges Dinis, a cronista deve voltar-se de novo para os vivos, e respigar ainda entre os sucessos e insucessos da semana um ou outro caso, com a devida vénia do senso estético dos supraditos espirituosíssimos redatores do nosso bom amigo, o Sr. Portela, mui alto e poderoso senhor do Rio de Janeiro.

Falando em sucessos e no Sr. governador, seria impossível passar em silêncio a viagem triunfal de S. Ex.<sup>a</sup> a Campos,<sup>213</sup> para onde foi declarar, em maravilhoso discurso, que esquecia todas as suas pátrias, a piauiense, a brasileira e a fluminense, pela nova pátria campista, o solo abençoado onde desabrocharam os mais belos sonhos da sua

<sup>211</sup> Joaquim Xavier da Silveira (Santos, 7/10/1840 – 30/8/1874). Jornalista, jurisconsulto, poeta e abolicionista brasileiro, foi também fundador de *A Imprensa*, de Santos, SP (1870).

<sup>212</sup> Francês: “a mulher muda de opinião”. Corina contradiz a expressão usada por Victor Hugo: “Souvent femme varie, / Bien fol est qui s'y fie!” (*Le roi s'amuse*, IV, 2).

<sup>213</sup> Campos dos Goitacases, município do litoral norte do estado do Rio de Janeiro. O governador Portela chegou à cidade no dia 12 de julho.

existência, as aspirações todas de sua alma de poeta, jornalista e patriota. Nesse momento, em um verdadeiro rasgo do mais comovedor sentimento, o Sr. governador rogou a essa novíssima pátria que lhe guardasse impoluto um cantinho no seu Campo Santo, e que sobre ele plantasse um salgueiro provavelmente, tal qual como o pedia Musset,<sup>214</sup> outro poeta, talvez de não menor valor que S. Ex.<sup>a</sup>

Depois da “choupana e o seu coração”, esta ideia do “cantinho de terra e um salgueiro” é a mais poética que tem aparecido ali nos belos Campos dos Goitacases, e pedimos licença para aplaudi-la tão entusiasticamente como foi aceito o convite feito pelo mesmo Sr. governador à mesmíssima pátria campista para acompanhá-lo ao banquete das nações (sempre a preocupação dos banquetes, excelentíssimo!) com que Chicago pretende comemorar a descoberta da América.<sup>215</sup>

\*

Entusiasmos delirantes e frenéticos aplausos também explodiram no Teatro Lírico e ecoaram pela cidade toda, provocados pelo extraordinário talento da Sr.<sup>a</sup> Theodorini, a voz da Sr.<sup>a</sup> Borlinetto, a plástica da Sr.<sup>a</sup> Leonardi pelas sonoras e másculas notas da garganta do Sr. Marcassa, e sobretudo levados até o auge ante o belo canto, a perfeita escola e a grande arte dramática do barítono Menotti, o favorito do público, e incontestavelmente a primeira figura da atual temporada lírica.<sup>216</sup>

Os aplausos foram tantos e tamanho o entusiasmo, que nada absolutamente restou para a recepção da *Edita Valdora*, peça nacional do Sr. Luís de Castro, representada pela companhia dramática italiana.<sup>217</sup>

\*

Esse anúncio de peça nacional devia ter levado ao S. Pedro extraordinária concorrência, pois raríssimos são os acontecimentos dessa ordem em nossa vida teatral. Tal não se deu, e, com mágoa diz a cronista,

<sup>214</sup> Alfred Louis Charles de Musset (Paris, 11/12/1810 – 2/5/1857). Poeta, dramaturgo e novelista romântico francês.

<sup>215</sup> Referência à Feira Mundial de Chicago, ou Exposição Universal de Chicago, realizada em 1893.

<sup>216</sup> Em 11 de julho de 1891, representou-se no Teatro Lírico a ópera *Gioconda*, do compositor italiano Amilcare Ponchielli, cuja ação se passa em Veneza, no século XVII. No elenco, se apresentaram: Elena Theodorini, como Gioconda; Erina Borlinetto, a cega; Emma Leonardi, como Laura Adorno; Marcassa, no papel de Alvisse Badoero; e Menotti, como Barnaba.

<sup>217</sup> A peça foi representada pela companhia dramática italiana de Giovanni Emanuel, no Teatro São Pedro de Alcântara, em 15 de julho de 1891; o papel feminino foi desempenhado por Virgínia Reiter.

o diminutíssimo auditório que assistiu a essa primeira conservou-se sempre com uma frieza glacial.

Não vem ao caso averiguar o motivo dessa recepção siberiana da *Edith Valdora*; basta, porém, notar que a denominação da peça nacional pareceu algum tanto forçada ao público, que ainda não se habituou a considerar o seu autor como autor nosso.

\*

Efetivamente o Sr. Luís de Castro é apenas escritor nacional pelo fato de haver nascido aqui e escrever, às vezes, em língua vernácula.

Habituado a outro meio que não o nosso, educado na Europa, onde tem passado quase toda sua existência (bastante curta, valha a verdade), sofrendo o contacto direto e a influência de outros costumes e outro viver social, desconhecendo quase que absolutamente o Brasil, segundo o prova no seu livro recentemente publicado em francês e em Paris,<sup>218</sup> Luís de Castro é quase que um hóspede em nossas letras, e a sua tentativa teatral é ainda um exemplo que confirma o que dizemos.

Ação desenvolvida na França entre personagens da aristocracia hereditária, eivados de todos os preconceitos de raça, tema conhecido e muitíssimo explorado, meio absolutamente europeu, eis o drama, que será tudo, menos nacional.

\*

Entretanto, o “nacionalismo” em nosso teatro existe e pode continuar a ser desenvolvido com vantagem imensa para um teatro “noso”, que, embora já possua grandes elementos de vitalidade, ainda não está de todo feito.

Temos hábitos característicos, temos tradições, temos feições sociais perfeitamente definidas e de um sabor inteiramente diverso, temos ainda um meio absolutamente distinto, e isso sem [trecho ilegível] ou na primitiva existência [ilegível] feudal, das nossas fazendas.

[Trecho ilegível] dos dias de hoje, estudando as diversas camadas da nossa sociedade [profundamente] abalada pelas transições políticas, pelas rapidíssimas transformações financeiras, sociedade

---

218 Trata-se do livro *Le Brésil vivante*. Cf. nota 194.

em que a fermentação do Encilhamento transborda, em que as riquezas vertiginosamente adquiridas na agiotagem buscam estabelecer e firmar a aristocracia plutocrata e exótica, encontra-se um vastíssimo manancial dramático ou cômico ainda por explorar. Aí os preconceitos de ontem acotovelam-se com as arrogâncias de hoje, as fortunas arrancadas do solo das fazendas cedem o passo aos milhões apanhados no ar, na Bolsa, e os ódios de raça, as prevenções de nativismo desfazem-se todas ao fulvo clarão das esterlinas ou ao ruge-ruge das novas notas de banco.

E, se por demasiado incandescente o assunto parecer perigoso, ao dramaturgo e ao comediógrafo – apresenta-se a história de ontem, desta noite, com todas as suas luzes do abolicionismo, com todos os negrumes da escravidão.

A campanha do nacionalismo no teatro ainda está por fazer; oxalá que os nossos escritores, dos que aqui e aqui somente receberam vida intelectual, e muitos são eles e de grande valor, despertem da sua letargia e a tomem a peito, assim como a peito tomaram tão recentemente a ideia do teatro nacional do Sr. Emílio de Meneses.

C. Cy.

Elena Theodorini, gravura, 1891.



FONTE: *Revista Illustrada*, ano 16, n. 626, 1891. Biblioteca Nacional.  
(<http://memoria.bn.br/docreader/332747/4569>)





26 DE JULHO DE 1891

## A ESMO

Ocasiões há em que o espírito como que se aniquila ante o ramerrão da existência quotidiana, e sucumbe ao tédio e à fadiga de pensar e de viver. São momentos de enfaro sem nome, de indefinidos e inexplicáveis desejos de alguma coisa nova, catástrofe acabrunhadora, ou inesperado júbilo, que venha quebrar a monotonia terrível que parece ter envolvido em um mesmo sudário homens e fatos, pensamentos e aspirações.

Pesa-nos então o coração como a atmosfera nos pesa, as ideias se emaranham, se enlutam os sonhos porventura sonhados, e tudo se esvaece no mesmo negrume de sensações más, de irritações desarrazoadas, que os médicos, no seu prosaico laconismo, limitam entre duas palavras sós: “bílis” ou “nevrose”.

Mau dia, portanto, este para o alinhavar da crônica desta semana, em que maior é o número de decepções e amarguras do que de júbilos e agradáveis surpresas, semana a que nem sequer faltou o espectro, vago e indefinido, é certo, da mais acabrunhadora das catástrofes possíveis: a guerra.

\*

Quatro linhas apenas de um boato vago que pode ser desmentido, transparecendo entre notícias “várias”, uma frase curta que nos diz constar haverem tropas estrangeiras invadido uma nesga do território nacional, e eis que estremecem corações de mães, de esposas e de amantes ante o pavor da medonha ideia, eis que se enaltecem[,] entusiasmam músculos espíritos em sonhos de glória e de pátrio amor ante a visão de batalhões em marcha, de bandeiras desfraldadas em campos de batalha, de assalto e conquista de redutos inimigos.<sup>219</sup>

Um boato somente e eis o que surge[:] a monstruosa imagem da luta, o quadro terrível do sangue a perder-se em borbotões, da mocidade que começa e da velhice que descamba, sucumbindo ambas brutalmente, em um ápice, envoltas na farda amada, estraçalhadas pelas balas que sibilam, retalhadas pelos sabres que recortam o ar em ardentes zigue-zagues, ao som do rufar sombrio dos tambores, do tropel revolto da cavalaria em disparada; e, por sobre tudo, oscilante, esfarrapada, a fumaça espessa da pólvora incendiada, alvinitente mortalha de tantas esperanças mortas, de tantas glórias moribundas.

Quatro linhas apenas, e um exame de ideias más, de torturantes incertezas, de previsões aniquiladoras, persegue o espírito, levando o medo a todas as almas, afugentando a reflexão e a calma, desobedecendo ao raciocínio.

São as mulheres, sobretudo, que sofrem com essa expectativa, embora problemática, de guerra: as longínquas reminiscências, quase mortas já, dos dias em que as levas de voluntários, na marcha do passo dobrado, passavam pelas ruas da cidade em busca do embarcadoiro, ressuscitam, invocados pelo susto presente. A rememoração das inolvidáveis horas de ansiedade por notícias que nunca pareciam chegar, dos intermináveis serões passados no preparo de fios e ataduras para os feridos, formam na penumbra dos pensamentos mal expressos ainda o ponto de partida dessas longas conversações femininas, em que a recordação do passado e o receio do futuro se confundem em um mesmo pavor sem nome, em um mesmo incoercível pânico.

---

<sup>219</sup> Alusão a uma notícia, sem fundamento, do *Diario do Commercio* de 25 de julho de 1891, que relata que o território das Missões havia sido invadido por forças argentinas. De acordo com o jornal: “Sabe-se apenas que uma partida de criminosos políticos, perseguidos por forças legais, refugiaram-se no nosso território. Vastas e desguarnecidas como são as nossas fronteiras, não há como evitar fatos dessa natureza. O governo providenciou em modo que a nossa soberania territorial seja plenamente respeitada”.

Quatro linhas apenas, todas ao acaso dos noticiários, boato desmentido, susto passado, mas a má impressão perdura em uma grande reação de tristeza e indefinido mal-estar, emprestando a todos os outros fatos a mesma sensação de calamidade ou infortúnio.

\*

Entretanto, mais triste do que esse boato de invasão estranha, mais acabrunhador do que essa visão de lutas problemáticas, deveria ter sido a denúncia apresentada à Câmara dos Deputados contra um de seus membros, denúncia que é em parte a confirmação de um fato escandaloso que os amigos do acusado esperavam ver desmentido formalmente.<sup>220</sup>

Do caso já se ocupou em demasia a imprensa e, se aos afeiçoados do deputado em questão restava ainda a ideia de que ele pudesse provar a sua não culpabilidade, à polícia e à promotoria pública, os testemunhos em contrário, cercando-o e prendendo-o em um invencível encadeamento de fatos, vieram destruir as últimas esperanças de amigos que ainda julgam incompreensível, ou fruto da mais evidente aberração, o ato praticado assim por homem de tão atilado espírito.

Felizmente para o relativo bem-estar do acusado, os escândalos se apagam rapidamente em nosso meio social, sempre ávido de novidades palpitantes; ante um que surge desaparece o precedente, e o espírito público assiste a essa série de quadros dissolventes com a mesma curiosidade desinteressada com que assiste às ilusões de óptica.

Daqui a algum tempo ninguém mais cogitará no caso, como atualmente ninguém se lembra de indagar se o fato anômalo de uma denúncia de crime, praticado por um representante da nação e apresentado às câmaras legislativas, teve precedentes, se deputado algum já viu seu nome riscado assim do número dos de seus pares, e se o atual acusado é o primeiro que figurará em tão triste posição nos anais históricos da Câmara.

Todos, porém, profetizam já, prejulgando pela impunidade de que em geral gozam aqui os figurões – para empregar a denominação

---

<sup>220</sup> Referência à denúncia contra o deputado estadual Vicente Antônio do Espírito Santo, encaminhada à 7ª Pretoria do Rio de Janeiro, no dia 21 de julho de 1891, pelo juiz José Cândido de Albuquerque Melo Matos, magistrado na área da infância e juventude. A denúncia foi publicada na íntegra pela *Gazeta de Notícias* de 22 de junho de 1891 e versava sobre o caso do defloramento de Maria Joaquina da Rosa. O documento pedia o afastamento imediato do deputado de suas funções parlamentares, segundo o art. 20 da Constituição de 1891. Corina já havia relatado o acontecimento na crônica de 6 de junho.

popular – qual será a solução final de toda esta vergonhosa história de desonra e abandono. Quando muito, terá o Sr. deputado que mudar de residência, e não será para admirar que o fogoso espírito de S. Ex.<sup>a</sup> se resigne a um exílio temporário nos domínios do Sr. Dr. Francisco Portela.

\*

Ao escrever o nome do Sr. governador do estado do Rio, à cronista é gratíssimo lembrar-se de que deve ao “bom velho”, como o denominam seus amigos, um braçado de flores, do qual excluiu cuidadosamente os “alfinetes”, mesmo os mais viçosos, e arrancou os espinhos todos.

Poderá S. Ex.<sup>a</sup> aceitar o oferecimento sem receio algum, pois que as flores que lhe enviará serão tão puras e suaves como os pensamentos que o afagavam no momento em que fez uso da mais bela das prerrogativas do poder: a do perdão, e assinou o indulto de tão grande número de infelizes, vítimas de sua ignorância talvez, e de seus instintos irrefreados.<sup>221</sup>

Não faltaram censuras para esse ato, que assim soltou sobre a sociedade trinta e tantos facínoras, os quais, por muito regenerados que pareçam, não podem garantir que não os assoberbará um dia, e talvez bem próximo, o mesmo arrebatamento, a mesma paixão que os entregou à vigilante guarda do bom Melo Morais, o instigador do generoso ato do Sr. Dr. Portela.

Como se vê, é um magnífico ensejo para o arejamento de umas tantas dissertações criminológicas em que a retórica e a literatura correrão parelhas com a jurisprudência e a sutileza dos escritores que defendem, uns a ideia de que todo o elemento nocivo deve ser eliminado em absoluto, e outros a teoria de que todo o coração e todo o espírito humano é suscetível de regeneração e progresso.

Os maliciosos, com a zombeteira associação de ideias que sempre surge em ocasiões tais, dirão que a situação em que o diretor da Penitenciária colocou o Sr. Portela, levando-lhe aos pés os perdoados, lembrava algum tanto o *gran finale* do *Ernani*,<sup>222</sup> e que só faltou

<sup>221</sup> Segundo *O Paiz*, de 27 de julho de 1891, 27 prisioneiros foram indultados, por ocasião do aniversário de Francisco Portela, governador do estado do Rio de Janeiro.

<sup>222</sup> Ópera em quatro atos, de Giuseppe Verdi, libreto de Francesco Maria Piave. Estreou no Teatro La Fenice, de Veneza, em março de 1844, e baseia-se na obra original *Hernani*, de Victor Hugo.

ao Sr. governador entoar o sonoro *Perdono a tutti*,<sup>223</sup> para que o caso atingisse às glórias de uma apoteose teatral.

Ainda haverá quem reprove a S. Ex.<sup>a</sup> o haver escolhido o dia de seu aniversário natalício, o dia de uma festa íntima, em que não tem que se imiscuir a administração pública para tal demonstração de generoso regozijo e que era preferível haver sido outra a data, a de uma comemoração nacional, a de uma glória da pátria, o 15 de novembro, por exemplo.

Mas perdoar é tão santo, é tão simpático à alma humana a generosidade que leva o carinho e o sorriso à triste muralha do presídio, à escura cela do condenado, que todas as censuras e as eruditas disserações todas se apagam e se esvaecem do espírito de quem comprehende, como o Sr. governador o comprehendeu, certo, quanto é verdadeira a definição dada pelo maior analista do coração humano, a mais pura das humanas virtudes:

*The quality of mercy is not strain'd;  
.....  
..... it is twice bless'd.  
It blesseth him that gives and him that takes.*<sup>224</sup>

Como sua Ex.<sup>a</sup> foi mimoseado com um soneto em italiano,<sup>225</sup> que anda correndo mundo, e uma apologia em latim, não é de estranhar, portanto, que a cronista contribua com esses singelos versos de Shakespeare para a coleção, evidentemente poliglota, das saudações enviadas ao ilustre governador, a quem, abstraindo das suas veleidades de Mecenas artístico, de administrador literato e perspicaz, respeita como o bom velho e o grande e generoso coração que é.

\*

223 Italiano: “Perdão a todos”.

224 Fala da personagem Pórcia em *O mercador de Veneza*, de Shakespeare, ato IV, cena 1. Bárbara Heliodora propõe a seguinte tradução: “A graça do perdão não é forçada; [...] é abençoada duplamente / Abençoa a quem dá e a quem recebe”. (*O mercador de Veneza*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990).

225 O soneto “Al grande cittadino Dottore Portella” está estampado na *Gazeta de Notícias* de 23 de julho de 1891. Eis a transcrição: “SONETTO // Chi via cerca della verità/ Va in nobile missione, alto destino,/ Sol da alla ragion, culto divino,/ Sol consacra nell’are a Libertà.// Chi, preda, svelle dall’orfanita/ Nella sventura il tenero bambino,/ Chi s’accosta al dolor con tatto fino/ Suprema lege fa la carità.// Chi del merito, virtù è il sostegno,/ Chi il difende com’il guerriero,/ Della gloria al pinacolo sole degno.// Ma, chi, Portella per la patria, vero,/ Di libera renderia prende impegno,/ Sarà fra gli croi, eroe primero.”. Está assinado “Aleixo dos Santos / Rio, 22-7-91.”

E foi a festa do Sr. governador a única nota verdadeiramente alegre desta semana em que, finalmente, com grande espanto de muita gente<sup>226</sup> desesperançada, a Câmara dos Deputados, ou antes a comissão de fazenda, pareceu despertar da sua indiferença sobre a situação da praça, acordada talvez pelo tropel dos agiotas que andam a correr atrás do câmbio cada vez mais fugitivo, se o não detiverem agora os Srs. Rothschild<sup>227</sup> e o Banco da República.<sup>228</sup>

Enquanto, porém, despertam uns e correm outros, enquanto ecoam ainda os aplausos dispensados à mais formosa *delle stelle*<sup>229</sup> da empresa Ducci,<sup>230</sup> a cronista, que sente, como Ramalho Ortigão,<sup>231</sup> chover-lhe na alma e doerem-lhe as ideias, se imerge toda nas páginas de um livro que o acaso lhe depara, *Les pensées de la solitude*.<sup>232</sup>

\*

Livro adorável este, escrito para os dias de pessimismo, publicado sem nome de autor, mas já foi por muitos atribuído a Dumas Filho,<sup>233</sup> livro sedutor em que pululam os mais sugestivos paradoxos.

Naquelas páginas ligeiras, mas a um tempo amarguradas, os pensamentos do autor emaranham-se na mais íntima convivência, com os do leitor, e confundem-se em um só, detendo-se na ideia primordial que qual fio de cristalinas águas correm atravessando, em meandros caprichosos, áridas terras, unindo um seixo a outro, como os pensamentos a uns e outros se encadeiam, vai proclamando o nulo valor, a baixeza extrema de todas as coisas terrenas.

226 Referência ao aniversário natalício de Eduardo Portela, ocorrido no dia 22 de julho.

227 Família de banqueiros alemães, de origem judaica, que estabeleceu uma dinastia bancária na Europa no final do século XVIII e atingiu seu auge no século XIX.

228 Segundo notícia de *O Paiz* de 11 de dezembro de 1890, oficializou-se a fusão do Banco dos Estados Unidos do Brasil com o Banco Nacional do Brasil, sob a denominação de Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Mais detalhes sobre o assunto consultar *O Paiz* de 24 de julho de 1891.

229 Italiano: “entre as estrelas”.

230 A famosa estrela da companhia Ducci era Elena Theodorini. A companhia de Luiggi Ducci se apresentava normalmente no Teatro Lírico e, em parceria com Cesare Ciacchi, foi a responsável por trazer para Rio de Janeiro as principais companhias líricas.

231 José Duarte Ramalho Ortigão (Porto, 1836 – Lisboa, 1915). Jornalista e escritor português da fase realista.

232 Obra da escritora francesa Aurélie Ghika [Henriette Aurélie Soubiran] (Caen, 27/3/1820 – Lectoure, 21/2/1904), publicada anonimamente em 1891.

233 Alexandre Dumas [dito Dumas Filho] (Paris, 1824 – Marly-le-Roi, 1895), escritor francês. Foi prefaciador do livro *Les pensées de la solitude*, de Aurélie Ghika.

Livro para horas de *spleen*,<sup>234</sup> e cujas primeiras páginas, repletas de aceradas reflexões sobre a vaidade literária, preconizando o anonimato artístico, fazem pensar profundamente. Momentos depois, pela mais hábil das transições, esbarra-se o leitor com Deus, a quem o autor inventiva como o grão cioso, o eterno ciumento da sua própria glória.

Para concluir, a mais sutil tirada, irônica e cheia de bonomia a um tempo, sobre a moderna moralidade literária; e por toda parte, aqui e ali, transparecendo em cada página, a apologia repetida do desconhecido.

Em tudo quanto ali está escrito brilha e ofusca o peregrino estilo, a espíritoosa graça do mestre que foge levemente de um assunto para outro, tocando em todos sem aprofundar nenhum, seduzindo e prendendo a quem o lê nos fios da sua filosofia, impondo como dogma supremo a paradoxal verdade de que o único bem real é sempre e sempre a incerteza e que *tout est bien qui ne finit pas!*<sup>235</sup>

\*

E é por isso que não concluiremos a crônica.

C. Cy.

---

234 Palavra inglesa: “melancolia”.

235 Francês: “Tudo está bem quando acaba bem!”. Corina se apropria do título da comédia *All's well that ends well*, de Shakespeare.





9 DE AGOSTO DE 1891

## A ESMO

Jules Janin escreveu um livro consagrado ao *Asno morto*,<sup>236</sup> e dessa ninharia fez uma de suas mais belas obras; por que não consagra um artigo ao burro sofredor, ao burro vítima, ao burro mártir, o maior padecente destas nossas ruas da capital? É uma propaganda a fazer-se, esta, em favor dos nossos animais de carga, uma ideia humanitária a pôr em prática essa que se filia à ideia fundamental das associações protetoras de animais, e eu já pensei em tratar do assunto na Câmara.

Quisera entretantovê-lo apresentado também na imprensa; e, como em suma a compaixão pelos animais é uma forma de caridade, não ficaria mal que a primeira pedra atirada à guisa de esmola partisse das mãos de uma mulher!

Olhe, estamos nos tornando um povo de brutos; habituamos as crianças a verem sem revoltas, diariamente, exemplos de ferocidade e de estúpida malvadez quando as deixamos presenciar os castigos

---

<sup>236</sup> Jules Gabriel Janin (Saint-Étienne, 1804 – Paris, 1874). Escritor e crítico literário dramático francês do período romântico, escreveu *L'âne mort et la femme guillotinée* [O burro morto e a mulher guilhotinada].

infligidos pelos cocheiros de bonde e condutores de carroças aos pobres muares que as puxam; acostumamos os nossos pequenos, inconscientemente à insensibilidade e à crueza para com os animais, e entre as pragas e os látegos dos cocheiros e as risotadas dos garotos, as inocentes aprendem a serem maus e desapiedados. O menino que aprende assim a tiranizar a criança que do mesmo modo vem a saber torturar um ser que lhe está sujeito, terá aprendido a brutalizar os mais fracos, e, quando se fizer homem, há de ser forçosamente um tiranete, um bruto ou um desapiedado!

“Vamos consagre um artigo ao burro vítima, ao burro mártir, nosso irmão em... resignação por estes tempos tão maus correm!”

E Lopes Trovão, com aquela sua “verve” cintilante e sedutora, deixando fugir-lhe dos lábios as frases rápidas e tersas em um largo esfuziar de espírito, em uma entontecedora pirotecnia de *humour*, fazia a apologia do animal que merecera sua comiseração, narrava a indignação de que se encheria assistindo às brutalidades de que fora vítima, às mãos de um cocheiro alcoolizado, uma parelha de muares, protestava contra o descuido que permitia o revoltante espetáculo que se presencia nas ruas do Rio de Janeiro, onde não há uma postura, ou coisa que o valha, que ponha cobro a isso, e conclui como começara, urgindo a necessidade de uma propaganda em favor dos animais de carga e de tiro, sobretudo em favor do burro mártir.

Diante dessa insistência, jovial e espirituosa e na qual havia, entretanto, profunda convicção, a cronista, seduzida pela magia persuasiva do eloquente tribuno, e apesar de reconhecer todo o ridículo que iria afrontar, prometeu ocupar-se do assunto logo que fosse oportuno.

Verdade é que nessa ocasião observou ao bom amigo que a nova causa pertencia, quase que de direito, ao espirituoso Juvard<sup>237</sup> do *Correio do Povo*, senhor do mais aventureiro e filosófico burro da cristandade; ainda assim Lopes Trovão insistia e a cronista aquiesceu.

As promessas, porém, foram feitas para não serem cumpridas, dizem, e é provável que o mesmo acontecesse com essa, já quase passada da memória da escritora, quando um incidente veio lembrá-la ontem.

---

<sup>237</sup> Pseudônimo, não identificado, que assinava a coluna Eu e Meu Burro, do *Correio do Povo*, Rio de Janeiro, 1891, que se propunha a debater questões sociais e políticas a partir de diálogos ficcionais entre um cocheiro e seu burro em seus itinerários pelo Rio de Janeiro. Juvard, no dia 10 de agosto de 1891, faz referência a esta crônica.

Em plena rua Primeiro de Março,<sup>238</sup> quase ao enfrentar um grande estabelecimento financeiro, a cronista assistiu a um desses revoltantes espetáculos que tanto profligara o grande amigo das alimárias sofredoras e não menos grande inimigo dos proprietários vorazes.

Feio, arrepiado, coberto de lama e de marcas de látego, arquejante, com o sangue a correr-lhe em um filete escuro das ventas palpitantes, um mísero burro de bonde jazia por terra, sobre os trilhos, agonizando quase. Raivoso ainda, tendo nas mãos o ferro de abrir chaves com que provavelmente ferira o animal, o cocheiro continuava a praguejar, numa grande expansão de adjetivos mais enérgicos do que decentes, e bramava contra as ruas, contra os carroceiros, e sobretudo contra a sua má sorte que lhe acarretava essa desgraça de uma pesada multa.

Ao redor dele um grupo de curiosos contemplava a cena, em meio de chufas e dichotes, e em todos aqueles rostos transparecia apenas a curiosidade; não se lia o mais leve vislumbre de pena pelo pobre muar, que, afinal de contas, morria do modo por que muita gente não morre nesta boa terra: no cumprimento de seu dever.

Não teria razão quem diz que nos vamos fazendo um povo de brutos? Em todo o caso, torna-se forçoso trazer um remédio qualquer para coibir essas violências de linguagem e de castigos dos cocheiros, que serão tudo, menos admissíveis em uma cidade que pretende os foros de civilizada, como, segundo consta, sebastianópolis pretende, pretensão essa partilhada pela são-Jacobia<sup>239</sup> do Sr. Portela, onde, a julgar pelas narrações publicadas n'*O Paiz*, as misérias são mais numerosas do que as provas de civilização.

\*

Da leitura dos artigos publicados nesta folha, e que deram origem a uma polemicazinha com a imprensa niteroiense, polêmica essa que constituiu um dos fatos mínimos da semana, depreende-se que na

---

<sup>238</sup> No século XVIII, chamava-se rua Direita; em 1875, passou a ser denominada rua Primeiro de Março, homenagem à data da vitória da batalha de Aquidabã, em março de 1870, que foi um marco para o fim da Guerra do Paraguai. Coincidemente, é também o dia da fundação da cidade do Rio de Janeiro (1565).

<sup>239</sup> Referência ao Óleo de São Jacob, célebre e pretensioso medicamento utilizado contra reumatismos e dores em geral. Criado em 1878, inicialmente o óleo era produzido e distribuído para o mundo inteiro pela A. Vogeler & Co., fundada pelo farmacêutico alemão August Vogeler, em 1845, em Baltimore, Estados Unidos. Seu nome faz alusão ao evento bíblico do Gênesis, em que o patriarca Jacó realiza a libação de uma pedra no local onde teve contato com Deus.

florescentíssima capital do estado do Rio não existe uma única instituição de caridade, auxiliada pelo estado, em favor das crianças desamparadas, nem mesmo uma enfermaria no hospital!

Parece incrível, e a custo acredita-se, tanto mais que, segundo consta, o Sr. governador, além de ser um cavalheiro de grandes ideias humanitárias, é um médico que clinicou por longos anos! S. Ex.<sup>a</sup> que tanto se ocupou com o Hospital de S. João,<sup>240</sup> fechando enfermarias e casas de alienados, não cogitou de estabelecer uma enfermaria para os inocentes, um desses compartimentos a que o povo, na sua poesia inata, denomina de “sala dos anjos!”

S. Ex.<sup>a</sup> que andou fazendo inovações sem conta, não viu que os pequenos enfermos eram tratados nas salas comuns dos adultos, e isso somente quando pudesse cuidar deles pessoa de família, pois o hospital não possui enfermeiras para tal mister!

É tão lamentável esse fato que agora veio a lume que a cronista registra-o compungida, apenas para perguntar se de tantos dinheiros de que dizem rico o estado não haverá uma parcela para a fundação desse tão necessário hospital para crianças, já que de um asilo não se poderá ainda cuidar.

É possível, porém, que fique sem satisfação essa natural curiosidade; é provável mesmo que as rendas estaduais não comportem tal esbanjamento, como é provável também que já esteja posta em reserva a soma com que se deverá festejar a anexação da poética Paquetá<sup>241</sup> aos domínios do Sr. governador.<sup>242</sup>

\*

Ai Jesus! que ventura esta de colocar a formosa ilha sob a égide de sua Ex.<sup>a</sup>! que felicidade esta de acrescer a este seu reino de glórias a “Ilha dos amores”!<sup>243</sup>

240 O Hospital São João Batista localizava-se no alto do outeiro São João Batista, conhecido como morro do Valongo. Desde 1872, prestava serviços gratuitos à população de Niterói e municípios vizinhos.

241 Ilha localizada na baía de Guanabara, descoberta em 1565 pelo francês André Thévet quando em missão a serviço do vice-almirante da Bretanha Nicolas Durand de Villegagnon. O nome oficial é Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte da Ilha de Paquetá.

242 A edição de 29 de julho de 1891 do *Jornal do Brasil* informa que foi apresentado na Câmara dos Deputados projeto de autoria de sr. Froes da Cruz e outros anexando a ilha de Paquetá ao estado do Rio de Janeiro. Os moradores foram contra o projeto e se reuniram sobre a presidência de João da Silva Pinheiro Freire para protestarem.

243 Denominação dada por d. João VI à ilha de Paquetá.

Somente a ninguém ocorreu ainda que esta anexação de uma Capua provável à imaculada capital fluminense é ideia do Sr. deputado Fróes,<sup>244</sup> que não é precisamente um sustentáculo das instituições portelinhas, e a sua ideia bem pode ser um presente de grego.

Entretanto essa lembrança foi tão bem aceita em Niterói,<sup>245</sup> quanto mal aceita foi pelo Congresso Federal a ideia da revogação da lei de banimento que condenou ao exílio o velho e aquebrantado D. Pedro de Alcântara.<sup>246</sup>

\*

A discussão que se levantou sobre esse assunto revelou que muita gente há ainda que se teme do regresso do ex-imperador como provocador de agitações e distúrbios, quando não de tentativas de restaurações monárquicas.

Entretanto não há motivo para isso. A hidra do sebastianismo, como aliás hidra nenhuma, poderia aninhar-se no espírito popular. O característico de todas as nossas aglomerações populares, quer se trate de uma revolução como a de 15 de novembro, quer se trate de um festejo de 13 de maio, é antes uma curiosidade passiva do que uma exaltação [que] vá estrugir em demonstrações violentas. Com o seu bom senso pacato, e a sua indolência inata, prefere antes de tudo o *laissez-faire*,<sup>247</sup> e entrega todo o movimento aos figurões. Assim, pois, o povo acudiria à chegada do Sr. D. Pedro de Alcântara um pouco como se vai ao encontro de um velho a quem se quer bem por um longo hábito de convivência, e muito por curiosidade, além de ver como ele suportou o exílio e a perda da coroa.

Para muitos será esta uma cruel maneira de dizer as coisas, mas é profundamente verdadeira, não obstante.

O único sentimento que perdura e que sobrepujou em relação ao ex-imperador, é simplesmente o de uma afetuosa compaixão pelo ancião valetudinário, em que entra uma parcela de gratidão pelas suas conhecidas obras de caridade, e muita da afetividade inata em todo

<sup>244</sup> Luís Carlos Fróes da Cruz (1852 – 1924). Advogado, professor e político brasileiro, deputado pelo estado do Rio de Janeiro e vereador na cidade de Niterói.

<sup>245</sup> Município do estado do Rio de Janeiro, capital do estado até 1975.

<sup>246</sup> O projeto de revogação da Lei de Banimento foi apresentado à Câmara em 10 de agosto de 1891 por Caetano de Albuquerque.

<sup>247</sup> Palavra francesa: “permitir”.

brasileiro. A frase tão conhecida e tantas vezes repetida “Coitado do pobre velho! bem podiam tê-lo deixado ficar e morrer na sua terra!” é a expressão mais simples e mais verdadeira de todo o sebastianismo que possa existir no coração desse leão sem garras que é o nosso povo.

\*

Enquanto, porém, não assiste à chegada pouco provável do ex-imperador, o povo se contenta com a vinda do bispo diocesano,<sup>248</sup> e assistiu ontem, curioso como sempre, à sua entrada solene na catedral.

Ao passo que a longa procissão de padres e mitrados, de ordens terceiras e frades percorria diversas ruas da cidade, a cronista pensava que entre todos aqueles sacerdotes reunidos, talvez nenhum realizasse o tipo estudado por Luís Dolzani no seu belo livro *O missionário*.<sup>249</sup>

\*

Não será talvez uma obra perfeita no seu conjunto este romance do Dr. Inglês de Sousa; muitos encontrá-la-ão prolixa, difusa e com ação demasiado arrastada. Mas ninguém lhe negará o grande mérito de um profundo estudo de caracteres, de uma fotografia fidelíssima de diversos tipos genuinamente brasileiros, de um realismo são e honesto, de um realismo que não enoja nem enfara, mas que nem por isso deixa de ser profundamente natural.

O personagem do padre Antônio de Moraes cuja grande alma e grande inteligência ele próprio aprisionou nas estreitas dobras de uma batina, cheio de nobres ambições que se confundem às vezes com os impulsos do orgulho, imbuído de fé intensa, de intensa caridade, sacerdote convicto de sua missão, entregue todo às mais nobres aspirações, mas cedendo inconscientemente a um ímpeto de vaidade espezinhada e fazendo-se missionário, sucumbindo finalmente, como muitos outros antes dele, quando já o acabrunha o desânimo e

<sup>248</sup> No dia 8 de agosto, em ato solene, ocorreu na Catedral (Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé) a cerimônia de posse de d. José Pereira da Silva Barros, bispo do Rio de Janeiro. Estiveram presentes o governador do estado do Rio de Janeiro, Francisco Portela, membros do Congresso e famílias importantes.

<sup>249</sup> Luís Dolzani é pseudônimo do escritor, advogado e professor brasileiro Inglês de Sousa (Óbidos, 1853 – Rio de Janeiro, 1918). Introduziu o Naturalismo no Brasil e fundou a cadeira nº 28 da Academia Brasileira de Letras. Seu romance *O missionário* (1891) revela forte influência do escritor francês Émile Zola.

a desilusão, nos braços de uma mulher a quem ama honestamente, e resvalando assim de manso para a indolência e inatividade dos padres da roça, é um estudo tão perfeito e tão minucioso, que produz a impressão de uma realidade palpável; e essa sombra de padre entra, durante as horas em que se tem o livro nas mãos, como uma entidade viva na existência do leitor.

Ao lado dessa figura principal os tipos do sacristão Macário, do mestre-escola Chico Fidêncio, de Clarinda, a cabocla e do adolescente Totônio morrendo à míngua de amor, palpitar de vida. A descrição da existência quotidiana da pequena vila de Silves é perfeita.

O livro tem, sobretudo o mérito máximo de ser “nacional”. É uma nesga do Amazonas que se nos revela, uma impressão vivida[,] *vécue*[,] diriam os franceses, da vida ali passada em que a paisagem exuberante, a natureza cálida dos trópicos parece envolver no mesmo efluívo vivificante e sedutor às criaturas que ali vivem, que ali amam e que ali padecem.

Não há muitos dias a cronista dedicava algumas linhas em prol do “nacionalismo” no teatro brasileiro; hoje desvanece-se em reconhecê-lo triunfante neste belo livro, e pode-se considerar como um dia de glória para a literatura nacional aquele em que surgiu à luz *O missionário* de Luís Dolzani.

C. Cy.

Anúncio do Óleo de São Jacob, 1890.



O GRANDE  
**REMÉDIO ALÉMÃO.**

PARA CURAR COM PROMPTIDÃO  
**O RHEUMATISMO,**  
NEVRALGIA, GOTA,  
SCIATICA E DOR NAS COSTAS,  
QUEIMADURAS, INCHAÇÕES,  
DORES  
da Garganta, da Cabeça, Dentes e Ovídos  
DISLOCAÇÕES E CONTUSÕES  
TAMBÉM  
Toda a espécie de Doras e Pontadas.  
À venda em todas as Jólicas e Pharmacias  
Do Brasil. Fabricado por  
A. VOGELER & CIA.,  
Baltimore, Md., E. U. A.

**DEPOSITO**  
**8 A RUA DA CANDELARIA 8 A**  
**W. R. Cassels & C°**  
**RIO DE JANEIRO**

FONTE: *O Paiz*, ano 6, n. 1914, 3 jan. 1890. Biblioteca Nacional.

([http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_02/17](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/17))



8 DE NOVEMBRO DE 1891

No PAÍS DOS *DOLLARS*<sup>250</sup>

NEW YORK, 6 DE OUTUBRO DE 1891

Aos olhos de todo o americano sinceramente patriota, eivado do mais convicto chauvinismo, e isto é dizer aos olhos da população inteira, o embasbacamento, o estatelamento, o espanto levado ao espasmo, devem constituir a condição normal de todo o estrangeiro que aqui chega. Desde o momento em que avista a célebre estátua da Liberdade, até o instante em que passa por baixo da ponte pênsil de

250 Na edição de *O Paiz*, de 5 set. 1891, lê-se a seguinte notícia:

“A bordo do paquete *Advance* parte hoje para os Estados Unidos da América do Norte a nossa estimada colega Corina Coaraci.

Enfermidade rebelde, embora sem nenhum caráter grave, obriga a nossa companheira a afastar-se por alguns meses da pátria que ela tanto estremece e para cujo progresso e adiantamento não cessa de contribuir com o contingente de sua pena profícua e valiosa.

Não ficaremos, porém, privados de sua prosa interessante e procurada; de New York mesmo, daquele centro operoso e culto, C. Cy. nos enviará interessantes trabalhos sobre quanto o seu espírito finamente observador encontrar de adiantado e proveitoso nas artes, nas indústrias ou nos diversos ramos da ciência e da atividade humana.

Além disso, a nossa talentosa colega leva consigo as necessárias credenciais para representar *O Paiz* perante a imprensa e a adiantada sociedade americana, que lhe são conhecidas e familiares.

A C. Cy., pois, enviamos daqui o abraço de despedida, com os desejos que têm todos os companheiros de vê-la em breve ao nosso lado, fortalecida em sua saúde, agora tão enfraquecida.”

Brooklin,<sup>251</sup> o recém-vindo deve concertar a garganta para toda a escala cromática de todos os *ohs!* e *ahs!* admirativos, possíveis e imagináveis.

E ai daquele que não se admira, que não se estatela! Passa logo por cafre ou chim, o que equivale aqui a ser estúpido ou tratante de mor marca.

É este o país dos grandes cometimentos, das grandes coisas (*the land of big things*), dizem-nos a todos os instantes aqueles que se incumbem, espontaneamente, de entoar o *laudamus* à pátria. Efetivamente é o país das grandes coisas, e tudo parece ressentir-se dessa tendência, desse *tic*<sup>252</sup> antes, do povo tão propenso a admirar somente o que é colossal. Daí os edifícios imensos, pesadões, as construções todas levadas em exagerada escala, os empreendimentos que parecem abranger o universo inteiro, e a mania de julgar bom apenas aquilo que custa somas imensas. Casas comerciais há que anunciam, em seus prospectos, quanto lhes custou a ornamentação dos balcões, a armação das vidraças, o serviço da criadagem (feição especial); e, quanto maior o total apresentado, maior o reclame e a consequente popularidade.

Essa admiração, que o americano aparenta por tudo quanto à América pertence, vai até ao delírio quando se trata das “nossas instituições”, das “nossas leis”; e conquanto reconheça ele, às vezes, que as primeiras ou as segundas são defeituosas ou inconvenientes, nunca o admitirá na presença do estrangeiro, o bárbaro que aqui vem civilizar-se e aprender a ser homem, segundo a frase consagrada.

Entretanto, entre essas leis duas há que deveriam merecer a particular atenção de todos aqueles que pretendem visitar a grande República. São leis recentes, uma que rege a introdução de trabalho estrangeiro, ou antes, de trabalhadores estrangeiros no país (*foreign labour law*), e outra que se filia às novas medidas restritivas da imigração.

Pela primeira, ninguém pode, sem pesadas penas pecuniárias, introduzir no país um trabalhador estrangeiro que aqui venha exercer sua profissão, e na categoria do *foreign labour* estão incluídos os criados. Não há muitos dias, um cavalheiro do Rio de Janeiro, recém-chegado, quase que viu o seu criado particular recambiado para o Brasil, sem aviso algum prévio, sem que autoridade alguma o informasse da dificuldade presente ou mesmo da lei. Uma circunstância qualquer trouxe ao seu conhecimento a complicação, justamente no momento

251 Aberta em 1883, sobre o rio East, a ponte liga o distrito de Manhattan ao Brooklyn.

252 Palavra francesa: “hábito, mania”.

em que ele se preparava a recorrer à polícia ou à autoridade brasileira. Após um sem-número de andadas, foi o criado parar ao hotel de seu amo. Aí não o quiseram receber, porque era homem de cor! E depois disso tudo, o estrangeiro ainda tem por obrigação – estatelar-se!

Acresce dizer que o brasileiro em questão havia pago preço de passagem muito mais elevado para livrar seu empregado da 3<sup>a</sup> classe, e que o mal todo proviera simplesmente do fato de, na rubrica “profissão”, na lista de passageiros, terem feito uso da palavra “criado”.

Aí fica, pois, um aviso aos incautos e um conselho àqueles que aqui quiserem viajar com seus fâmulos, para que os qualifiquem, pelo menos de capitalistas.

—

A cidade de New York, que já mereceu de seus próprios entusiastas a denominação de *Garbage city* (a cidade do lixo), New York, a capital da Empire State, a metrópole comercial da União, New York, que no momento atual acha-se a braços com uma invasão de febres maláricas e palustres devidas às escavações das ruas, febres essas que no Rio de Janeiro seriam logo qualificadas de amarelas, perniciosas, tíficas, etc., para maior glória da nossa reputação sanitária no estrangeiro, New York, a soberba, está em véspera de perder o seu soberano de muitos anos, aquele que pelo espaço de um quarto de século a submeteu ao jugo do seu poderio de financeiro, e a cujo capricho o termômetro da praça marcava a alta e a baixa as mais inesperadas. Jay Gould,<sup>253</sup> o rei das estradas de ferro, o rei da Bolsa, antes, está declarado pelos facultativos irremediavelmente perdido, e só aquele que assiste às discussões, aos comentários, às profecias que de todos os lados se levantam, pondo em rebuliço a grande Wall Street, centro de todas as operações financeiras, e dali repercutindo pela cidade toda, é que poderá avaliar qual a prepotência que esse velho de oitenta anos, decrepito quase, inutilizado, ainda exerce sobre este teatro das suas mais brilhantes façanhas.

Mereceria um capítulo inteiro, só este personagem, na história de New York, e entre os muitos males, os irreparáveis desastres que de vez em quando assolam o mundo financeiro da União, devem se

---

<sup>253</sup> Empresário americano (Roxbury, 27/5/1836 – Nova York, 2/12/1892). Ficou conhecido como um dos mais inescrupulosos “barões ladrões” do capitalismo americano do século XIX.

contar talvez como de maior vulto nestes últimos tempos Jay Gould e o “gouldismo”.

Sucessor do grande Vanderbilt,<sup>254</sup> não possuindo entretanto como ele o espírito culto e o coração bem formado, Gould em pouco tempo impôs-se à praça pela audácia inaudita de suas especulações, pelo arrojo de seu jogo, pela temeridade de seus rasgos de momentos; e pelo espaço de muitos anos, como acontece a todo o especulador aventureiro, insolentemente feliz, teve fanáticos e idólatras.

Durante quatro lustros teve Wall Street fechada nas mãos, e ele não é nada mais do que um dos produtos mais genuínos desse célebre cadinho financeiro. Não houve *tripotage*<sup>255</sup> em que ele se não metesse, e, se muitas vezes chegou ao extremo limite que separa um especulador arrojado de um audacioso gatuno em alta escala, nunca a lei ou mesmo a acusação direta e provada o puderam alcançar. Genuíno tipo da alta finança americana, Jay Gould, no presente momento, em que está alquebrado, *ridé*, como diriam os franceses, exausto e enfraquecido mentalmente, agora que lhe falecem a energia e as forças, encontra tantos detratores e inimigos, prontos a tripudiarem sobre a sua fraqueza, como em tempos teve quem o enaltecesse e adorasse. É que o espírito humano será sempre o mesmo em toda parte, pronto, semipermanente pronto a acurvar-se ao forte, ao sumo pontífice do bezerro de ouro, e eternamente pronto a abandoná-lo logo que ele haja perdido a faculdade de produzir milagres.

Entretanto Jay Gould ainda encontra um ou outro apologistas, e a sua força moral permanece firme no mundo em que tão conspícuo papel há desempenhado; e enquanto o velho financeiro, recolhido ao lar, acabrunhado pela *surmenage*,<sup>256</sup> fruto de sua existência incandescente de especulador, arqueja e definha, Wall Street e suas adjacências arquejam também e também definharam. Mas de toda essa ansiedade que enche a metrópole toda, fazendo-a pulsar como se a acometesse a febre da incerteza, sobrepuja ainda um sentimento de quase repugnância por esse ricaço, esse soberano cuja existência toda não revela um único ato, uma ação mínima que o distinguisse dos outros homens como homem de coração – como cavalheiro.

---

254 Cornelius Vanderbilt (Staten Island, 27/5/1794 – Nova York, 4/1/1877). Empreendedor norte-americano, fez fortuna na área da marinha mercante e da construção de ferrovias.

255 Palavra francesa: “transação suspeita, fraudulenta”.

256 Palavra francesa: “esgotamento”.

Todo aquele que aqui enriquece, logo que a fortuna lho permite, tem como que por dever partilhar essa riqueza com os infortunados, e esse ato, às vezes de uma generosidade régia, nenhuma surpresa causa, pois que instinctivamente o público o espera, e a filantropia, a mais larga, é como que resultante inevitável da supremacia financeira. De Jay Gould, atualmente o homem mais rico da União, o maior possuidor de ações de estradas de ferro, não se conhece um só ato de generosidade, e daí a execração e a antipatia que o cercam. Na sua tão longa existência, não há uma única hora em que transpareça o mais leve vislumbre de altruísmo.

Na frase do grande filósofo inglês Ruskin,<sup>257</sup> a riqueza, nas mãos de Jay Gould, tem sido como a rede da aranha, sempre pronta a destruir, a emaranhar e a prender, em vez de ser como a rede do pescador santo, que salva as almas do abismo do infortúnio.

E o fim de toda esta carreira vertiginosa de ganhos fabulosos cifra-se no ódio de seus irmãos e na ruína física do corpo.

Nada existe nessa vida que o mais humilde dos pobretões possa invejar, nada que [o] mais otimista dos julgadores da alma humana possa aplaudir ou admirar. A única coisa imponente aliada ao nome de Jay Gould é a cifra fabulosa da fabulosa fortuna que ele conseguiu ajuntar.<sup>258</sup> Tudo mais, nessa existência de homem público, é mesquinho, sórdido e pouco escrupuloso. O bem que porventura esse homem haja feito nenhuma relação tem com o seu fito, com a sua alma; esse financeiro poderia ser representado por um rio caudaloso, de cujo curso pudera provir a fertilidade, como a destruição, e que na sua enxurrada não sabe se inunda e derruba, ou se irriga e refresca.

No grande palco da vida humana muitos homens sem consciência e sem elevada meta têm desempenhado papel saliente no drama da vida, e talvez este que hoje definha, deva ser julgado como os velhos conquistadores bandidos de priscas eras e de medieval fama: por um prisma especial.

Quando chegar a época de escrever a necrologia de Jay Gould, o maior vulto hoje fora da política da União, dir-se-á, sem errar, que ele possuía como principal virtude o amor ao lar. Mas a faculdade de

<sup>257</sup> John Ruskin (Londres, 8/2/1819 – 20/1/1900). Crítico de arte, desenhista, escritor e poeta inglês, um dos grandes visionários do século XIX.

<sup>258</sup> Segundo a *Gazeta de Notícias*, de 23 de janeiro de 1893, a fortuna que Jay Gould conseguiu amealhar era avaliada em cerca de dois bilhões.

conquistar amigos faltou-lhe sempre, e muito mendigo há que na hora suprema terá tido maior número de lágrimas sinceras do que o arquimilionário Gould. Foi senhor do que ele mais ambicionou na vida – fortuna colossal e colossal poderio, mas nem uma nem outro conseguiram dar-lhe satisfação e gozo.

A mais pequenina perda financeira quase que o enlouquecia, e o dissabor que lhe causava a mais leve oposição à sua vontade, o mais ligeiro desvio ao seu cálculo financeiro bastavam para apagar-lhe a lembrança de todos os passados triunfos.

À hora em que este for lido talvez esteja sepultado já o corpo decrepito que ainda arqueja no momento atual.

Talvez o telégrafo transmita a notícia, e a não poucos o nome de Jay Gould nenhuma curiosidade despertará. Estas poucas linhas explicarão, bem que de leve, o que haja sido esse homem, que foi uma das entidades mais características de seu tempo, senhor inconcusso, por longo espaço de tempo, do mundo financeiro norte-americano, e cujo corpo ao baquear, faça, talvez, tanto rumor que vá levar de cidade em cidade, de vila em vila, a incerteza e o temor, acarretando na sua queda as crises as mais temidas e os mais inesperados destroços.

C. cy.

Wall Street, fotografia, American Cereal Co., c. 1894.



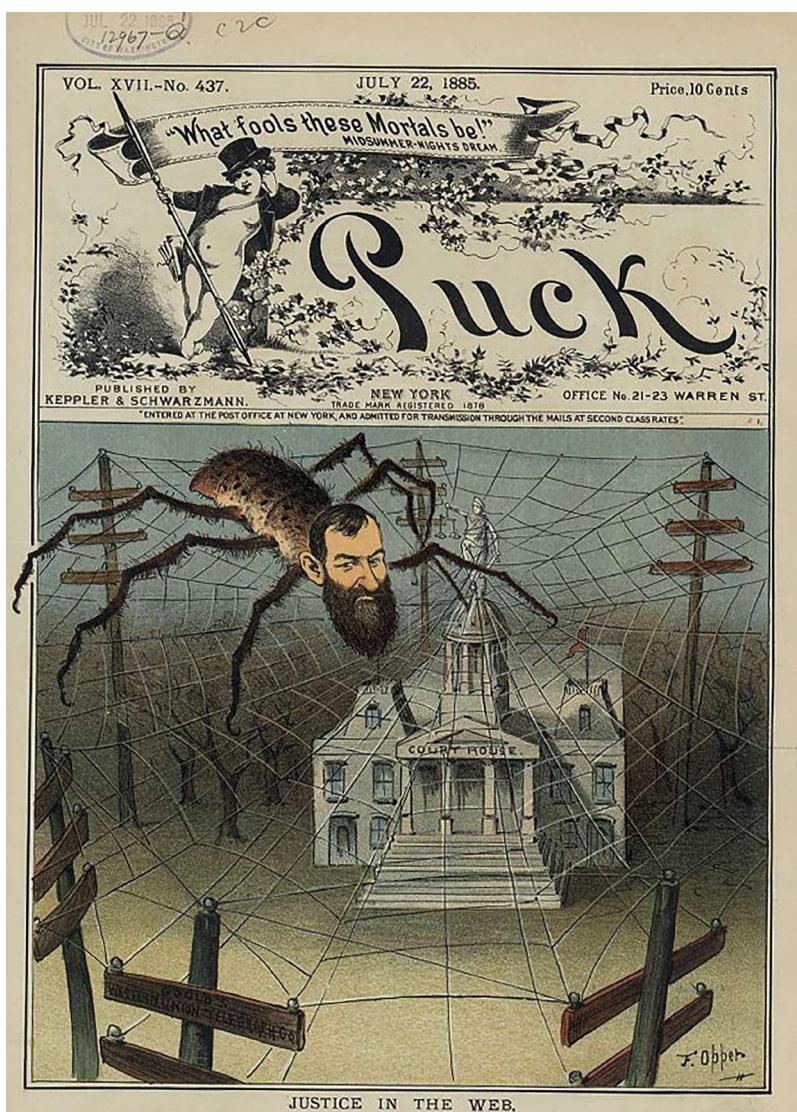
FONTE: Library of Congress.  
[\(https://www.loc.gov/item/2018653343/\)](https://www.loc.gov/item/2018653343/)

Ponte do Brooklyn, fotografia, George P. Hall, c. 1898.



FONTE: Library of Congress.  
[\(https://www.loc.gov/resource/cph.3b26126/\)](https://www.loc.gov/resource/cph.3b26126/)

Caricatura de Jay Gould representado como uma aranha na capa da revista *Puck*, Frederick Burr Opper, 1885.



FONTE: *Puck*, v. 7, n. 437, 22 jul. 1885. Library of Congress.  
(<https://www.loc.gov/item/2011661765/>)





17 DE DEZEMBRO DE 1891

No País dos *Dollars*

NEW YORK, NOVEMBRO DE 1891

Se ao leitor ocorresse a ideia de encontrar, nas linhas que de tão longe lhe chegam, um apurado estudo dos modos e costumes do país de onde partem, uma análise, por mais leve que seja, de hábitos e povos entrevistados na rápida passagem de um a outro ponto, é possível que em poucos minutos o ferisse o mais cruel desengano.

Notas colhidas aqui e ali ao acaso das impressões de momento, como em excursão ou viagem se colhem flores ou curiosidades de outono, sem preconcebido rascunho nem plano longamente ideado, notas atiradas, como sempre, já por hábito ou denguice, “a esmo”, não terão elas outro valor senão o dos *bric-à-brac*<sup>259</sup> inúteis que divertem um momento e são de momento olvidados.

Nem profunda cogitação, nem noticiosa correspondência encontrarão, pois, aqui, nesta desprevensiosa palestra da amiga ausente e ainda enferma, aqueles que porventura ainda a recordam bastante

---

259 Palavra francesa: “bricabrac”.

para demorarem um olhar na coluna que *O Paiz* de tempos a tempos lhe reserva.

De fato, escrever sobre a “América e os americanos”, sobre os “Estados Unidos e o seu povo”, depois do que já há escrito; escrever sobretudo depois do aparecimento do delicioso livro de Max O’Rell, *Um francês na América*,<sup>260</sup> seria a mais ociosa das pretensões, se não fosse a mais fastidiosa das sensabóias, nas condições em que são estes escritos traçados. Enviar-lhes uma correspondência, noticiosa, uma relação dos escândalos do momento, dos *cancans*<sup>261</sup> políticos, das tranquibérnias financeiras, das mil e uma fantasmagorias do vosso abracadabrante jornalismo, que ao som de conhecido estribilho offenbachiano tomou por divisa uma variante assim concebida: *Rien n'est sacré pour un... journal*;<sup>262</sup> enegrecer tiras e tiras de papel narrando novidades velhas de dois meses quase, mandando novas de entes que os não podem interessar, de intrigas políticas que lhes são indiferentes, de finanças que, por serem de melhor aparência e mais finamente ataviadas, não são menos susceptíveis de decomposição e de consequente mau odor que as outras; contar-lhes as proezas de uma reportagem que só tem um objetivo: a notícia de sensação, embora seja falsa – de nada valeria, nem para quem lê nem para aquela que escreve.

Entretanto, de todo esse conjunto de fatos curiosos, de hábitos, para um estranho interessantes, é possível tecer uma espécie de rede multicolor, em que se apanhem de relance uma fase característica, um fugitivo aspecto da vida desta nação, em que os povos de ontem se preparam para as religiões de amanhã, em que as diferenças e as desigualdades de raça se fundem em um só cadinho, onde desgraçadamente nem sempre se purificam dos antigos ódios e das velhas desavenças.

E, como são [por] convalescente enferma traçadas estas esvaecentes notas, considerem-nas, se assim o quiserem, apenas como colcha de retalhos literária, alinhavada no país dos *dollars*, nas longas horas de ócio a que a enfermidade nos condena.

<sup>260</sup> Max O’Rell é pseudônimo do escritor francês Léon Paul Blouet (Bretanha, 2/3/1848 – Paris, 24/5/1903). O livro a que Corina se refere foi publicado em 1891 e o título original é *A frenchman in America: recollections of men and things*.

<sup>261</sup> Palavra francesa: “intriga”.

<sup>262</sup> Francês: “Nada é sagrado para um jornal.”

Para todo aquele que se demora, mesmo poucos dias, nesta terra, especialmente nos grandes centros do norte, como Nova York ou Chicago, é fácil de perceber que a velha fórmula da “luta pela vida” se transformou em “steeplechase<sup>263</sup> pelo sucesso”. Aqui não se luta, corre-se; aqui não se procura viver, procura-se ganhar o alvo, que é sempre o que o americano chama *a sucess*, isto é, um êxito estrondoso, um êxito barulhento, que possa ser narrado, em uma apoteose de adjetivos novos e adrede inventados, nas colunas do jornal. Não importa que esse sucesso seja um sucesso de escândalo, logo que se ganhe a notoriedade, logo que se obtenha a atenção pública, logo que se consiga safar o nome do atoleiro do anonimato. Se o sucesso é justificado, se merecido é o prêmio, se representa ele o resultado de um esforço intelectual, o produto de um engenho inventivo, a conquista de uma pesquisação científica, tanto melhor; mas, ainda assim, é preciso que o glorifique o *tam-tam*<sup>264</sup> e o *gong*<sup>265</sup> do jornalismo à *outrance*,<sup>266</sup> pois que neste país de grandes cometimentos, *the land of big things*, na corrida pela existência, quanto maior for o salto dado ao transpor um obstáculo, quanto mais vistosa for a fatiota do *jockey* ou o ajaezamento do animal, tanto mais ruidoso será o aplauso ao vencedor.

Entretanto, o povo, essa grande massa febril e inquieta de vida ignorada, que formiga no que chamamos o atoleiro do anonimato, o povo, esse, é um descontente. Não o descontente das revoluções, não o descontente que se agita em rebeldia e blasfêmias, mas o descontente que reflete e rumina sobre os seus males; e é nesse descontentamento latente que jaz toda a pujança da grande nação, é nesse descontentamento que se oculta a imensurável força motriz que o impele a progredir sempre, a progredir sem descanso, a progredir, ora lento como o verme que rasteja no pó, ora rápido e audacioso como a águia que se ala aos céus afrontando o sol ou a tormenta. É nesse descontentamento, que faz com que o americano nunca julgue perfeito tudo quanto há criado o seu engenho, e que em tudo encontre uma probabilidade de melhoramento, que está o segredo de todas as grandes invenções com que tem surpreendido o mundo. Esta propensão para estudar o que há feito, para corrigir os defeitos que porventura transpareçam, para melhorar tudo, *improve on everything*,

263 Palavra inglesa: “corrida de obstáculos”.

264 Palavra francesa: “tantã”.

265 Palavra francesa: “gongo”.

266 Locução francesa: “exagerado”.

segundo a frase consagrada, é inata, está no sangue, como no sangue está o desejo de embasbacar o universo inteiro.

Com a sua preocupação constante do *go ahead*, com o seu fremente desejo de progredir sempre, o povo americano na sua coletividade será tudo, menos um povo tranquilo e plácido. Entretanto, se da grande massa se destacar um por um os diversos indivíduos que a compõem, os americanos genuínos, encontrar-se-á sempre um indivíduo plácido, calculador e frio, com o olho constantemente alerta para a melhor ocasião de conquistar um benefício.

Há três ou quatro dias, um dos mais notáveis jornalistas desta cidade, espírito culto e observador a mais não ser, tratava do assunto, em sua linguagem tersa e característica, com quem estas linhas escreve. Seria impossível rememorar frase por frase toda a tirada do brilhante prosador; mas, ainda assim, é possível transcrever-lhe a ideia, o pensamento, que tanto maior valor possui por partir de um americano típico:

---

“Sofremos todos, neste país, de depressão de espírito, de tristezas, nossas e dos outros. O mais das vezes das dos outros.

“Temos no entanto grande propensão para a exaltação em todas as ocasiões adequadas, e ainda maior inclinação para o abatimento sem adequada ocasião. Quase que não temos capacidade alguma para esse tranquilo contentamento, que esquece o dia de ontem e não pensa demasiado no de amanhã, na satisfação que encontra no de hoje.

“Somos a um tempo otimistas e pessimistas. Sentimo-nos frequentemente alegres, como frequentemente nos sentimos tristes; raras vezes, porém, somos felizes. Para reconhecer isto basta comparar o aspecto geral das fisionomias encontradas nas nossas ruas com os rostos que se encontram nas ruas de Paris, Roma, Berlim, e nas do seu belo Rio de Janeiro. Ali veem-se fisionomias ridentes e expansivas; aqui nunca.

“Qual a razão? Ah! tantas já foram dadas, desde o puritanismo dos nossos maiores até a dispepsia que a todos nós persegue nos nossos dias! Esses motivos, que têm existência real, não passam de incidentes.

“Por trás das nossas exaltações e dos nossos abatimentos existe o nosso temperamento estável, aquele que nos produz esse irrequieto descontentamento que já observou e analisou, esse insaciável desejo

de ‘alguma coisa melhor’ que fez de nós os conquistadores de um continente, os criadores de uma grande e poderosa nação, no curto espaço de três gerações de homens.

“Herdamos, como patrimônio inalienável, o descontentamento e o desassossego. As raízes de toda a nossa vida como povo encontraram a sua origem nessa corajosa impaciência. Os nossos antepassados foram os homens escolhidos, os homens realmente homens de sua família, os homens de energia, fortaleza e audácia, os homens de nervos de aço e vibrantes, de imaginação exaltada. Foram os homens que abandonavam os confortos do lar e atravessavam mares para arrostar [provações?] incalculadas e perigos sem [medo?] somente porque queriam mudar [as con]dições de vida com as quais tantos outros da sua classe se satisfaziam. Somos os descendentes dos primeiros, dos batedores de mato, e esses nunca foram homens plácidos e tranquilos. Se o fossem não teriam sido pioneiros.”

Se não é muito semelhante esse debuxo da fisionomia de um povo, tem pelo menos o mérito de haver sido traçado por um dos mais notáveis representantes da mentalidade desse povo, e àquele que o apanhou assim resta apenas a satisfação de o haver conservado mais ou menos fielmente na lembrança.

É possível que esta ideia se modifique, que esse rascunho se apague, à proporção que se me esvaeça da memória a primeira impressão sentida em meio da agitação e do rebuliço da vida quotidiana de New York, onde os deveres sociais, as andadas em busca de aspectos novos da existência popular e as visitas a pontos de interesse conglomeram-se em uma única sensação complexa: – a da fadiga e do horror que se toma a todo esse *steeplechase* de deveres e prazeres que se acotovelam em uma única existência, que poderia tomar por símbolo o trem relâmpago, que em poucas horas me transportará daqui aos pinheiros da Geórgia<sup>267</sup> ou aos *bayous*<sup>268</sup> da indolente e faceira Louisiana.<sup>269</sup>

C. cy.

<sup>267</sup> Colonizada em 1733 por James Oglethorpe, a Geórgia foi a última das 13 colônias originais a ser formada. Tornou-se oficialmente um estado em 1788.

<sup>268</sup> Palavra francesa. Na Louisiana e na região do baixo Mississippi, assim se denomina um leito secundário do rio ou de lago formado por águas estagnadas.

<sup>269</sup> Estado dos Estados Unidos localizado no golfo do México. Colonizado por franceses, tem seu nome em homenagem ao rei Luís XIV. Entre 1762 e 1763, o território foi dividido entre a Espanha e a Grã-Bretanha, sendo a parte espanhola devolvida à França em 1800. Três anos depois, Napoleão Bonaparte vendeu a Louisiana aos Estados Unidos.





7 DE JANEIRO DE 1892

## No País dos *Dollars*

NEW ORLEANS,<sup>270</sup> NOVEMBRO 20, 1891

Nevoeiro e frio; ventania rija despindo as árvores de uns restos de folhagem com um grande arruído que se assemelha a um choro prolongado das plantas assim espoliadas, com um sibilo estridente de garoto, sibilo que se insinua pelas portas e janelas cerradas como um assvio de escárnio e de desafio. É a invernada que chega com todo seu cortejo de dias tristonhos, e longos serões sem fim, em que o coração do exilado das belas terras do Sul, dos nossos anilados céus meridionais, parece confranger-se em um imenso aperto de saudades e de dores. É o inverno que chega, e com o frio e a geada o *spleen* que nos acabrunha a nós, almas dos trópicos, espíritos afeitos à alegria cantante e sonorosa da nossa natureza sempre em festa.

E, à proporção que a tinta vai enegrecendo o papel, ao passo que o dia foge, o nevoeiro implacável, o nevoeiro mais denso já pelo fumo das mil

---

<sup>270</sup> Cidade do sudeste dos Estados Unidos, às margens do rio Mississippi. Pertence ao estado da Louisiana e foi fundada pelos franceses em 1718.

chaminés em que arde o baço carvão de pedra, o nevoeiro composto das exalações todas desta cidade que arqueja e estremece nas pulsações frenéticas da quotidiana luta pela existência, o nevoeiro silencioso e traidor vai enegrecendo o céu, invadindo ruas e praças, habitações e almas, corações e espíritos como que em um mesmo sudário de alegrias que se finam, de esperanças que agonizam, de recordações que ressuscitam em meio desse nevoeiro, que se condensa de minuto em minuto à proporção que o vento amaina, como em longínqua miragem de venturas idas, a imagem da pátria amada, da pátria única, a do espírito e da alma dessa em que se nos despertou o coração, em que aprendemos o mistério embriagador da vida, e que nos surge, nesta hora de tristezas, como a imagem de uma mãe sofredora e ferida por mão sacrílega e traidora, procurando reter ainda nos braços os filhos que esquecem em um momento de revolta o amor de antano, e atiram-se, em um ímpeto de ódios e indignações, à mais terrível e acabrunhadora das lutas, a que atira irmãos contra irmãos.

A Guerra Civil!<sup>271</sup> Só aqueles que estão longe, e de longe apenas podem entrever ou imaginar o que na pátria se passa, é que sentem por inteiro, em toda a sua implacável intensidade, a significação terrível dessas duas palavras pronunciadas tantas vezes, quiçá, em tons de ameaça, num assomo de cóleras justificadas ou indignações incoercíveis.

A Guerra Civil!... A vergonha e a maldição eterna dos povos afeitos à paz e à coragem tranquila e persistente das nações íntegras e honestas; e é disto, desse mal medonho, desse sofrimento sem nome que nos acabrunha e nos humilha perante o olhar curioso e surpreso do estrangeiro indiferente, que estamos ameaçados, e é dessa ferida que sangra no peito de nossa mãe comum, a pátria, que sangramos nós também, os exilados, os ausentes, perseguidos nessa hora de incertezas e de dúvidas pelos comentários e pelas indagações vadias de estranhos que querem saber o porquê de todos os negócios alheios!

Ah! só aqueles que estão longe e que estremecem a cada notícia, que nos chega, destilada gota a gota pelos telégrafos lacônicos e às vezes mentirosos, é que podem avaliar o que seja a tortura incomensurável da incerteza e do desejo irrealizável da aproximação pronta

<sup>271</sup> A Guerra Civil Americana, ou Guerra de Secessão, foi um conflito interno dos Estados Unidos da América ocorrido de 1861 a 1865, em virtude das diferenças entre Norte e Sul, decorrentes, sobretudo, da forma de colonização de cada área. O Sul, com o predomínio das grandes propriedades, dedicava-se à monocultura, utilizando, para tanto, mão de obra escrava, já extinta no Norte, que se dedicava ao comércio e à manufatura. O conflito termina com a vitória do Norte, em 1864, e, no ano seguinte, o presidente Abraham Lincoln liberta os escravos dos territórios do Sul.

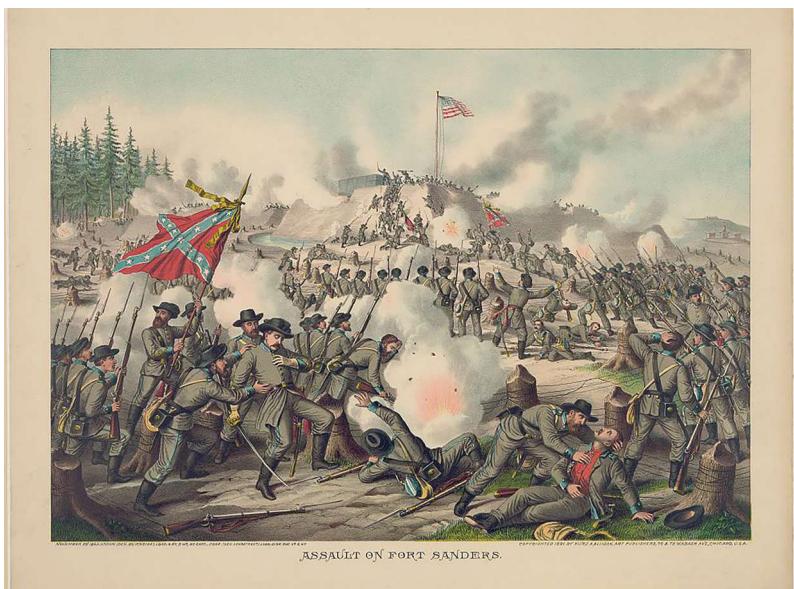
do corpo unido à alma que nos foge em um desprendimento de tudo quanto há de santo e puro ainda em nosso ser, para junto daqueles que ficaram “lá” e nos quais concentrarmos a vida e a esperança e que, unidos ao solo, aos céus, aos mares, ao lar, constituem essa entidade três vezes sacrossanta – que é a pátria!

E é dia a dia, minuto por minuto, instante a instante, segundo por segundo que a tortura aumenta, à proporção que aumenta a dúvida, que aumenta o pavor, invocados pelas calmas linhas impressas dos telegramas que nos alcançam, narrando, de envolta a mentiras, verdades que pressentimos reais, profecias que revoltam, eventos que nos dilaceram, uma a uma, as crenças e as esperanças!

Imaginem se estas tristezas d’alma, unidas à melancolia da natureza enlutada pelo inverno que chega, imaginem se estas saudades, unidas a todas as dúvidas que surgem em aluvião, às recordações e às lembranças dos formosos dias que parecem não mais voltar e que entretanto nos cercam ainda com os seus eflúvios como o perfume de flor fenecida e que vamos encontrar entregue às páginas discretas de um livro há longo tempo lido, imagine-se a alma enferma unida ao enfermo corpo da cronista que sofre as pungentes dores do exílio, exílio voluntário embora, e depois não se indague por que a pena recusa-se ao mister, por que a mão se detém paralisada, e a tinta desaparece ante os olhos que não mais a veem, pois que os cega o pranto, pranto de saudade e de dor, pranto quiçá de vergonha e de revolta por aqueles que não souberam distinguir entre a falsa energia e o sacrilégio entre o orgulho e a traição.

C. cy.

Batalha do Forte Sanders, 1863, Guerra Civil Americana, cromolitografia,  
Kurz & Allison, 1891.



FONTE: Library of Congress.  
(<https://www.loc.gov/resource/pga.01839/>)

Canal Street, Nova Orleans, fotografia em gelatina-bromuro, William Henry Jackson, entre 1880 e 1897.



FONTE: Library of Congress.  
(<https://www.loc.gov/resource/det.4a26974/>)



14 DE JANEIRO DE 1892

## No País dos *Dollars*

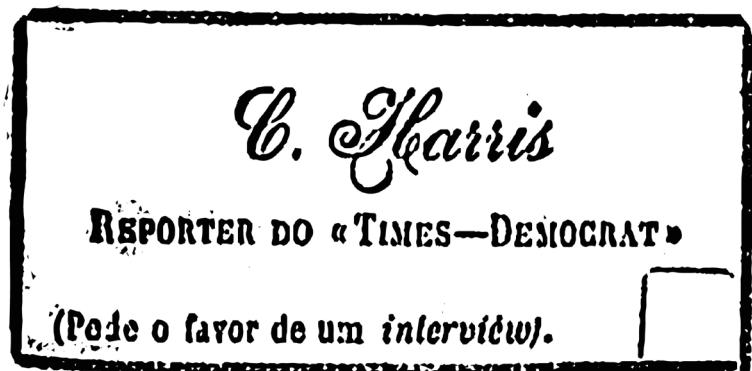
NEW ORLEANS, 22 DE NOVEMBRO DE 1891

Três horas da tarde; ainda ventania e inverno, mas nevoeiros fugitivos ante os raios empalidecidos de um sol frio, de um sol mendigo, como diria Richepin,<sup>272</sup> menos negrume no ar, maior negrume, amargura maior no espírito. Três horas da tarde, e uma manhã toda passada a comentar o estranho manifesto que nos transmite o telégrafo, e pelo qual se vê a constituição dilacerada, as prerrogativas do único senhor – o povo, calcadas aos pés, e os direitos de seus representantes ignorados como se jamais houvessem existido!... eis o balanço desta triste metade de um dia. Três horas da tarde, e anuncia-me o criado uma visita,<sup>273</sup> entregando-me um cartão concebido nestes termos:

---

272 Jean Richepin (Médéa, 04/2/1849 – Paris, 12/12/1926). Poeta, dramaturgo e novelista francês.

273 Pedido de entrevista para o jornal diário *Times Democrat*, de Nova Orleans, periódico que circulou entre 1881 e 1914.



Desta vez não era mais possível escapar à fatalidade do *interview* que de há muitos dias ameaçava-me, e não só a mim, mas a todos aqueles quantos, porventura, pudesse dar a mínima notícia acerca do Brasil.

Esta mania de “entrevistar” a todo o infeliz que tenha tido a fortuna de entreter relações direta ou indiretamente com o Brasil ou os brasileiros estendeu-se por todo o jornalismo norte-americano, e, quanto menos importante a folha, tanto maior o reclamo que a si própria faz por haver descoberto esta *avis rara*<sup>274</sup> aqui: um ente qualquer que soubesse dizer, mais ou “menos” acertadamente (antes menos do que mais), alguma coisa do país que tanta curiosidade desperta no momento atual. Quanto mais inverosímil ou estapafúrdia a notícia, tanto maior sucesso deve produzir. Não é para admirar a leitura de *interviews* encimados por uma epígrafe semelhante a esta:

## BRAZIL

*Interessantíssimo “interview” com o Dr. James Jones, ou coisa que o valha, cujo avô torto ou tio-avô (segundo o caso) esteve há tempos no infeliz país. Pormenores inteiramente novos e imprevistos! Um povo de analfabetos inteligentes em luta com o governo estabelecido! etc., etc... e como nota final o elogio obrigado ao reporter e à folha: Brilhante façanha (brilliant achievement) do ativo reporter especial da Trompa do Julgamento ou da Fanfarrão do Distrito, ou qualquer outro nome igualmente sonoro que o fundador do jornal haja escolhido em momento de inspiração.*

<sup>274</sup> Locução latina: “ave rara”, pessoa ou coisa rara.

O mais das vezes o tal James Jones, cujo tio, etc., viajou pelo Brasil, esquece dizer que o supradito seu ascendente era embarcadiço, e que “há tempos marcado” como data refere-se a uma época anterior à Guerra do Paraguai.<sup>275</sup>

O caso é que a “verve” do entrevistado auxiliada pelas mentiras do avoengo arranja para o *reporter* (empenhado na gloriosa “façanha” de descobrir mais alguém que possa “dizer alguma coisa sobre o Brasil”) um *amphigouri*<sup>276</sup> único, indescritível, que é transscrito por outras folhas, e passa assim por verdade inconcussa ou realidade indiscutida.

É realmente vergonhoso o que aqui se diz do Brasil e a opinião que se forma a respeito do nosso povo e dos nossos homens públicos. Os próprios negociantes que mantêm transações comerciais com o Brasil ignoram as mais comezinhas coisas do país que os enriquece. Eu o afirmo, porque disso tive prova, e, salvo o preço do café que importam e as variações do câmbio, tudo o mais desconhecem!

A não ser o *New York Herald*,<sup>277</sup> cujo serviço telegráfico, para nós, brasileiros, incompleto, é ainda assim esplêndido, nenhum outro jornal sério e respeitável nos dá “uma única” notícia que seja verdadeira “em tudo”, e, como o *Herald* é proprietário, protegido pela lei, dos seus telegramas, os jornais dos diversos estados que não entram em acordo pecuniário com o seu poderosíssimo colega não os podem transcrever, e por isso publicam o que podem, seja verosímil ou não. Daí esse noticiário espantoso e sobretudo acabrunhador para os brasileiros, que aparece na imprensa barata e na imprensa menos afortunada de dinheiro.

Eis-me porém longe do *reporter* do *Times-Democrat*,<sup>278</sup> que tivera a extraordinária perspicácia de descobrir a cronista d’*O Paiz*, depois que o seu jornal lhe noticiara a vinda.

Releva dizer que o *Times-Democrat* é o jornal mais lido e acreditado de New Orleans, e ainda assim...

Voltemos a C. Harris, *reporter*, etc.

275 A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional da América do Sul, ocorrido no século XIX. Rivalidades platinas e a formação de Estados nacionais deflagraram o confronto, que destruiu a economia e a população paraguaias.

276 Palavra francesa: “anfiguri”.

277 Jornal de Nova York, circulou diariamente de 1835 a 1924.

278 Periódico diário de Nova Orleans, circulou de 1881 a 1914.

Momentos depois de minha aquiescência em receber o jornalista, ouvi o característico *froufrou* de saias, o *tic-tac* de tacões femininos na antecâmara, e o criado abrir a porta do salão para dar passagem a uma senhora.

“C. Harris”, que se me dirigiu imediatamente pronunciando-me o nome, é uma elegante rapariga de 18 anos, possuidora de um rostinho de boneca francesa. Imagine-se a carinha petulante e inteligente da nossa Cinira Polônio<sup>279</sup> encimando o corpo grácil e miudinho da Sr.<sup>a</sup> Lopiccolo.<sup>280</sup> Aureoland o essa cabeça loura um chapéu quase masculino na sua simplicidade, como masculino na cor e no corte era o singelo vestido.

Está, pois, apresentado mais ou menos em quatro traços o redator-reporter do *Times*.

Com uns ares de quem anda muito atarefada, Miss Harris, após os cumprimentos usuais, aceita a poltrona que se lhe oferece e saca da algibeira do casaco uma linda carteira de notas, guarnevida da competente lapiseira de ouro, e *proceeds to business*, isto é, entra em matéria logo que a cronista d'*O Paiz* lhe tenha perguntado em que é que a pode servir.

— “Quero” (*sic*) que me diga alguma coisa sobre o Brasil. Quero que discorra sobre seu país, sobre seu estado de adiantamento, a educação das mulheres, o movimento literário, a situação política, as probabilidades a favor ou contra o ditador Fonseca,<sup>281</sup> as causas da revolução, o estado do Rio Grande, a religião do povo, a linguagem do país, o comércio e a indústria, e a plantação do café...

— Só?

Miss Harris calara-se para tomar fôlego depois da longa enumeração dos assuntos sobre os quais “queria” informações. Com a maior calma retorqui:

— Por enquanto só.

— E que ideia faz a senhora, Miss Harris, do Brasil?

— Eu? Absolutamente nenhuma. Não tenho a menor ideia do que seja o seu país como nação civilizada. Sei que fica na América do Sul,

<sup>279</sup> Atriz brasileira (Rio de Janeiro, 17/6/1857 – 4/4/1938), dona de companhias teatrais, compositora e maestrina e uma das primeiras vedetes do teatro brasileiro. Foi a primeira atriz da Companhia de Revistas e Burletas, do Teatro São José. Apesar do estrelato, morreu no Retiro dos Artistas, esquecida pelo público.

<sup>280</sup> Amelia Lopiccolo (Roma, 24/9/1869 – Lisboa, 5/5/1913). Artista de teatro italiana, fez sucesso no Brasil a partir de 1888, atuando no teatro de revista.

<sup>281</sup> Manuel Deodoro da Fonseca (Vila de Alagoas, atual Marechal Deodoro, 05/8/1827 – Rio de Janeiro, 23/8/1892). Marechal e político brasileiro, primeiro presidente do Brasil, foi eleito em 1891 e renunciou no fim do mesmo ano. Participou da Guerra do Paraguai, do movimento abolicionista e liderou o grupo de militares que proclamou a República.

ao norte da República Argentina, e que possui vastas regiões inexploradas, que era império e foi proclamada república ultimamente. Para mim, porém, representa uma região tão vaga e longínqua como Samoa<sup>282</sup> ou Havaí.<sup>283</sup>

Imagine-se a cronista d'*O Paiz* trepada nos tamanquinhos da boa sociedade, ouvindo com toda a atenção as heresias que caíam em chusma dos coralinos lábios da formosa *reporter*! Um momento houve em que a ideia de um “debique” possível por parte do jornalismo indígena me perpassou pelo espírito; mas essa ideia desvaneceu-se logo à resposta, tão franca e sincera, dada a dúvida por mim apresentada.

— Parece-me, entretanto, que o Brasil deverá ser melhor conhecido aqui, pois que o tratado de reciprocidade,<sup>284</sup> tão discutido na imprensa americana, por ser o primeiro assinado, e sobretudo tão combatido pelos jornais democratas, que fazem, por princípio, guerra à administração Harrison,<sup>285</sup> pôs em evidência o país com que se tratava.

— O tratado de reciprocidade?... Não o conheço; confesso a mais absoluta ignorância em todos os negócios políticos estrangeiros. Preocupo-me muito pouco com essas coisas, pois a minha seção no jornal nada tem com elas. Levo as notas que recolho ao redator do estrangeiro, e ele, por elas, e pelo que lhe refiro, traça o rascunho do artigo, que eu depois, ou outro, desenvolve com as suas reminiscências pessoais com a descrição do “entrevistado”, os seus *tics*, o seu vestuário, etc.

— E todos os *reporters*, no jornalismo americano, procedem assim?

— Oh! não. Temos alguns *reporters* que escrevem, por inteiro, os seus artigos, e fazem verdadeiros *tours de force*.<sup>286</sup> Mas esses já têm longa

282 Arquipélago ao sudoeste do oceano Pacífico, entre o Havaí e a Nova Zelândia. No final do século XIX, a Samoa foi dividida, e os Estados Unidos absorveram a parte oriental, tendo a parte ocidental ficado sob o domínio da Alemanha até a Primeira Guerra Mundial, quando foi ocupada por tropas da Nova Zelândia, tornou-se independente em 1962.

283 Arquipélago situado no meio do oceano Pacífico. Anexado aos Estados Unidos em 1898, tornou-se mais um estado norte-americano.

284 Convênio aduaneiro entre o Brasil e os Estados Unidos, também conhecido como Tratado ou Acordo Balne-Mendonça, assinado em 31 de janeiro de 1891. Seus articuladores foram Salvador de Mendonça, ministro plenipotenciário do Brasil nos Estados Unidos, e James G. Blaine, secretário de estado norte-americano. O tratado causou muita celeuma. Nele foi contemplada uma lista de produtos norte-americanos com tratamento tarifário preferencial no mercado brasileiro. Em troca, o café do Brasil continuaria isento de pagamento de direitos de importação no mercado norte-americano e, o mais importante, o açúcar seria também objeto de favores alfandegários, podendo, assim, competir com o açúcar antilhano.

285 Benjamin Harrison (North Bend, 20/8/1833 – Indianápolis, 13/3/1901). Presidente dos Estados Unidos da América, entre 1889 e 1893, republicano de linha moderada.

286 Expressão francesa: “esforço”.

experiência e vão todos após, algum tempo, para New York ou Chicago ou para alguma das grandes cidades do Norte.

— E não julga necessária uma certa soma de instrução para exercer essa profissão que escolheu, *Miss Harris*?

— Isso é conforme. Todos nós temos instrução vulgar das escolas superiores (*high schools*), e o resto adquire-se com o andar do tempo. Basta a gente ter alguma vivacidade, alguma perspicácia e uma boa soma de sangue-frio para desempenhar a sua missão. Junte a isso o imprescindível conhecimento da taquigrafia e o dom da memória, e a senhora terá um *reporter* como há muitos.

— Justamente, como há muitos. E a senhora, *Miss Harris*, tem muita experiência, não é assim?

— Pouca. Eu sou a jornalista (*sic*) mais moça da União. Pretendo, porém, fazer um nome algum dia, pois tenho sempre presente os exemplos de Nelly Bly e de Mary Bisland.<sup>287</sup> Não me falta sangue-frio, e é por isso que no meu jornal costumam empregar-me de preferência aos outros *reporters*, apesar deles serem rapazes.

— A senhora não se arreceia, às vezes, de ser mal recebida?

— É justamente porque não é possível ou pelo menos não é provável que me recebam mal que sou mandada. Onde um rapaz seria mal aceito, onde lhe recusariam a entrada, a mim, como senhora, recebem. De mais, ando sempre prevenida para repelir qualquer insulto.

— Ah!

— Não há nada que admirar. Hoje em dia, toda a *reporter* traz a sua arma de defesa.

— Como procede a senhora, quando desconhece o assunto sobre o qual vai “entrevistar” alguém?

— Do mesmo modo que procedi para com a senhora. Peço à pessoa a quem me dirijo que discorra sobre o assunto pedido. É muito raro que não o faça, pois não há ninguém que não goste de

<sup>287</sup> Nelly Bly é pseudônimo da jornalista americana Elizabeth Jane Cochrane Seaman (Mills Cochran, 5/5/1864 – Nova York, 27/1/1922). Iniciou a carreira em 1885 como repórter do jornal *Pittsburg Dispatch*, após enviar uma carta de reclamação por um artigo denominado “What girls are good for”. Mary Bisland, assim citada por Corina, é Elizabeth Bisland Wetmore, escritora e jornalista americana (Louisiana, 11/1/1861 – Virgínia, 6/1/1929). Trabalhou para o jornal *New Orleans Times*. Ficou conhecida por ter disputado, com Nelly Bly, uma corrida ao redor do mundo com a intenção de superar o tempo da viagem fictícia de 80 dias empreendida por Phileas Fogg, personagem do romance de Julio Verne. Partiram de Nova York no dia 14 de novembro de 1889. A viagem de Bly foi patrocinada pelo jornal *New York World*, que fornecia notícias frequentes; a de Bisland, patrocinada pelo *Cosmopolitan*, só dava notícias mensalmente.

ouvir o som da própria voz. Se o assunto o interessa, tanto melhor. Demais, todos aqui lisonjeiam-se com serem entrevistados, e raros são os que se recusam. Quando encontro um indivíduo menos expansivo, faço as perguntas, uma a uma. Sou taquígrafa por profissão e apanho tudo.

— E quando o indivíduo “menos expansivo” não responde tudo, a senhora acrescenta de memória alguma coisa, segundo o sistema, pelo que me contam, da reportagem daqui?

— Às vezes sim..., Mas agora reparo que nesta nossa entrevista, a “entrevistada” sou eu!

— Mais ou menos. Também exerço minha profissão de jornalista, como vê; o *reporter* feminino é um tipo ainda desconhecido no Brasil, e por isso bem merecedor de uma correspondência.

— Agradecida. Mas agora peço-lhe que diga-me alguma coisa sobre o seu país, sobre...

— “Quer” em suma que eu discorra para a senhora ouvir. Isso não é possível. Nada sei além do que nos transmitem os telegramas.

— Qual a causa da revolução presente, na sua opinião, abstraindo dos telegramas?

— Como a senhora, desconheço a política.

— Mas diga-me por que foi escolhido Deodoro da Fonseca para presidente de preferência a qualquer outro, e quais foram os mais esforçados propugnadores da república?

Contei-lhe por alto o que sabia da fundação da república, que é o que todos sabem, sem emitir opiniões pessoais. Ao citar-lhe os nomes de Benjamim Constant, Quintino Bocaiúva<sup>288</sup> e Aristides Lobo, pediu-me que lhos escrevesse por extenso no seu caderninho, bem como as suas profissões. Ergueu-se, por fim, contentando-se com as magras informações que eu lhe forneci; muito de caso pensado, pois me arreceio do “galimatias” que daí provirá.

Ao despedir-se, muito amavelmente disse-me:

— Saio daqui com uma ideia mais precisa da mais nova das repúblicas. Já posso dizer alguma coisa, por minha conta, sobre o assunto (!). Mil agradecimentos.

---

288 Quintino de Sousa Bocaiúva (Itaguaí, 4/12/1836 – Rio de Janeiro, 11/6/1912). Político, jornalista e escritor brasileiro, participou da conspiração que depôs o último gabinete do Império.

E muito miudinha, muito petulante, muito convencida da importância da sua missão, curvou-se ainda uma vez e desapareceu à sombra do reposteiro que o criado lhe erguia...

Nenhum valor possui esta correspondência, talvez, para os leitores d'*O Paiz*, nem a outra coisa pretende, além da de “nota curiosa”, a relação escrita imediatamente, de um *interview* característico, cujos pormenores ainda estão gravados na memória da cronista. E como “nota” é que o remete

C. cy.

P.S. 23 de novembro

Acabo de ler no *Democrat* o *compte rendu*<sup>289</sup> da malfadada entrevista.

Ó Cristo Santo! que mixórdia, em que nem um único nome, inclusive o da cronista, está certo. Imagine-se que, apesar das notas escritas, mataram o meu bom amigo Bocaiúva pouco tempo depois da proclamação da República, fizeram de Benjamim Constant proprietário e atual redator d'*O Paiz* e de Aristides Lobo um militar adiantado em anos e excessivamente prudente e morigerado!

E depois disto: Viva a reportagem americana! –

C. Cy.

---

<sup>289</sup> Expressão francesa: “relato”.



1 DE FEVEREIRO DE 1892

## No País dos *Dollars*

NOVA ORLEANS, DEZEMBRO 20 DE 1891

Agora que o espírito sobressaltado da cronista readquire a necessária calma, agora que da adorada pátria longínqua lhe chega a boa nova da paz,<sup>290</sup> agora somente é que lhe ocorre a lembrança de que deve à cidade que a hospeda há cerca de três semanas a homenagem da mais ligeira das notícias, no mínimo.

Para os habitantes dos estados do Norte da União, todo o Sul é a terra prometida dos dias de inverno, o asilo da sempiterna fonte da rejuvenescência, a região das flores e o *sunny south*,<sup>291</sup> constitui a Meca<sup>292</sup> de todos os romeiros que fogem aos rigores dos invernos setentrionais e das rajadas gélidas que do polo chegam, a devastar campos e planícies.

---

290 Referência à Primeira Revolta da Armada, ocorrida em consequência do fechamento do Congresso pelo presidente Deodoro da Fonseca, transgredindo a Constituição de 1891. A revolta culmina com a renúncia do presidente em 23 de novembro de 1891.

291 Inglês: “sul ensolarado”.

292 Cidade da Arábia Saudita, pátria de Maomé e primeira cidade santa do Islã, meta de peregrinos.

O êxodo para o Sul, pois, faz-se anualmente entre os meses de novembro e fevereiro, e todos aqueles que têm alguma pretensão a enfermo ou delicados são para aqui enviados pelos médicos complacentes, quando não lhes permitem as posses uma invernada na Itália, ou pelo menos, na Espanha.

Contam-se coisas fabulosas, no Norte, das belezas do Sul, e os laranjais da Flórida, os *bayous* da Louisiana, onde ondulam os canaviais sem fim, passam pela imaginação dos friorentos das margens dos grandes lagos setentrionais como se fossem a miragem fantasmagórica de um sonho de fumador de ópio.

Chega-se à Louisiana ou à Flórida sedento de sol, de azul, de ver-dejantes bosques e perfumados frutos, todos já foragidos do invernoso Norte, esperando encontrar aqui a abençoada região de um El Dorado<sup>293</sup> novo, esquecimento inteiro da brancura desapiedada das neves crudelíssimas, dos cortantes açoites dos furacões, e esbarra-se com o mais absoluto dos desapontamentos. É bem possível que não seja tão grande a desilusão para aqueles que nunca passaram além do golfo mexicano; mas para os filhos dos trópicos, para aqueles mesmos que hajam visto de passagem apenas as terras brasileiras, o desapontamento é enorme, incomensurável, acabrunhador.

O centro, a principal feição do *sunny south* é a Nova Orleans. Entretanto o mais imaginoso dos poetas, o que mais longe tinha levado a hipérbole, Luís Murat em suma, na mais arrojada das cenas das suas fantásticas comparações, em que seu espírito parece ir escavar o infinito das impossibilidades, jamais se lembraria de comparar a Nova Orleans “à cidade dos suaves olores” da lenda oriental. Ah! Não! A Nova Orleans, a capital do “perfumado” Sul dos americanos, é tudo; menos bem cheirosa.

Imaginem-se os quarteirões antigos da Nápoles<sup>294</sup> baixa, unidos às estreitas ruas e negras vielas da Toulon<sup>295</sup> antiga, reúnam-se em um único pesadelo as descrições das mais infectas regiões e ter-se-á aproximadamente uma leve ideia do que seja a Nova Orleans! Imagine-se uma cidade sem *drainage*, sem sistema algum de escoamento para as águas, sem nenhuma providência para a limpeza das ruas; imagine-se

<sup>293</sup> Lugar imaginário que, no século XVI, se dizia existir na América meridional, associado à prodigalidade e à riqueza.

<sup>294</sup> Cidade localizada no sul da Itália.

<sup>295</sup> Cidade localizada no sul da França.

as mesmas ruas, largas, algumas calçadas, outras não, e em que uma tentativa pré-histórica de arborização redundou em um desenvolvimento rápido de gramas e mais capins; imagine-se isto tudo coberto, em dias de chuva, por um lodo negro, pegajoso e espesso, onde o menos escrupuloso dos cevados recusaria chafurdar-se, e ter-se-á uma ideia do que seja a parte mais populosa desta cidade que recebeu a denominação de *carnival queen* (rainha do carnaval) e terra das flores, por meia dúzia de idiotas que nela nunca puseram os pés.

Entre o *trottoir* ou passeio da rua, calçado por largos lajedos, e o centro da mesma existe uma sarjeta profunda e de cerca de meio metro de largura. Por ela corre uma água negra, gordurenta, pesada, indescritível, produto dos encanamentos de águas servidas que das casas desembocam na mesma sarjeta; é absolutamente impossível atravessar uma rua se não for no encruzamento de outra, pois só aí existem passadiços por cima desses canais infectos. Nos subúrbios e ruas novas da cidade ainda não calçadas, essas sarjetas transformam-se em verdadeiros fossos, aos quais faltam apenas umas pontes levadiças.

Esta cidade, construída pelos franceses, possui edifícios de grande valor arquitetônico. Em ruas estreitas, nos quarteirões coloniais, esbarra o passeante, de quando em vez, com verdadeiros primores, a que presidiu o mais [ilegível] dos estilos; e como se essas belezas de antano houvessem produzido o mais salutar efeito, prédios em construção, ou recentemente terminados, também ostentam rara beleza e correção de aspecto. Mas, como não existe coisa alguma perfeita nesta terra, e muito menos nesta cidade, essas casas todas foram cobertas de uma camada de tinta das mais fantásticas cores, entre as quais predominam sempre todas as cambiantes do verde. Assim, o hotel de S. Carlos, que faria inveja ao mais belo dos templos gregos, com as suas perfeitas colunatas, que têm a altura de dois andares, repousando sobre um largíssimo peristilo de granito, com as suas elegantes escadarias, os seus belos avarandados, foi pintado de verde, mas de um verde capaz de produzir uma cólica biliosa no mais verde dos papagaios!

—

Alguns dias de convivência mais íntima com os naturais do estado da Louisiana, e algum tempo de permanência na sua capital e nas suas plantações, bastam para convencer ao menos observador dos

forasteiros que não há talvez outro lugar na União em que imperem tão vigorosos e permanentes o tradicionalismo e os velhos hábitos herdados dos avoengos, e esse traço característico do estado predomina sobretudo entre os descendentes das velhas famílias francesas. Ainda hoje, um desses últimos não se dirá nunca americano, e é só nestes últimos anos que a língua inglesa vai sendo falada e estudada com mais cuidado. O tom com que um franco-luisianês responderá a um estrangeiro incauto que se refere à sua nacionalidade: – *Mais je ne suis pas américain, [ilegível] je suis créole!*<sup>296</sup> é um verdadeiro poema de revolta e de orgulho.

O título de *créole* para o descendente de franceses constitui quase um brasão de fidalguia, e esse orgulho tradicional como que aumentou cento por cento depois da Guerra Civil e da libertação dos escravos. De fato, o velho ódio de raça persiste ainda latente, é verdade, mas pronto a irromper a todo o momento, à mais leve provocação. Embora hajam [sic] as necessidades políticas como que amalgamado em um só todos os elementos dispersos dessas divergências de raça e de tradições, a liga nunca será perfeita e homogênea.

O homem do Sul, embora o queira ocultar no mais recôndito escaninho de sua alma, sentirá sempre pelo nortista o ódio do vencido contra o vencedor, e, embora reconheça as imprescindíveis necessidades de uma união política e de uma homogeneidade nacional, o seu espírito jamais poderá abranger em um mesmo afeto o Norte e o Sul. Não há pena nem talento de escritor, não há finura de estilo nem correção de frase apropriada que possam dar ideia do mundo de desconfianças, de suspeitas e de desprezo encerrado nas palavras “é um *yankee*”,<sup>297</sup> com as quais o homem do Sul parece querer fustigar o nortista a que se refere, quer se trate do mais lícito dos negócios, quer da mais respeitável das relações sociais se trate. A este sentimento tão complexo, e no qual o preconceito de raça, o menosprezo do branco pelo negro, o ódio despeitoso do senhor contra o escravo que o ludibriou, ocupa larguíssimo espaço, deu um dia, em veia de inspiração, um cronista de Chicago o nome característico de “sulismo”, dando-lhe os foros de caso patológico. Desse mal, que tão fundas raízes criou, não se libertarão tão cedo os estados do Sul, e daí talvez o tal ou qual atraso em que

---

296 Francês: “Não sou americano, [ilegível], sou crioulo”.

297 Palavra inglesa: “ianque”.

se acham, atraso esse que se torna notabilíssimo, quando comparado ao vertiginoso progresso do Norte.

Do “sulismo” falaremos com mais vagar, pois digno de análise demorada é ele, tanto mais que é uma fase característica na lenta e quase imperceptível evolução desta parte da União Americana, menos conhecida do mundo.

---

Uma das notas mais vibrantes do tradicionalismo franco-luisianês encontra-se no ciúme com que se há conservado sempre às ruas da cidade antiga os nomes que lhes foram dados nos bons tempos de antano, em que os resquícios do feudalismo se faziam ainda sentir. De fato, ao percorrer os quarteirões citados, essa feição fere logo o transeunte que começa por atravessar a rua Royale,<sup>298</sup> e em seguida vai dando com as de Bourbon, Bourgogne, de Conti, Chartres, d'Artois, de Chevreuse, de Dauphin,<sup>299</sup> etc. Como se não bastasse isso, a cidade, à proporção que se foi estendendo, ressentiu-se do momento político em que era construída. Assim, depois das ruas antigas encontram-se as que se abriram em dias napoleônicos, e nelas ficam gravadas as recordações dos dias de glória e das grandes batalhas do primeiro imperador. Austerlitz<sup>300</sup> e Marengo,<sup>301</sup> Berezina<sup>302</sup> e Iena<sup>303</sup> acotovelam-se; nem sequer falta nesse quarteirão a ponte d'Arcole.<sup>304</sup> Existe também na cidade o *quartier américain*,<sup>305</sup> habitado principalmente pelos americanos, que aos poucos vão invadindo com o seu modernismo, o seu *go-ahead*<sup>306</sup> e a sua atividade característica, o velho baluarte das tradições coloniais.

---

298 Uma das ruas mais antigas da cidade, data da era colonial francesa.

299 Ruas do bairro francês de Nova Orleans.

300 Também conhecida como a Batalha dos Três Imperadores, este conflito marcou a vitória de Napoleão Bonaparte sobre as tropas austríacas e russas, em 1805.

301 Em 1800, Napoleão Bonaparte e sua tropa expulsaram, neste combate, os austríacos da região de Alexandria, em Piemonte, no Norte da Itália.

302 Às margens do rio Berezina, na Bielorrússia, em 1812, esta contenda, entre tropas russas e francesas, causou drástico enfraquecimento das tropas napoleônicas.

303 Na região em que fica a planície que rodeia a cidade do Grão-Ducado de Saxe-Weimar, na Alemanha, este combate entre as tropas de Napoleão Bonaparte e as prussianas, culminou com a vitória dos franceses.

304 Travada entre o império francês e o austríaco, em novembro de 1796, terminou com a vitória de Napoleão, tomando a ponte d'Arcole dos austríacos.

305 Inglês: “bairro americano”.

306 Inglês: “siga em frente”.

O próprio estado, na sua divisão territorial, é ainda francês; em lugar dos *counties* (condados ou comarcas), existem as *paroisses*<sup>307</sup> de Avoyelles, de Terrebonne, de Plaquemines, de Saint-Jaques, etc. O dinheiro mesmo deixa de ser americano, e o *dollar* passa a disfarçar-se em franco-espanhol e torna-se *piastra*, *ducal*, ou *escalin*. Tudo isso indica que os diversos elementos etnográficos que compõem a sua população subdividem-se, e ainda hoje a *créole* que aceita por marido um americano, de preferência a um de sua raça, sofre uma tal ou qual censura tácita dos seus, e aos poucos desgarra-se do seu antigo círculo social para fazer parte tão somente do dos ricaços do Norte. Não há luta aberta; mas, por pouco que se haja convivido entre os dois campos sociais, percebe-se logo que eles se unem mais ou menos como o óleo e a água.

Uma forte comoção política, uma agitação qualquer na comunidade dos seus interesses pode confundi-los e emaranhá-los durante um momento; restabelecida a calma, porém, separam-se suavemente, quase que imperceptivelmente, e separados se conservam até novo alvoroço.

---

Depois da cidade de Nova Orleans, o que de mais interessante existe no estado da Louisiana é uma plantação de canas, um “engenho”, como diríamos no Brasil, e uma excursão a uma das diversas *paroisses* agricultoras, pois que a política estadual, as lutas de partido, as campanhas eleitorais, nenhum atrativo oferecem ao excursionista. Será pois de Avoyelles, e talvez de Plaquemines, que a cronista, depois de costear as margens do Mississippi<sup>308</sup> e do Red River (rio Vermelho),<sup>309</sup> se entreterá de novo, saudosa como sempre, em enviar notícias àqueles que porventura ainda perdem tempo em percorrer as notas colhidas ao acaso das excursões por

C. cy

307 Palavra francesa: “unidades administrativas rurais”.

308 Rio dos Estados Unidos, nasce em Minnesota e deságua no golfo do México.

309 Ou Red River of the South. Rio dos Estados Unidos, afluente do Mississippi, deságua no golfo do México.



26 DE FEVEREIRO DE 1892

## No PAÍS DOS *DOLLARS*<sup>310</sup>

### O SULISMO

“O sulismo” – permita-se-me o termo para definir o característico tão distinto da vida e do pensamento nos estados do Sul da União Americana, característico que ressalta logo aos olhos do estrangeiro que percorre esses estados e isso sem grande dispêndio de observação – o “sulismo” só agora é que começa a ser apreendido pelos pensadores e escritores do Norte como um dos fatores determinantes mais desagradáveis com os quais se deve contar para a solução de um dos muitos problemas que se levantam na existência íntima da grande República.

O povo da União, povo culto a mais não ser, na sua generalidade, juntamente com os pensadores de todo o mundo culto, principia a convencer-se também de que “o sulismo” foi um elemento tão importante na história do passado deste país, como o foi a escravidão, e que

---

<sup>310</sup> Esta foi a última crônica enviada dos Estados Unidos por Corina como correspondente do jornal *O Paiz*. Ela vem a falecer em Nova Orleans aos 23 de março de 1892.

hoje constitui um elemento muito mais perigoso para o seu futuro do que o terrível preconceito de raça.

Seria talvez exagero afirmar que a rebelião, a tentativa separatista e a guerra de há vinte e cinco anos,<sup>311</sup> e as presentes relações tão difíceis que hoje existem entre as duas grandes divisões da República, relações prenhas de ainda maiores males, quiçá, são o resultado do sulismo. Tal afirmativa exige explicação para evitar uma tradução errônea. Entretanto um dos fatos históricos mais simples e evidente é que sem o “sulismo” a escravidão ter-se-ia extinguido naturalmente antes da concepção da ideia separatista; a rebelião não teria tido razão de ser, e na história da grande República da América do Norte não existiria, como hoje existe a indelével cicatriz desse grande ferimento na União, que teve por nome “Confederação do Sul” e o mundo não teria assistido à mais fraticida, à mais cruel das guerras civis.

—

Entretanto, perguntar-me-ão o que é em suma esse sentimento intangível, certo, que assim parece entrelaçado ao destino da América do Norte?

O “sulismo” é a um tempo gerador e criatura dos males que tão intimamente se unem. É o resultado de uma diferença, suposta em certos pontos, real em outros, existente no caráter dos naturais do Sul, e que os distingue, em interesses, aspirações e política, do resto dos habitantes dos Estados Unidos. A diferença de clima e de produtos naturais foram apresentados como motivos insuperáveis para a exigência de um método de governo e de uma política imperativamente diferentes também. A dúvida e a negação de semelhante teoria gerou o antagonismo; daí nasceu a polarização dos sentimentos nativistas, e o pensamento popular começou a cristalizar-se em torno de um ideal distintamente sulista. Tornou-se esse ideal o baluarte da escravidão e sobre ele levantou-se a bandeira da rebeldia, ao passo que destas duas causas culminantes nasciam os negrumes políticos que hoje ensombram o Sul.

<sup>311</sup> Alusão ao período histórico que compreende a Guerra de Secessão (1861-1865), nos Estados Unidos, quando se instaurou um conflito civil entre os Estados Confederados do Sul e os do Norte, tendo como motivo a abolição da escravidão. Nos quatro meses seguintes à vitória de Abraham Lincoln, 11 estados do Sul formaram os Estados Confederados, com capital em Richmond na Virgínia. O estopim foi o ataque surpresa ao Forte Sumter, na Carolina do Sul, no dia 12 de abril de 1861. Os sulistas queriam manter a escravidão; assim, agiram como duas nações hostis. O término se deu com a rendição das tropas sulistas, de caráter conservador e escravocrata.

O “sulismo” é, pois, a crença hereditária, arraigada, indomável, de que o Sul, o seu povo e a sua existência política e a sua vida social, de que em suma todas as condições e o seu meio são distintos, anômalos, e requerem absolutamente, portanto, uma política excepcional e uma civilização diferente. Exige essa crença, ou antes, esse preconceito, que todos os princípios políticos, morais e sociais sejam modificados para se adequarem às condições “sulistas”.

Adapta, a seu bel talante, os direitos humanos, as relações éticas, os privilégios individuais, os direitos públicos, os fins patrióticos, as teorias econômicas e as doutrinas religiosas às pseudo-exigências da vida do Sul. Torna a igualdade dos direitos e dos privilégios dependente da cor da pele. A ação, que é natural e própria de um homem branco, para com um de cor torna-se ultraje, insulto, crime, quando partida de um homem de cor para com um branco. Tornou-se crime, no Sul, ensinar ao preto os mistérios do abc, porque o caráter peculiar da sociedade, nessa parte da União, tornava essencial que o homem de cor desconhecesse a sua própria força, ou adivinhasse a fraqueza desse sistema social que dependia, para a sua prosperidade, da escravidão do seu infortunado semelhante.

Será fácil objetar que esse preconceito de raça existe, mais ou menos violento, em toda a União; mas, ainda assim, nunca teve ele a proteção das leis, como o conseguiu o “sulismo” nesta região peculiar, que em tempos foi a confederação rebelde e que hoje se designa sob o nome tão vago de “Sul”.

—

Assim, pois, o “sulismo” começou por modificar as crenças religiosas para adaptá-las às suas exigências imaginárias.

O sempiterno dogma – “Fazei aos outros o que quereis que vos façam”<sup>312</sup> é um princípio ético, que nenhuma casuística poderia aplicar à escravidão do homem pelo homem, sem modificação radical. Como, porém, a escravidão era um fator essencial da civilização aqui, o “[“sulismo”] obteve dos sacerdotes que ac[omodassem] o dogma às novas exigências e esses [accederam].

---

<sup>312</sup> Trecho de Mateus 7:12: “Tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles. Esta é a lei e os profetas”.

O senhor, desde pequeno, começou a aprender que o preto escravo devia ser tratado, não como [ilegível] próprio, mas como o cativo [ilegível] desejar ser tratado caso compreendessem sua qualidade de cativo. Um belo sofisma impresso em todos os catecismos do Sul.

Do mesmo modo o dogma cristão que considera o matrimônio um sacramento, e que veda ao homem separar aqueles que Deus uniu, não podia ser aceito pelo senhor cristão, que desejava comprar ou vender. Como a compra e venda de escravos eram consideradas tão essenciais à prosperidade do Sul e ao seu sistema de trabalho, o “sulismo” obteve que o direito de casar-se fosse negado aos escravos, e a essa nova exigência aquiesceu a igreja cristã, quer católica, quer protestante, recusando-se a unir escravos. Não bastou isso, e em breve a própria Câmara Legislativa anuiu, e uma lei proibiu o casamento dos cativos!

No que dizia respeito aos direitos individuais, o mesmo se deu. Embora fosse igualmente admitida, como princípio político, a igualdade de direitos e privilégios do homem branco e de cor, tal igualdade nunca existiu de fato, mesmo perante a lei, pois que era julgado imprescindível que só ao homem branco do Sul fosse permitido o direito de definir, em absoluto, os direitos e os privilégios do negro; porque, sendo a civilização do Sul distinta e anômala, ao branco somente dessa privilegiada região era concedida a faculdade de compreender-lhe o alcance. Por longos anos o “sulismo” declarou a manutenção da escravidão necessária ao progresso da civilização. Depois da emancipação essa mesma civilização julgou-se ameaçada com as novas liberdades, e ao liberto foi negada a imputabilidade mental, negando-se-lhe ao mesmo tempo o direito de testemunhar nos tribunais judiciais e a liberdade do voto; e, quando tentaram os modernos pariás representar contra semelhante extorsão de seus direitos civis, foi isso um pretexto justificável para a violência, a fraude, o perjúrio e o assassinato, sendo ainda, como sempre, vítimas os áfrico-americanos.

Não se dava isso porque os homens do Sul quisessem matar o negro, ou mesmo fazer-lhe mal, diziam os chauvinistas, mas simplesmente porque sentiam todos que era quase um dever religioso e sagrado proteger e guardar assim impoluto o edifício social, que acreditavam firmemente achar-se-ia não só em perigo, mas irremediavelmente destruído, caso fosse permitido ao homem de cor exercer os seus privilégios de cidadão, sem peias nem cerceamentos.

Isto quanto ao passado. Quanto ao presente o “sulismo” tem tomado proporções assustadoras, e o preconceito de raça tornou-se preconceito nativista. Ainda assim, os principais vitimados são os de condição humilde, quer sejam imigrantes nacionalizados, principalmente os italianos, quer sejam os homens de cor.

Contra estes a guerra é ainda ferocíssima e injusta, e não há dia em que o assassinato, sob o mais fútil pretexto, as “caçadas” à mão armada em busca dos foragidos, as perseguições de comunidades inteiras, a sujeição forçada, em suma, do negro não o provem.

Como é natural, a vítima se revolta contra o algoz, e não raras vezes dão-se “greves”, como há dois ou três anos, em que os homens de cor se recusavam ao trabalho das fazendas, e então são mortos a tiro como se fossem bestas-feras.

Hoje afirma-se que a prosperidade do Sul requer que o trabalho, principalmente rural, seja não só sujeito a estrita inspeção, como restrito. Com essas novas teorias o “sulismo”, que prepondera na política, anima os superiores a coligarem-se e recusarem empregar trabalhadores que se não sujeitem às suas exigências políticas e sociais.

Tempo houve, e não muito remoto, em que essa estranha política sustentara como dogma que a ignorância era tão essencial para a condução das classes inferiores, que era considerado crime ensinar o operário a ler. Atualmente, neste momento de campanha eleitoral, declara-se pelos órgãos públicos que “o negro educado é ainda mais nocivo ao povo do Sul do que o negro absolutamente ignorante”, e a uma os democratas pedem que “o negro seja conservado na sua posição servil de lavrador de gleba e tido como inferior social político, dependente dos seus superiores hierárquicos, que não o devem animar, e muito menos permitir, a sair desta sua posição.” (Textual do *Democrat*.)

Não se veja nisso um *parti pris*<sup>313</sup> de oprimir ou lesar o áfrico-americano; é esse um resultado dessa enfermidade mental e moral a que se deu o nome de “sulismo”, manifestação puramente patológica, que poderia ser classificada entre as vesâncias, e que nenhum mal enxerga nesse procedimento, sem reconhecer a possibilidade de uma

---

313 Expressão francesa: “opinião preconcebida”.

reação tremenda por parte dos oprimidos, reação que já se tem manifestado em casos esporádicos, mas que pode tornar-se insanável mal.

---

Todas essas idiossincrasias, e muitas outras, não menos singulares, são frutos inevitáveis desse mesmo “sulismo”, que procura levantar uma barreira de condições anômalas e distintas entre o “homem do Sul” e o simples cidadão americano dos outros estados. Em consequência disso, o homem do Sul encara todos os problemas da existência sob um ponto de vista também distintamente sulista.

A religião, o patriotismo, a civilização e o progresso sofrem modificações vitais, quando considerados sob esse novo aspecto.

Através desse prisma a civilização é pura e simplesmente a vida do Sul, como a querem, com o negro e o servo da gleba forçadamente sujeito pela lei ou apesar da lei. O cristianismo é constituído por uma série de preceitos morais, que, quando aplicados ao homem branco, são susceptíveis das mais latas ampliações e encontram os mais severos e restritos limites quando devem ser observados pelo homem de cor – tornando o primeiro um favorecido dos dons divinos, e o segundo criatura e vítima das iras do Criador.

O patriotismo, colorido assim pela vista ictérica do “sulismo”, não significa o amor a uma pátria comum, mas o devotamento a todo transe ao ideal das exigências do Sul, e a asserção determinada do direito que tem “o povo” do Sul a fazer o que melhor lhe parecer, quer seja legal ou não, e consideração alguma pela existência social do homem de cor.

Esse mal, que se tornou característico distinto do homem branco do Sul, tem invadido todas as classes e transparece em todos os assuntos, pequenos ou grandes. O ignorantíssimo e abjeto *cracker* (operário das minas e fábricas) da Geórgia ostenta-o com o mesmo orgulho do altaneiro aristocrata da Carolina do Sul.<sup>314</sup> É por isso que em todos esses estados existem igrejas, escolas, academias e cursos separados para o homem de cor, a fim de que a infância e a mocidade brancas aprendam desde logo essas distinções de classes. Como não puderam impedir absolutamente o derramamento da instrução entre os homens

---

<sup>314</sup> Originariamente denominada Carolina, na década de 1720 foi dividida em Carolina do Norte e Carolina do Sul. É um dos 50 estados dos Estados Unidos da América.

de cor, tornaram a sua obtenção um verdadeiro caminho do Calvário para os desgraçados que aspiram a superioridade intelectual.

Daí resulta que os raros homens cultos da raça negra são-no em grau superior e começam já a coligar-se para a luta em que, passo a passo, à custa dos maiores sacrifícios, e quiçá dos mais hediondos crimes, procurarão impor-se e safar-se do lodaçal a que os condenaram, e tornarem-se o que eles mesmos desejam ser – *a power in the land*, um poder na terra.

O país em geral já habituou-se tanto a essa diferença de ideias, a essa suposta distinção de caráter nacional, com o consequente direito de nulificar a lei e oprimir um grande número de cidadãos americanos, que hoje, salvo as exceções citadas dos pensadores e escritores, nenhuma atenção se presta à sua enormidade, sendo até, em certos casos, aplaudido como genuíno patriotismo.

Esse preconceito, que foi denominado, pelos seus adeptos, de alto sentimento, tem sido cuidadosamente cultivado nestes últimos vinte e cinco anos, de modo que o que fora a princípio apenas um hábito de pensar tornou-se paixão naqueles que se acham possuídos dele.

Em todas as campanhas eleitorais, na do presente momento como nas de anteriores anos, o clarim democrático tem tocado a reunir sempre aquém da linha negra, seja permitida a comparação.

Há um quarto de século em que, lidos dia a dia, não se haja encontrado nos jornais democráticos do Sul expressões editoriais, notícias calculadas todas para insuflar a animosidade contra a raça perseguida. Essa nova *delenda Carthago*,<sup>315</sup> monótona como a de antano, tem-se estendido contra aqueles que procuram defender a causa justa dos pariás, e nesse ódio se acham incluídos hoje todos aqueles, nacionais ou estrangeiros, que tentam reagir, quer na sua existência pública, quer no seu viver íntimo, contra a onda destruidora.

“Os nossos pais foram senhores de escravos durante dois séculos, e nós, por hereditariedade, sabemos, melhor do que nenhum outro, governar o negro”.

“Temos os mais humanitários sentimentos para com o negro, e ‘como nosso inferior’; nem um homem branco ‘merece viver’ (*sic*) que esteja pronto a considerar o negro seu igual!”

---

<sup>315</sup> Frase proferida por Marco Pórcio Catão (234 – 149 a.C.) em seus discursos no Senado romano para enfatizar a necessidade de aniquilação completa de Cartago, tradicional inimiga de Roma. A expressão é, portanto, usada no sentido de “ser necessário tomar medidas drásticas em situações graves”.

“Consentimos, de boa mente, que o homem de cor vote, contanto que empregue o seu voto segundo os conselhos do seu patrão; quando ele tenta o contrário, é tempo de ensinar a toda a sua raça que os brancos ‘pretendem governar a todo transe’.”

São estas frases lidas pela cronista nos órgãos mais importantes do partido e assinados pelos homens mais conspícuos que os dirigem.

É este o quotidiano alimento intelectual que tem recebido a geração descendente daquela que tentou estabelecer a confederação, e o vírus do “sulismo” já a invadiu de tal modo que não há uma única fibra da sua natureza mental e moral que não esteja hoje afetada. Indomável hostilidade à reclamação do homem de cor e seus defensores a uma igualdade de direitos, privilégios e oportunidades, que o princípio do *self-governement* concede a todo cidadão, é o motor de todos os atos dessa geração, hostilidade que emprega todos os meios, lícitos ou não.

---

Os resultados desse estado de coisas estão se tornando assustadoramente evidentes.

A matança de homens de cor durante as épocas eleitorais nestes últimos três lustros é tal que já pouca atenção se presta ao caso. O fato de estar em litígio uma eleição é tido como desculpa bastante aos olhos da quase totalidade da nação. É preciso que a hecatombe haja atingido proporções descomunais de atrocidade para provocar mais do que uma ou outra reclamação. Vinte e cinco anos a ver-se a mesma coisa sempre estabelece um hábito de ideias, e degenera em monotonia e todas as monotônias fatigam, quando não embotam a sensação a princípio despertada.

Entretanto, como o disse, escritores há que começam a despertar, notoriamente o cronista Albion Tourgée,<sup>316</sup> mas até este momento nada há feito, nada se tentou fazer para remediar, ou pelo menos nenhum vestígio resta de uma tentativa desse gênero. É impossível, porém, que um povo conserve por muito tempo os olhos fechados a essa violação, por atacado, de suas leis, dos direitos individuais de cidadãos, da conspurcação dos mais humanos sentimentos, sem que disso resulte a sua desmoralização perante outros povos, ainda entre os menos cultos.

---

<sup>316</sup> Albion Wenegar Tourgée (2/5/1838 – 21/5/1905). Advogado, juiz, jornalista e novelista americano, ativista pioneiro dos direitos humanos. Fundou a National Citizens' Right Association e instalou o histórico colégio de mulheres negras, o Bennett College.

Mas como ainda não atingiu pessoalmente a nenhum daqueles que mais deveriam zelar pelo bem público, como aqui, igualmente como em toda parte a política compõe-se dos interesses de campanário aliados à agremiação de inúmeras e distintas paixões individuais, continua a imperar prepotente e indomável o “sulismo” com todo o seu corolário de consequências funestas e tristíssimas humilhações para uma classe somente da população, justamente daquela sobre cuja prosperidade e passividade se baseia a paz e a prosperidade da nação inteira.

Infelizmente essa barbaria, que tem sido aconselhada e mantida, justificada ou desculpada como exaltação de sentimentos patrióticos, tornou-se consuetudinária. O “sulismo” chegou ao estado endêmico entre os brancos do Sul. A mais trivial provocação manifesta-se em comunidades as mais afastadas umas das outras, e dele irrompe, mesmo nos mais pacíficos distritos rurais, um conflito de raças, cujas condições de desenvolvimento em verdadeira epidemia existem em “todas” as comunidades do Sul.

O mal, de ano em ano tem recrudescido, e com o alvorecer deste novo ano, em que se deve realizar a eleição presidencial,<sup>317</sup> o tremendo problema deste ódio de raças se apresenta mais assustador e difícil de resolver.

É tempo já que a nação americana assegure aos povos cultos que desaprova, vigorosamente, esse sentimento desumano, que levantou o assassinato e a opressão como advogados de uma suposta superioridade intelectual e social.

É tempo já que esta nação tão culta, tão grande pelas suas instituições e as suas leis, infelizmente nem sempre mantidas estritamente, uma vez por todas deixe bem manifesta a sua vontade de que os direitos civis, as oportunidades pessoais e os privilégios políticos não sejam restringidos a certas raças e determinadas cores de epiderme, como até hoje se tem feito, ora pela lei, ora apesar da lei.

C. cy.

---

<sup>317</sup> Referência à eleição americana de 1892. Concorreram Grover Cleveland (eleito) e Benjamin Harrison.





MINISTÉRIO DA  
CULTURA

GOVERNO FEDERAL  
  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO